



ANO XLIX – Nº 40

SÁBADO, 17 DE DEZEMBRO DE 1994

BRASÍLIA – DF

CONGRESSO NACIONAL

ATO CONVOCATÓRIO da 11ª Sessão Legislativa Extraordinária da 49ª Legislatura

O Presidente da Câmara dos Deputados e o Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhes confere o art. 57, § 6º, II, e § 7º, da Constituição da República Federativa do Brasil e considerado o relevante interesse público, resolvem convocar extraordinariamente o Congresso Nacional no período de 16 de dezembro de 1994 a 31 de janeiro de 1995, para os trabalhos referentes a:

1. apreciação

1.1 das matérias a que se referem os arts. 48 a 52, 61 e 165 a 167, da Constituição Federal;

1.2 dos projetos de lei em tramitação na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e no Congresso Nacional;

2. comissões permanentes e temporárias da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional;

3. dar cumprimento ao disposto nos arts. 78 a 81 da Constituição Federal.

Brasília, 15 de dezembro de 1994. – Deputado Inocêncio Oliveira, Presidente da Câmara dos Deputados – Senador Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal.

EXPEDIENTE
Centro Gráfico do Senado Federal

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
LUIZ AUGUSTO DA PAZ JÚNIOR
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal
ASSINATURAS

Semestral _____ R\$ 23,54

Tiragem: 850 exemplares

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 758, DE 09 DE DEZEMBRO DE 1994, QUE "DISPÕE SOBRE OS QUADROS DE CARGOS DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO.

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO.....	001.
DEPUTADA MARIA LAURA.....	002.

[Assinatura]

1994 12 17 11:13

1994 12 17

MEDIDA PROVISÓRIA nº. 758/94

Acrescenta-se o seguinte artigo 5º a esta Medida Provisória:
 renumerando-se os demais artigos:

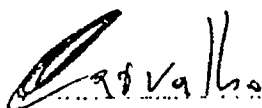
1

Art. 5º O parágrafo único do artigo 6º da Lei 8.911/94, de 11 de julho de 1994, passará a ter a seguinte redação: —

"A designação para as funções de direção, chefia e assessoramento superior, exclusivamente, em servidor ocupante de cargo efetivo (na Administração Pública Federal), Direta, Indireta, Autárquica ou Fundacional, exceto quando se tratar do limite estabelecido no inciso III do artigo 5º da Lei 8.911/94".

J U S T I F I C A T I V A

Tradicionalmente o Executivo recorre aos quadros de pessoal da Administração Pública Indireta na busca de funcionários habilitados ao desempenho de cargos de direção, chefia e assessoramento. A restrição atualmente imposta pela Lei 8.911 impossibilita este intercâmbio entre os órgãos, na medida em que obsta a nomeação de empregados da Administração Indireta para aqueles cargos. Parece-nos mais adequada a flexibilização normativa para que o titular da pasta tenha a liberdade de escolher seus auxiliares dentro do universo mais amplo da Administração Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional.



AUGUSTO SILVEIRA DE CARVALHO,
PPS/DF.

17/12/94

17/12/94

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 758, de 9 de dezembro DE 1994

Dispõe sobre os quadros de cargos
do - Grupo Direção e
Assessoramento Superiores - DAS
da Advocacia Geral da União.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o art. 4º da Medida Provisória nº 758, de 9 de dezembro de 1994.

Justificação

O dispositivo que se pretende suprimir é um autêntico "contrabando palaciano" na Medida Provisória, condicionando a eficácia do parágrafo único do art. 6º da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994, à implantação de planos de carreira na Administração Federal. O referido parágrafo único do art. 6º da Lei nº 8.911 foi um dos mais notáveis avanços da Administração Pública ao determinar que apenas os cargos de confiança dos dois níveis hierárquicos superiores seriam, doravante, de livre provimento, devendo todos os demais ser providos apenas por servidores ocupantes de cargos efetivos.

É uma condição irracional e absurda e não merece a menor chance de acolhida. Primeiro, por ser matéria estranha ao objeto da Medida Provisória. Segundo, porque torna letra morta a determinação de que todos os cargos de confiança inferiores aos dois níveis elevados hierárquicos da Administração sejam providos exclusivamente por servidores públicos ocupantes de cargos efetivos. Esta regra, que impediria o leteamento fisiológico de cargos de confiança foi um enorme avanço no sentido de propiciar a profissionalização e o fortalecimento dos quadros da administração direta, autárquica e fundacional, obrigando os dirigentes a recrutarem intra máquina os dirigentes até o nível de DAS-4, pelo menos, e foi proposta pelo próprio Executivo. Todavia, manobras palacianas trataram de inviabilizar a sua aplicação: enquanto os referidos "planos de carreira" não forem aprovados - o que pode levar anos

para ocorrer - não se aplica a exclusividade. Além disso, não é necessário estabelecer esta condição: a norma cuja aplicação fica condicionada não guarda relação de dependência com os "planos de carreira", mas sim de complementaridade: já vigora norma que limita o acesso a 50% dos cargos DAS 1 a 3 servidores "do quadro do órgão ou entidade"; em outros casos, carreiras, conforme o órgão; mas nada justifica uma reserva ampla de cargos num determinado órgão ou entidade para servidores de uma carreira específica, regida por determinado plano. Sob o manto de uma pretensa sujeição a planos de carreira, o que o art. 4º faz é "melar" indefinidamente a aplicação da regra, que teria como efeito o impedimento de que Ministros de Estado e o Presidente da República possam prover os milhares de cargos de confiança de nível mais baixo com pessoas estranhas ao serviço público, burlando o ingresso por concurso público (já que muitos destes cargos têm sido criados apenas para contratação de técnicos que nenhuma "comissão" exercem) e promovendo uma forma de terceirização completamente irracional.

Propomos, assim, a sua supressão, assegurando a vigência plena do art. 6º da Lei nº 8.911 de modo a garantir a moralização e a profissionalização do provimento de cargos comissionados na Administração Pública.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 1994. - Deputada **Maria Laura**, PT - DF.

SUMÁRIO**1 - ATA DA 1ª SESSÃO CONJUNTA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 1994**

Sessão solene destinada à instalação dos trabalhos da 11ª Sessão Legislativa Extraordinária da 49ª Legislatura, no período de 16 de dezembro de 1994 e 31 de janeiro de 1995.

Ata da 1ª Sessão Conjunta, em 16 de dezembro de 1994**11ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 49ª Legislatura**

Presidência do Sr. Humberto Lucena.

ÀS 9 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Alexandre Costa - Chagas Rodrigues - Eptácio Cafeteira - Gilberto Miranda - Guilherme Palmeira - Humberto Lucena - Jacques Silva - Jarbas Passarinho - João França - João Rocha - Jonas Pinheiro - José Eduardo - Lourival Baptista - Marco Maciel - Mauro Benevides - Nabor Júnior - Pedro Simon - Valmir Campelo.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Roraima

Ruben Bento - Bloco.

Amapá

Aroldo Goes - PDT; Gilvam Borges - PMDB; Sérgio Barcellos - Bloco.

Pará

Alacid Nunes - Bloco; Gerson Peres - PPR; Herminio Calvinho - PMDB.

Rondônia

Antonio Morimoto - PPR; Reditário Cassol - PP.

Ceará

Aécio de Borba - PPR; Ariosto Holanda - PSDB; Mauro Sampaio - PMDB.

Piauí

Paes Lanim - Bloco.

Paraíba

Vital do Rego - S/P

Pernambuco

Inocêncio Oliveira - Bloco.

Bahia

Haroldo Lima - PC do B; João Almeida - PMDB.

Minas Gerais

Fernando Diniz - PMDB; Humberto Souto - Bloco; Sérgio Miranda - PCdoB.

Espírito Santo

Jório de Barros - PMDB; Rita Camata - PM DB.

São Paulo

Ernesto Gradella – PSTU.

Distrito Federal

Jofran Frejat – PP.

Mato Grosso do Sul

Nelson Trad – PTB.

Paraná

Elio Dallia-Vecchia – PDT; Moacir Micheletto – PMDB.

Santa Catarina

Nelson Morro – Bloco.

Rio Grande do Sul

Adylson Motta – PPR; Fetter Júnior – PPR.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Declaro aberta a presente sessão que se destina a inaugurar a 11ª Sessão Legislativa Extraordinária do Congresso Nacional, convocada pelos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 57, § 6º, inciso II, alínea e e § 7º, da Constituição Federal.

Sobre a mesa, Ato Convocatório que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

ATO CONVOCATÓRIO**da 11ª Sessão Legislativa Extraordinária da 49ª Legislatura**

O Presidente da Câmara dos Deputados e o Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhes confere o art. 57, § 6º, II, e § 7º, da Constituição da República Federativa do Brasil e considerado o relevante interesse público, resolvem convocar extraordinariamente o Congresso Nacional no período de 16 de dezembro de 1994 a 31 de janeiro de 1995, para os trabalhos referentes a:

1. apreciação

1.1 das matérias a que se referem os arts. 48 a 52, 61 e 165 a 167, da Constituição Federal;

1.2 dos projetos de lei em tramitação na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e no Congresso Nacional;

2. comissões permanentes e temporárias da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional;

3. dar cumprimento ao disposto nos arts. 78 a 81 da Constituição Federal.

Brasília, 15 de dezembro de 1994. – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Presidente da Câmara dos Deputados – Senador **Humberto Lucena**, Presidente do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Declaro instalados os trabalhos da 11ª Sessão Legislativa Extraordinária da 49ª Legislatura.

Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Inocêncio Oliveira, Srs. Líderes, Srs. e Srs. Senadores e Deputados, instala-se, na presente sessão, a 11ª Sessão Legislativa Extraordinária do Congresso Nacional.

Experimentamos um momento de particular importância para a vida nacional.

Inúmeras matérias submetidas à apreciação do Congresso Nacional exigem exame e manifestação que não comportam adiamentos.

A importância do momento político-institucional vivido pelo País, às vésperas da inauguração de um novo mandato presidencial, é percebida claramente pelos Srs. Senadores e Deputados.

A Presidência do Senado Federal e a da Câmara dos Deputados entendendo, pois, ser indispensável manter em pleno funcionamento as Casas do Legislativo, de modo a corresponder à imperiosa necessidade de dar prosseguimento a seus trabalhos, particularmente no que tange ao projeto de Orçamento de 1995 e aos projetos de crédito suplementares que estão em andamento na Casa em relação ao Orçamento de 1994, sem restrições, resolveram convocar extraordinariamente o Congresso Nacional, de sua própria iniciativa, nos termos da Constituição.

Essa providência exprime, com clareza e de forma direta, a fidelidade dos senhores parlamentares ao mandato que lhes foi confiado pelo povo brasileiro e a responsabilidade com que o exercem.

Assiste-nos, nessa fase adicional de nossos trabalhos, o espírito de reiterado compromisso com o interesse público e do engajamento para com ele, no desempenho de nossas funções e no preparo de instrumentos legais e administrativos sempre tendentes a consolidar os caminhos da democracia, da participação e da justiça.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 9h35min.)

**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO**

Criada através do Requerimento nº 002, de 1992-CN, destinada a "examinar a situação do setor farmacêutico".

Ata da 10ª. Reunião, realizada em 16 de setembro de 1993.

Aos dezesesseis dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e noventa e três, às dez horas e trinta minutos, na Sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores Carlos Patrocínio (Presidente), Beni Veras, Pedro Teixeira, Lucídio Portella, Cesar Dias, Marluce Pinto, Deputados Gonzaga Mota (Relator), Jofran Frejat, Elias Murad, Mário Chermont e Marino Clinger, reúne-se, conjuntamente a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a examinar a situação do setor farmacêutico e a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberto os trabalhos e convida o Senhor Thiers Ferreira, Presidente do Conselho Federal de Farmácia, para tomar assento a Mesa. A seguir, solicita ao depoente que preste o juramento de praxe. Com a palavra, o depoente discorre sobre alguns problemas que atingem o setor de medicamentos no País, apontando soluções no sentido de corrigir algumas das distorções existentes, que afligem sobremaneira toda a nossa população. Com a palavra o Senhor Presidente convida o Senhor Pedro Zidoi, Presidente da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico para fazer parte da Mesa solicitando, a seguir, que o depoente preste o juramento de praxe. Com a palavra a depoente inicia sua explanação discorrendo sobre os problemas que afetam o comércio farmacêutico, seus estabelecimentos, seus profissionais, sua comercialização e a sua produção. Prosseguindo, passa-se a fase interpelatória quando usam da palavra pela ordem de inscrição, a Senhora Senadora Marluce Pinto, Deputados Elias Murad, Gonzaga Mota e Marino Clinger. Finalizando o Senhor Presidente agradece a presença dos Senhores depoentes, convocando reunião à realizar-se no próximo dia vinte e seis do mês de outubro, quando, na oportunidade, será ouvido, em audiência pública, o Senhor Dr. Henrique Santillo, Ministro de Estado da Saúde. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

<i>PRESIDENTE</i>	<i>Senador</i> HUMBERTO LUCENA
<i>1.º VICE-PRESIDENTE</i>	<i>Deputado</i> ADYLSO MOTA
<i>2.º VICE-PRESIDENTE</i>	<i>Senador</i> LEVY DIAS
<i>1.º SECRETÁRIO</i>	<i>Deputado</i> WILSON CAMPOS
<i>2.º SECRETÁRIO</i>	<i>Senador</i> NABOR JÚNIOR
<i>3.º SECRETÁRIO</i>	<i>Deputado</i> AÉCIO NEVES
<i>4.º SECRETÁRIO</i>	<i>Senador</i> NELSON WEDEKIN

pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico da referida reunião.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) – Declaro aberta a reunião.

Passo a Presidência desta CPI ao Senador Carlos Patrocínio, que conduzirá os trabalhos desta reunião a partir de agora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Exmº Sr. Senador Beni Veras, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, Srs. Parlamentares, minhas senhoras e meus senhores:

Agradeço a deferência que me confere o ilustre Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, de presidir esta reunião.

Trata-se de uma reunião conjunta. Somos Presidente da CPI Mista do Congresso Nacional que analisa a situação do setor farmacêutico no nosso País.

E a propósito do Projeto de Lei nº 41/93, da nobre Senadora Marluce Pinto, que dá nova redação ao art. 15 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos e dá outras providências, optamos por fazer uma reunião conjunta da Comissão de Assuntos Sociais e da CPI.

Hoje temos como convidado o Dr. Thiers Ferreira, Presidente do Conselho Federal de Farmácia a quem solicito ocupe um lugar à mesa. Também está presente, a convite, o Dr. Pedro Zidoi, Presidente da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico.

Queremos tomar conhecimento da situação do setor farmacêutico do nosso País através desses dois expoentes que militam nessa área e colher subsídios para que possamos formular um parecer ao projeto de lei da eminente Senadora Marluce Pinto, consistente com a realidade nacional e com aquilo que mais ausculta os interesses da nossa Nação.

Concedo a palavra ao Dr. Thiers Ferreira, Presidente do Conselho Federal de Farmácia. S. Sª deverá proferir o juramento regimental desta Comissão.

Solicito a todos que fiquem de pé.

O SR. THIERS FERREIRA – "Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a examinar a situação do setor farmacêutico."

Sr. Presidente, gostaria de saber quantos minutos tenho para fazer a minha exposição.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Solicito ao eminente Deputado Chermont que venha fazer parte da Mesa como relator *ad hoc* até que chegue o relator de ofício, o Deputado Gonzaga Mota.

Concedo a palavra ao Dr. Thiers Ferreira, que disporá de 20 minutos para fazer a sua explanação. Posteriormente, entraremos na fase dos debates.

O SR. THIERS FERREIRA – Sr. Presidente desta Comissão, Senador Carlos Patrocínio, Sr. Relator, demais Membros desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito aqui presentes, Srs. Senadores e Srs. Deputados, senhores e senhoras: Estamos honrados com o convite para participar desta CPI e esperamos contribuir para uma melhor compreensão de alguns problemas que atingem o setor de medicamentos no País, bem como apontar soluções no sentido de corrigir algumas das distorções existentes e que afligem sobremaneira toda a nossa população.

Gostaria de iniciar a minha exposição tentando enquadrar o problema da farmácia brasileira no contexto dos fatos que inspiraram a instalação desta CPI. Se o medicamento é inacessível para 70% da população brasileira e se o País não consegue romper os limites de sua dependência tecnológica na produção de matérias-

primas, isso acontece, no nosso ponto de vista, porque o medicamento é encarado como uma mercadoria qualquer e não como um fator de saúde pública.

Foi com essa perspectiva que a farmácia tornou-se um comércio como qualquer outro, onde a saúde é a última preocupação daqueles que exploram a atividade. Ora, se em nossa sociedade o medicamento é visto como uma mercadoria e a farmácia um balcão de negócios, fica difícil esperarmos que o Brasil tenha uma política de medicamentos séria e efetiva.

Para começar a delinear o problema, eu gostaria de me referir a uma carência crônica – sempre a tivemos – que temos. Por alguma razão "misteriosa", nossos serviços de vigilância sanitária têm, ao longo de nossa história, imensa dificuldade de informar quantos e quais produtos farmacêuticos são comercializados no País, quando sabemos que estes só podem entrar no mercado com o devido registro na Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. Ainda na CPI da Indústria Farmacêutica, em 1962, o SNFMMF – Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina e Farmácia, então órgão responsável pelo registro e fiscalização dos produtos farmacêuticos, era considerado ineficaz e desaparelhado para cumprir suas funções. Em 1980, foi criada outra CPI da Indústria Farmacêutica e o então diretor da DIMED, que substituiu o SNFMMF, era incapaz de dizer quantos produtos farmacêuticos tinham no mercado. Alegava ele que o órgão estava providenciando a informatização dos dados. Ora, estamos em 1993 e a informatização dos dados ainda não foi concretizada. A quem interessa essa desorganização?

O Conselho Federal de Farmácia começou a elaborar seu próprio cadastro das indústrias e dos medicamentos, sem contar com dados do Ministério da Saúde. Recebendo a absurda negativa de alguns laboratórios em fornecer dados – sob orientação de seu sindicato de classe, o CFF já enumerou, em dois meses de trabalho, 4.787 marcas de medicamentos e 1.034 laboratórios industriais. A listagem do Ministério da Saúde, do último dia 1º de setembro, acusa apenas 179 laboratórios, e para listar os produtos registrados estão esperando informatizar os dados.

Ora, o Ministério da Saúde está processando os dados há pelo menos 13 anos e ainda estamos sem informações confiáveis?

Nós, profissionais farmacêuticos, estamos, através dos Conselhos de Farmácia, estreitamente engajados na luta para reduzir os preços dos remédios e garantir a qualidade dos produtos consumidos pela população. Nesse trabalho, que vem tendo um crescente reconhecimento da população e dos órgãos da grande imprensa, desenvolvemos a convicção de que um dos nós do problema está, como disse antes, na perspectiva do medicamento como uma mercadoria de consumo qualquer. Essa visão não só colocou a questão do medicamento em segundo plano nas estratégias de governo, como permitiu fazer da farmácia e do medicamento agentes da doença.

Trago uma pequeníssima mostra do que estou dizendo mediante uma seleção de notícias que denunciam o uso indevido de medicamentos como abortivos e como droga – e aqui cabe um parêntese para lembrar que a farmácia foi considerada o principal ponto de distribuição de drogas pela CPI do Narcotráfico, dirigida pelo ilustre Deputado Elias Murad. É preocupante a incidência de intoxicações com medicamentos, congestionando os hospitais públicos, quando não matando o usuário.

No dossiê que deixo para esta CPI, temos um gráfico feito a partir de dados dos Centros de Informação Toxicológicas de todo o País, onde se constata que o medicamento é uma das principais causas de intoxicações notificadas. Por que isso está acontecendo?

A farmácia, muitos devem lembrar, já foi considerada um estabelecimento de atenção primária à saúde, o primeiro lugar a

quem os doentes recorriam. Naquele tempo, o farmacêutico era quem fazia os medicamentos, manipulando fórmulas.

Com o desenvolvimento da síntese do medicamento, o farmacêutico foi tendo sua atividade profissional orientada para a dispensação, ou seja, o ato de entregar o medicamento com informação, orientando o paciente para alcançar maior eficácia terapêutica e prevenir acidentes iatrogênicos (intoxicação por uso indevido). Essa postura foi seguida em todos os países socialmente desenvolvidos, mas no Brasil o farmacêutico foi substituído pelo balconista, um profissional desqualificado, orientado pelo dono da farmácia, geralmente leigo, para empurrar medicamentos, para ter o seu sustento com as comissões proporcionadas pelo proprietário da farmácia.

A luta para reverter esse quadro é o nosso maior desafio. Propomos um modelo de assistência farmacêutica que vem sendo historicamente adotado em países onde a saúde é uma coisa séria e a farmácia completamente diferente da maioria das existentes no País, que mais se parecem com supermercados. Em nosso dossiê, fazemos uma comparação da farmácia no Brasil e no mundo. Enquanto a farmácia brasileira caracteriza-se pela falta de critérios, na maior parte do mundo apenas farmacêuticos podem abrir farmácias, e ainda por cima seguindo critérios geográficos estabelecidos pelas autoridades sanitárias. Nesses países, farmácia é estabelecimento de saúde, e medicamento, fator de saúde e não mercadoria.

Essa falta de critérios para abertura de farmácias é responsável pelo aumento desordenado de estabelecimentos farmacêuticos e, pior, muito mal distribuídos (a maioria concentrada nas grandes cidades). Posso aqui dar o exemplo da Quadra 102 Sul, que é chamada a quadra da farmácia.

O Brasil tem hoje cerca de 50 mil farmácias legalizadas, quando, no máximo, precisaríamos de 20 mil, segundo preconiza a Organização Mundial de Saúde. Desse número – conforme consta em nossos computadores –, 20% podem ser acrescidos das farmácias irregulares que estão no País, chegando a 70 mil.

Muitos pensam que maior oferta de medicamentos é sinônimo de mais saúde, mas é exatamente o contrário, como podemos demonstrar em nosso dossiê.

Por trás da transformação do medicamento em agente da doença está a ausência do farmacêutico na farmácia, vítima consentida de um sistema voltado para o lucro. O fato é que temos mais farmácias do que farmacêuticos no Brasil e a grande maioria destes atuando em outras áreas, como Análises Clínicas e serviço público. Sem contar com o farmacêutico, o usuário é vítima dos balconistas, que, além da "empurroterapia" – a famosa prática de empurrar medicamentos bonificados pelos laboratórios – estão, pasmem, até fazendo diagnóstico no balcão. As consequências os senhores podem imaginar.

Para não ficar na especulação, trouxemos um trabalho sobre farmácias; trabalho feito pela coordenação de DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis –, do Ministério da Saúde, que apresenta um aumento espantoso das doenças sexualmente transmissíveis. Eu só vou aqui dar um exemplo. No caso da gonorréia, por exemplo, o aumento estimado, em um ano, foi de 860 mil casos. Isso está ligado diretamente à falta de assistência farmacêutica nas drogarias e farmácias deste País.

Nesse trabalho, em conjunto com o Ministério da Saúde e o Conselho Federal de Farmácia, estamos procurando proporcionar educação aos balconistas de farmácia, leigos e farmacêuticos.

A conclusão é que a atitude de leigos balconistas e donos de farmácia está levando a um crescimento assustador da incidência dessas doenças no Brasil. A situação é tão grave que, acabei de referir-me, o Ministério da Saúde desenvolve um trabalho conjunto para reverter esta realidade nas farmácias.

Nosso trabalho no Conselho Federal de Farmácia tem sido justamente o regate do farmacêutico como profissional do medicamento. Assim, ao lado de ações fiscalizadoras, para garantir a presença do profissional na farmácia, estamos engajados na reforma do ensino para que nossas faculdades voltem a direcionar os novos profissionais para a área do medicamento. Quero dizer aqui que, há mais de 20 anos, as faculdades de farmácias do nosso País, com raras exceções, formam o profissional do medicamento. Essa é uma das causas da distorção na área do medicamento no Brasil. Acreditamos que a mudança de mentalidade entre os profissionais passa pela sua própria formação. Já a mudança de mentalidade da população passa por campanhas educativas, que já desenvolvemos junto a associações de moradores de bairros, através do CONAM e PROCON.

Por outro lado, passa também por coibir a propaganda que estimula a automedicação. Fico desconfiado dessa guerra de promoções das farmácias, em que, sob a máscara da redução de preços, estão incentivando o consumo indiscriminado de medicamentos. Gostaria de entender como algumas redes de drogarias conseguem oferecer descontos na faixa de 30% e até 40%, superando, portanto, a sua margem de lucros. Através de notas de vendas da indústria para o comércio, incluídas em nosso dossiê, descobrimos que o lucro real das farmácias pode chegar até 200%, descumprindo o percentual fixado em lei de 30%. Para comprovar isso, anexo notas fiscais a este dossiê.

Chamo atenção também para a propaganda médica, cujos custos alcançam até 20% do faturamento das empresas e oneram o preço final. Trazemos para esta CPI, só a título de ilustração, já que os gastos com propaganda de remédios equivale ao orçamento do Ministério da Saúde, segundo dados da CPI anterior, uma denúncia sobre propaganda de medicamentos de um laboratório multinacional, onde o profissional se inscreve num sorteio para participar de um congresso médico com todas as despesas pagas. Uma atitude francamente aética, bem no modelo dos medicamentos bonificados, tão criticados por eles contra laboratórios nacionais.

Estamos, na verdade, numa guerra que contraria muitos interesses. Não interessa aos laboratórios e significativos segmentos do comércio o disciplinamento do mercado farmacêutico. Basta vermos a reação ao Decreto nº 793, que inaugura uma política de genéricos para o País. A meu ver, trata-se mais de um programa do que de uma política –, uma iniciativa corajosa e muito oportuna do Presidente Itamar Franco e do ex-Ministro Jamil Haddad. Só o fato de se levantar o debate sobre questões como qualidade dos medicamentos e da assistência farmacêutica no Brasil demonstra o acerto da medida.

Queremos registrar nesta CPI que estamos do lado do Governo na implantação desse decreto a partir do próximo dia 6 de outubro, quando, inclusive, estaremos mobilizados em Dia Nacional de Luta pelo Decreto dos Genéricos e por uma Política Nacional de Medicamentos, orientando os farmacêuticos e a população, de uma maneira geral, sobre as mudanças que as novas medidas trazem.

Acreditamos que o destaque dos genéricos nas embalagens e bulas, bem como a obrigatoriedade da inclusão do nome genérico nas receitas, vai proporcionar racionalidade terapêutica, reduzindo as associações medicamentosas sem eficácia comprovada e que demandam riscos aos pacientes. Além do mais, é direito do paciente saber exatamente o que está consumindo e a que preço pode consumir.

A revisão e mudanças nos critérios de registros de medicamentos, a fiscalização dos laboratórios e das farmácias, a análise fiscal dos medicamentos, enfim, o estrito controle do Ministério da

Saúde sobre os produtos comercializados no País é uma tarefa imprescindível e importante do Governo em benefício da saúde pública. Estas são responsabilidades nunca assumidas a contento pelas autoridades. Nossos serviços de vigilância sanitária, como já disse, sempre foram incapazes de garantir o mínimo de confiança, além de receber a influência dos políticos nos seus Estados de origem.

Com a adoção do Decreto nº 793 formou-se uma equipe na Secretaria de Vigilância Sanitária, demonstrando a intenção de romper esse ciclo de inoperância. Trabalhamos, inclusive, em diversas comissões formadas para dar operacionalidade ao decreto e à política de genéricos. Esperamos que com a mudança no Ministério da Saúde isso não venha a ser posto a perder, o que seria um lamentável retrocesso.

Outra área de responsabilidade indelegável das autoridades públicas é a garantia de medicamentos à população carente. Como já notamos, 70% da população brasileira não têm acesso aos medicamentos e, em consequência, à saúde, cuja garantia, como sabemos, é dever constitucional do Estado. Cabe à Central de Medicamentos cumprir com este papel.

As acusações de má gestão de recursos públicos por parte da Central de Medicamentos são frutos de administrações corruptas, e isso não deve servir de argumento para acabar com o órgão. No relatório da direção da Central de Medicamentos, que, infelizmente, está sendo substituída devido à mudança no Ministério, demonstra o que uma administração comprometida com o interesse público pode conseguir.

Neste relatório, anexado a este dossiê que trago, verificamos que nas últimas licitações promovidas conseguimos comprar medicamentos por até 40% do preço de fábrica. Em comparação à gestão do ex-Ministro Alcení Guerra, chegamos a uma economia, em compras de mesmas quantidades e dos mesmos medicamentos, de 18 milhões e 600 mil dólares.

O desperdício de medicamento na rede pública é fruto de gestões voltadas para os interesses dos laboratórios, que determinavam praticamente o que a Central de Medicamentos deveria comprar. O absurdo chegava a tanto que, segundo dados de técnicos de controle da Central de Medicamentos, por ocasião das primeiras reuniões no Ministério da Saúde para analisar o problema do medicamento com representantes de diversos órgãos e entidades, o desperdício chegava perto de 50%: compras mal planejadas, falta do técnico farmacêutico para cuidar dos estoques, compras superfaturadas.

Em nosso dossiê trazemos um trabalho também sobre desperdício de medicamentos em hospitais, realizado pelo farmacêutico Wilson Follador. Ali é descrito um trabalho desenvolvido pelo Hospital das Clínicas de Curitiba para reduzir os desperdícios, conseguindo baixar de mais de 25% para menos de 1%. Fazendo uma projeção da economia com a racionalização para toda a rede pública, chegamos à astronômica cifra de 378 milhões de dólares, nos sete mil hospitais brasileiros.

Tudo isso é fruto de uma falta de priorização da questão do medicamento nas políticas públicas. Desde a primeira CPI, concluímos que os problemas são os mesmos, ou seja, o quadro se manteve inalterado, o que compromete o nível de expectativa que podemos ter com esta CPI, Sr. Presidente. Quero ser otimista e apostar na força da iniciativa do Deputado Gonzaga Mota, ao pedir a instalação desta CPI. Gostaríamos também que a questão dos estabelecimentos de dispensação fosse abordada com a devida importância, já que na CPI de 1980 não tivemos uma linha a respeito do assunto.

Nós, do Conselho Federal de Farmácia, entendemos que sem modificar a realidade da farmácia no Brasil muito pouco poderá ser feito.

Era isso o que tinha para dizer. Coloco-me à disposição dos senhores para os esclarecimentos necessários.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) - A Presidência convida, para sua explanação, o Dr. Pedro Zidoi, Presidente da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico.

Solicito ao Dr. Pedro que profira o juramento regimental.

Peço a todos que se postem de pé.

O SR. PEDRO ZIDOI - "Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a examinar a situação do setor farmacêutico."

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) - S. S^a dispõe, igualmente, de 20 minutos para as explicações iniciais.

O SR. PEDRO ZIDOI - Sr. Presidente da Mesa, demais componentes, Srs. Senadores, Srs. Deputados, senhores e senhoras presentes:

Cabe-me, neste momento, relatar fatos, o que farei sucintamente, porque sou conhecedor dos problemas que afetam o comércio farmacêutico, os seus estabelecimentos, os seus profissionais e a sua comercialização, e também a sua produção.

Portanto, verifico que não poderei, dentro desse pouco tempo, atender plenamente à solicitação, por isso peço desculpas por alguma falha que possa cometer e estarei à disposição para outras convocações, se assim acharem necessário.

Nós temos que separar esta reunião em duas partes, porque fui convocado para tratar da parte da Comissão Parlamentar de Inquérito, e depois houve um desdobramento, que para mim era desconhecido.

Mas quero falar, no momento, da primeira parte, relativa a preço do medicamento e suas consequências.

O medicamento só deve ser vendido nas empresas que têm um responsável técnico. Haja vista o caso de Toledo, uma cidade do Paraná, onde uma senhora de 42 anos comprou no supermercado Trento, um produto de nome "nitrito de sódio", no lugar de "sulfato de sódio". Duas horas depois, estava morta. Nós temos também que levar em consideração o comércio farmacêutico. Quais os serviços que presta esse comércio farmacêutico?

Ouvi dizer, pelo meu antecessor, que a farmácia no País esteve muito bem enquanto esteve com os farmacêuticos à testa da responsabilidade e venda de medicamentos. E nós verificamos o contrário, na prática.

Nós verificamos que, após a saída desse profissional, a vida do brasileiro aumentou em 20 anos. Portanto, não procede a afirmação de que os farmacêuticos são os guardiões da saúde e da vida dos brasileiros.

Verificamos na cidade de São Paulo, recentemente, uma greve de 35 dias no setor de saúde, e não houve um único deslize, um único caso tratado pelos profissionais de farmácia contrários à saúde desses doentes.

Portanto, vejo, sim, nas empresas e nos profissionais que estão ocupando os balcões das farmácias e drogarias um profissional qualificado, não com conhecimento científico, porque esse conhecimento científico tem sido a maior decepção da Farmácia e do povo brasileiro.

Forma-se um profissional durante 5 anos, na faculdade; só que esse profissional, depois, não tem condições de vir para o balcão da farmácia. Ele não quer ou não o faz por outro motivo, ou a sua capacitação não é comercial, é exclusivamente científica.

Portanto, verifico que há necessidade de uma mudança dos currículos escolares, preparando esse profissional que a nossa Farmácia brasileira precisa. Quero falar, também, dos preços dos medicamentos. E quando nós falamos dos preços dos medicamentos,

vamos encontrar, hoje, inúmeros medicamentos que são genéricos, só que foram registrados pela similaridade. Portanto, por serem similares, eles só podem usar o nome da matéria-prima.

Esses produtos, infelizmente, são mais caros do que aqueles produtos que têm marca. Por que acontece isso? Porque a matéria-prima é comprada do produtor que tem aquela marca do produto acabado e, portanto, ele pode perder dinheiro aqui no Brasil, mas na compra da matéria-prima ele já mandou dividendos para a sua matriz.

Portanto, essa é uma grande falha. Não adianta nós querermos criar o genérico se, primeiro, não tratarmos de produzir a matéria-prima que o nosso País precisa, não totalmente, porque não existe país independente em matéria-prima, mas ao menos para se ter uma segurança nacional.

Quando se falou aqui das 50 ou 70 mil farmácias, eu garanto que não é esse o número do Conselho.

Há dois anos, o Conselho tinha 38 mil farmácias registradas, e hoje deve ter, pelo número crescente que nós acompanhamos, de 41 a 42 mil empresas. Portanto, está muito longe daquilo que aqui foi dito.

Quanto à blenorragia, aqui chamada vulgarmente de gonorréia, não consta que é a farmácia a culpada pela gonorréia que anda esparramada por esse mundo afora. É uma questão de educação, é uma questão de orientação do Serviço Público para as pessoas, principalmente as que não têm escolaridade.

O balcão da farmácia é usado pelos doentes porque neste País não há um Serviço Público adequado. O pobre tem que enfrentar filas, como verifiquei no balcão da minha farmácia, onde estava uma senhora com hemorragia e uma consulta marcada para depois de 35 ou 40 dias. Encaminhei essa senhora, por intermédio de amigos na Santa Casa e, no dia seguinte, ela estava operada, porque o caso dela era gravíssimo.

Então, neste País salva-se quem tem amigos, quem tem amizade ou quem tem dinheiro. "Empurroterapia". Encontramos na indústria farmacêutica diversas formas de comercialização. Há o laboratório, principalmente multinacional, que domina a propaganda médica, desde os cursinhos, quando os médicos estão se preparando para entrar na faculdade, até o fim de sua vida.

Portanto, o médico está habituado, está mais ou menos direcionado para receber produtos desses laboratórios. Há uns 350 laboratórios nacionais cujos produtos não têm acesso ao receituário médico. Esses laboratórios procuram a imprensa para divulgar seus produtos, ou os balcões das farmácias, oferecendo condições de descontos.

Se esse produto não é bom, prenda o farmacêutico que o fabricou! Porque foi fabricado por um farmacêutico. Feche aquele laboratório! No entanto, querer jogar o sofá pela janela não é a solução.

Vamos atingir aquele objetivo que a Comissão deseja: limpar, de uma vez por todas, os males que existem em todas as profissões, no setor de saúde, incluindo também a comercialização de medicamentos.

Nós encontramos uma indústria farmacêutica que tem se queixado, sim, e com razão. Uma indústria farmacêutica que desde a mobilização econômica, no tempo da Segunda Guerra, teve seus preços em poucos períodos liberados. Na maioria desses períodos ela sempre teve o preço congelado. E o comércio farmacêutico está, até hoje, com a sua margem tabelada.

Portanto, o Governo liberou a indústria farmacêutica há um ano e pouco e o comércio farmacêutico continua tabelado, apesar de o Governo ter colocado uma infinidade de impostos, taxas etc., impondo uma dilapidação na margem do comércio varejista. Hoje

o comércio varejista tem 30% sobre o preço de venda ao consumidor, o que representa 42,86% no preço de custo.

Tenho o trabalho de um economista, professor de duas faculdades de São Paulo, onde nós encontramos, nessa pesquisa, um lucro líquido para o comércio farmacêutico de 3,47%, antes do Imposto de Renda.

Então, essa é a realidade.

Estamos fazendo, novamente, por intermédio do SEBRAE - já que o comércio farmacêutico, na sua maioria absoluta, é formado por pequenas e microempresas -, um estudo em 300 empresas e, dentro de um prazo de 60 dias, queremos enviar para o Senado, para esta Comissão, essas informações que estamos colhendo.

Eu quero também informar que no Governo Collor, no ano de 1990, quando nós estávamos saindo do Governo Sarney com uma inflação de 80%, a indústria farmacêutica, como todas as indústrias, no mínimo colocou essa importância nos seus produtos. Produtos que nós adquirimos com 800 a 2.500% de aumento, da noite para o dia nós tivemos que reduzir esses preços para 486%, mais ou menos, que foi a variação cambial do período. Esse prejuízo também aconteceu no comércio farmacêutico.

Quero falar também de certas inverdades que se dizem na imprensa: "Medicamentos aumentaram 4.000%". Não é verdade.

Medicamentos têm aumentado acima da inflação porque foi esse o acerto que a indústria farmacêutica fez na Câmara Setorial, ela sempre aumentou 5% a mais do que a inflação, não de uma vez só, procurando não criar dificuldade para o consumidor, mas em média 5% ao mês, para reaver os lucros necessários para sua expansão.

Tenho, aqui em minhas mãos: a ABIFARMA, a entidade que congrega 42 mil farmácias no País, que edita no dia 1º de cada mês esta revista. E, no dia 15 ou 16, este tablôide, onde nós imprimimos o preço de todos os medicamentos.

A nossa margem está tabelada e existe Portaria, a de nº 37, de 11 de maio de 1992, que dá as normas com as quais comércio farmacêutico pode trabalhar.

É por isso que somos obrigados a editá-las.

Deixo esses veículos informativos para que a Casa tome conhecimento do resultado de um levantamento realizado - e estou fazendo um levantamento desde o dia 1º de janeiro - de 8.097 produtos, de 1º de agosto a 1º de setembro, quando esses produtos tiveram um aumento médio de 38,37%.

Fizemos também um levantamento do mês anterior, de 1º de julho a 1º de agosto, pesquisando 8.155 produtos, e foi constatado um aumento de 33,94%.

Estamos verificando que os medicamentos no Brasil não são tão caros como se fala. Tivemos, recentemente, na Argentina - convidados que fomos, com passagem e estada pagos; o que não quer dizer que eu não teria condições de ir pagando do meu próprio bolso - onde verificamos que o preço dos medicamentos é o dobro do preço no Brasil. Hoje, o preço médio dos medicamentos no Brasil é 231 cruzeiros reais ou 2,88 dólares na época desse levantamento.

Gostaríamos também de falar sobre o Decreto nº 793. Ele veio para ser o "salvador da pátria", como muita gente dizia, mas não passa, a meu ver, de cópias de leis que não foram cumpridas durante 20 anos. Portanto, se a autoridade sanitária, se os conselhos de farmácia não cumpriram a lei por 20 anos, agora vem as autoridades dizerem que aí está a salvação. Salvação do quê? De multas, porque não se vai encontrar o profissional no comércio farmacêutico? Não vai, mesmo. O profissional não quer o comércio farmacêutico. Nós queremos.

Cito, aqui, um dado importante: a organização Dimed - e tenho provas da imprensa e da empresa fornecedora que passarei

posteriormente -, durante dois domingos, fez uma chamada: "Precisa-se de farmacêutico para responsabilidade técnica e trabalho em farmácias e drogarias. Paga-se bom salário." Há um mês e meio, era de 50 mil; hoje, já deve estar em 80 mil cruzeiros reais. Na primeira semana apareceram dois farmacêuticos candidatos. Na segunda, apareceram quatro. Depois de saber que era preciso trabalhar na farmácia, dois desistiram no ato. Então, de um oferta para 50 farmacêuticos, em dois domingos, em jornal de grande circulação, aparecem quatro candidatos.

Contamos aqui com representantes de Estados em formação, Estados pobres da União, que, se a Mesa permitisse, eu gostaria que fizessem um relato muito resumido, de um ou dois minutos, sobre a real situação que essas empresas estão vivendo e como estão vivendo.

É permitido, Sr. Presidente?

Não. Então, eu mesmo farei o relato.

No Estado do Maranhão, cidade de Imperatriz, há 28 farmacêuticos, responsáveis por 122 farmácias.

No Estado de Tocantins, temos 1.600 ou 1.800 farmácias para 600 farmacêuticos. Onde encontramos farmacêuticos? Em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, nas grandes capitais. Amassar barro em farmácias pequenas do interior, morando em Alfenas, responsável por farmácias em São Paulo. E o pagamento? Este não tem importância, vai por ordem bancária. Não se encontra, e convide os Srs. Deputados e Senadores, para verificarem, em suas regiões, se o povo conhece o responsável técnico pelas farmácias e drogarias.

É importante procurarmos caminhos novos para o País, mas é importante verificarmos como está funcionando essa realidade. Nós estamos preenchendo lugares vagos, não temos culpa de os farmacêuticos terem abandonado a farmácia. Ele tem outro emprego. A responsabilidade técnica é, simplesmente, uma ajuda de custo, porque ele vive do serviço público, da indústria farmacêutica, da análise, do magistério e de uma infinidade de outras atividades que eles exercem. Vejo muitos farmacêuticos virem aqui, baterem no peito, e eu digo, principalmente no Conselho, que há necessidade de uma mudança da Lei nº 3.820, que criou o Conselho Federal e os Regionais de Farmácia. É uma farsa. Não é Conselho de Farmácia, é conselho dos profissionais que exercem a atividade farmacêutica no País. E por que continua? Porque dá rendimento, dá status. Não é Conselho de Farmácia, é Conselho dos Profissionais.

O Conselho tinha se enriquecido com as multas que aplica no comércio farmacêutico. Porque, chegando lá, perguntam pelo farmacêutico, que não está. A farmácia está legalizada no Conselho, na Saúde Pública, na Vigilância Sanitária, em todos os órgãos, mas, como o farmacêutico não está, aplica-se uma multa ao estabelecimento.

Após o dia 5 de outubro, talvez tenhamos que comprar caixas e correntes, e chamar o farmacêutico, prendê-lo até o horário de expediente dele na farmácia, que são 44 horas semanais. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) - A Presidência solicita dos presentes que não se manifestem.

O SR. PEDRO ZIDOI - Sr. Presidente, demais companheiros, nós não queremos privilégios, queremos fazer aquilo que outros não estão fazendo: cuidar da dispensação de medicamentos. É pejorativo o comércio farmacêutico? Pelo que tenho visto por aí, em certas entidades representativas de classes farmacêuticas, é pejorativo. Só que, na hora de reivindicar seus salários, fazem greve e querem aumento. Mas o remédio não pode aumentar de preço, e as farmácias têm que pagar pelas consequências.

Sr. Presidente, verifico que o que estamos expondo é o mínimo. Posso comprovar muito mais. Acredito que existe, em tra-

mitação nesta Casa, um projeto realista, que veio para solucionar o problema das empresas que exercem a dispensação de medicamentos no País. Ela não veio para proteger farmacêuticos, não veio para proteger o profissional do comércio farmacêutico, como existem outros projetos em tramitação, principalmente na Câmara. Ela veio para solucionar e refiro-me ao projeto da Senadora Marluce Pinto, a quem tive o prazer de conhecer no dia de hoje, até então não conhecia essa ilustre Senadora. Parabéns a V. Ex^a, por ter captado, no seu Estado, a realidade do nosso Brasil, na parte da dispensação, na parte de farmácias e drogarias.

Quero também dizer do meu descontentamento quando o meu antecessor citou palavras de um ilustre Deputado, de que o comércio farmacêutico é o maior ponto de vendas deste País. Eu rebato esta crítica: o farmacêutico não dá o nome para farmácia, ele cobra. É a mesma coisa. Quando não se alcança a parreira, é melhor dizer que as uvas estão verdes. Vamos desmoralizar o comércio farmacêutico, quem sabe, conseguimos proteger os nossos afilhados. Desafio, salvo raríssimas exceções - porque, em qualquer setor, há exceções, inclusive, aqui, na Câmara dos Deputados que, nesta legislação, cassou o mandato de um Deputado por implicações com o narcotráfico - pode ser que exista, mas é exceção, não é regra.

Estive com o Deputado Jamil Haddad quando S.Ex^a estava à frente do Ministério da Saúde. Anteriormente, estive com ilustre Dr. Roberto Chabo, quando mostrei a ele o Decreto nº 793, a Lei nº 5.991, a Lei nº 3.820 e, depois de debatermos o problema, perguntei a ele o que achava. E ele me disse: "Eu só posso dizer que este decreto foi feito por muitas cabeças, a minha não fez esta besteira aí não, um decreto mudando o termo da lei. Um decreto regulamentador mudando o termo de lei." Fui seguindo a escada com o Ministro Jamil Haddad e disse: "Já conversei com o Roberto Chabo e este projeto realmente tem pontos ilegais, inconstitucionais e tem que ser modificado." Ele chamou o seu assessor e falou: "Aqui está a exposição". E fui mais longe, acrescentando: "Aqui não há privilégios para o comércio farmacêutico, para o auxiliar de farmácia, para quem quer que seja. É um trabalho de um brasileiro que está querendo colaborar com o Governo." E ele disse: "Vamos estudar e, dentro das possibilidades, vamos novamente chamá-lo, se assim for necessário".

E estamos agora tentando uma audiência com o atual Ministro da Saúde, e não estamos conseguindo. A declaração de sua secretária é de que ele ainda não tomou conhecimento amplo da sua Pasta e, só depois disso, irá nos chamar. Não sei se o "depois disso" vai ser após o dia 5 de outubro. Tenho um drama de consciência e quero passá-lo aos senhores: dia 5 de outubro o comércio farmacêutico já estará saindo com as suas publicações. Vamos estar com as portas do nosso estabelecimento abertas exclusivamente durante o tempo em que estiver presente o responsável técnico. Fora disso, elas estarão fechadas.

E quero saber, na hora em que começar a morrer gente por falta de atendimento neste País, quem será o culpado? Sim, senhores! Não vamos deixar a farmácia aberta para enriquecer Conselho, para ser multado, enriquecer a Vigilância. É por aí mesmo. Ou o farmacêutico vem trabalhar ou a porta da farmácia não se abre.

A SRA. MARLUCE PINTO - Permite V. S^a? Sr. Presidente, já que foi proibida a manifestação, espero que V.Ex^a faça uma nova chamada para que não haja prejuízo em nenhuma das partes.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) - Acatando a opinião da eminente Senadora Marluce Pinto, mais uma vez reitero a solicitação no sentido de que não se façam manifestações excessivas. A Presidência agradece antecipadamente.

O SR. PEDRO ZIDOI - Estivemos na Vigilância Sanitária, no gabinete do Dr. Enil Guerra, em São Paulo, debatendo um problema - quando estamos de comum acordo, estamos junto com o Conselho - e lá estavam também o representante do Conselho, a sua advogada, nós das farmácias e drogarias, a Vigilância Sanitária, o Sindicato dos Farmacêuticos.

Mostrei uma publicação que saiu no Diário Oficial do Estado, determinando que, em qualquer pedido de responsabilidade técnica, como o que a Lei nº 5.991 concede, a autoridade só pode dizer que o farmacêutico tem que assumir essa responsabilidade. E vira para a representante do Conselho, que é a advogada, e diz: "Atendi àquele pedido de vocês e já foi publicado. Olhe aqui a cópia, o Zidoi está me entregando." Espere, a saúde do nosso povo está sob pedidos de favores de compadres? Acho que não é por aí, não. Temos que nos basear na lei, no que ela determina e é por aí que devemos seguir.

Enquanto a lei existir, e está aqui um parecer de um dos grandes juristas do nosso País e que trabalha aqui em São Paulo. Vamos entrar na Justiça e temos certeza absoluta de que teremos a justiça restabelecida. O Poder Judiciário irá restabelecer a justiça. Não é possível que um decreto venha modificar termos de lei. Não é possível que uma assessoria de um ministro ou de um Presidente da República cometa essa maldade com essas duas autoridades.

Aqui está também o jornal do Conselho de Farmacêuticos do Rio de Janeiro. "Excelente oportunidade de trabalho: FARMACÊUTICO - para distribuidor, hospitais públicos, privados, farmácia, etc. Necessitando de total conhecimento do Decreto nº 793." O que estão procurando? Emprego, não é resolver o problema de saúde do povo!

Sr. Presidente, informo que saí de Porto Velho para Ji-Paraná, procurando, nessa caminhada que tenho feito pelo País, dentro do possível, melhorar os conhecimentos dos profissionais que estão ocupando o comércio farmacêutico. Em cada cidade e nos inúmeros lugarejos por onde passava, verifiquei as farmácias e não encontrei um farmacêutico, de Porto Velho a Ji-Paraná. Constatei, também, pessoas doentes em lugares onde o médico passa uma vez por semana, ao meio-dia, mas os donos de farmácia estão lá trabalhando, procurando, dentro dos seus conhecimentos, melhorar a saúde, eliminando a doença daquele povo.

Tenho me dedicado muito ultimamente a cursos profissionalizantes. Na minha família, tem três farmacêuticos, formados por minha influência. Há uma parede bonita com três quadros enfeitados. Os três foram para a farmácia e, depois de algum tempo, disseram: "Não foi isso que aprendi, não me ajeito neste setor e vou procurar por em prática aquilo que a faculdade me ensinou." Tenho essa experiência na própria família. Portanto, não é culpa do farmacêutico. Ele está prestando um grande serviço ao ser o responsável por uma empresa. E mais: ele deposita tanta confiança no profissional de farmácia embora digam que esse profissional não é honesto, ele nem lá comparece. Portanto, quem é que assina um cheque em branco para um profissional que não é honesto? E o farmacêutico está assinando. Ele sabe que aquela farmácia está agindo em conformidade com a nossa legislação.

Sr. Presidente, agradeço a oportunidade que me foi dada e o tempo final concedo para debate do problema, se assim for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) - Antes de passarmos à fase de debates, consulto o Dr. Thiers Ferreira - a Presidência teve a tolerância de escutar por mais alguns minutos o eminente Dr. Pedro Zidoi - se V.S.^a também quer usar da palavra ou deixar para depois dos debates.

O SR. PEDRO ZIDOI - Sr. Presidente, permita apenas dar um esclarecimento?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) - Editamos este caderno e fomos obrigados a fazê-lo desse tamanho porque vai no centro do caderno isto: nome do estabelecimento; razão social; registro do CRF; CGC; farmacêutico responsável; horário do farmacêutico; para reclamações: Conselho Regional de Farmácias, Vigilância Sanitária Estadual e Vigilância Sanitária Municipal. Todas as farmácias estão recebendo isso.

Já tínhamos, no Estado de São Paulo, uma lei municipal que determinava a mesma coisa, com um tamanho menor: 30x40cm. Logo mais, será preciso um quadro de 1x1m. Estou passando à Comissão - onde estou colocando: o comércio farmacêutico virou "saco de pancadas". Hoje somos obrigados a colocar quinze quadros nos nossos estabelecimentos, dizendo: Alvará de funcionamento Vigilância Sanitária expedido pelo ERSA; Alvará do Setor Policial para as Farmácias; nº do telefone para reclamações SUNAB, nº do telefone para o PROCON; nº do telefone do IPEN; cartaz da Secretaria da Fazenda, determinando aos consumidores a exigir nota fiscal; Vigilância Sanitária e cartaz com os nomes dos profissionais habilitados para aplicação de injeções; Vigilância Sanitária: é expressamente proibido o reaproveitamento de material descartável; Secretaria de Saúde do Estado: cuidado, ajude o medicamento a ajudar você; cuidado! nunca use o medicamento sem orientação médica. Lei Municipal: senhoras grávidas, mãe com criança no colo, pessoa idosa, portador de deficiência terão prioridade no atendimento; Lei Municipal (um quadro de 30x40cm); quadros de horários dos funcionários; cartaz informativo da turma de plantão e agora este cartaz gigante.

Tudo isto é - como tenho dito - feito por muita gente que desconhece os reais serviços que o comércio farmacêutico presta. Faço um apelo aos donos de farmácia porque isso é muito importante para cumprir o Decreto nº 793. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) - Concedo a palavra ao Dr. Thiers Ferreira.

O SR. THIERS FERREIRA - Sr. Presidente, agradeço a concessão da palavra. Anotei alguns tópicos a que o Dr. Pedro Zidoi se refere no seu depoimento. Fico até preocupado com o juramento de S. S.^a. Eu só gostaria de responder a algumas críticas feitas por ele, porque o discurso do Pedro Zidoi já conheço há bastante tempo.

S. S.^a tem toda razão quando critica o ensino farmacêutico no País, como, por exemplo, na própria casa dele. Essa é uma crítica que também fazemos, mas não ao ensino farmacêutico e, sim, ao ensino universitário brasileiro, que, lamentavelmente, está falido. Temos maus médicos, maus farmacêuticos, maus advogados, maus engenheiros. Trata-se de um problema social deste País que precisa ser enfrentado com toda coragem. No Conselho Federal de Farmácia, estamos procurando mudar a mentalidade dos professores das Faculdades de Farmácia, porque não podemos formar um bom farmacêutico sem sensibilizar, primeiro, o professor da área.

A nossa sociedade está se deteriorando, e isso pode ser sentido por cada um de nós que fizer uma autocrítica, pois não existe ética em nenhum setor neste País. Tivemos um presidente da República que formou uma máfia neste País, cujo mal exemplo continuamos a observar na nossa sociedade. Não é um mal dos farmacêuticos, é um mal social deste País a grande falta de ética que existe em todos os setores da sociedade brasileira.

Concordo quando S. S.^a assevera ser preciso mudar o currículo do curso de farmácia. S. S.^a faz outra afirmação importante: o médico está direcionado a receitar o produto que a indústria farmacêutica propaga para ele. Por isso alguns maus médicos não que-

rem a implantação do programa de genéricos neste País, que vai obrigá-los a estudar farmacologia. Hoje esses médicos só se informam com o trabalho do representante da indústria e com as bulas dos medicamentos. Essa é uma realidade em quase todo o setor de medicamentos deste País.

Apóio o Dr. Pedro Zidoi quando diz que deve ser preso o farmacêutico que se responsabiliza pela fabricação do medicamento de má qualidade. Se esse farmacêutico não serve para ser responsável pela fabricação de um produto de má qualidade, deve perder o seu diploma e o seu lugar na indústria.

Afirmou-me também o Dr. Pedro Zidoi que o comércio varejista tem 36% do preço de custo do medicamento, com um lucro de 3,47% antes do imposto. Trago aqui várias notas fiscais que demonstram que o desconto dado para as farmácias é de 50%. Desconheço se, na lista da ABIFARMA, esses 50% são computados e se acima desse percentual existe um lucro de 50% ou 100%. Não posso garantir porque não fiz essas comparações, mas trouxe a nota fiscal que comprova que os produtos bonificados já vêm com o desconto de 50%.

Enquanto o Dr. Pedro Zidoi afirma que a indústria farmacêutica não está remarcando acima da inflação, ontem, a Rede Globo denunciou que o Hospital das Clínicas vai solicitar permissão para importar medicamentos por causa do preço exorbitante que a indústria farmacêutica está colocando em nosso País.

Concordo com S. S^a quando aponta que o Decreto n° 793 não traz novidade alguma. Realmente. Temos a Lei n° 5.991, de 1973. Isso é uma prova de que há leis que pegam e leis que não pegam - jargão este da área dos advogados, conhecido por muitos dos Srs. Deputados e Senadores. Trata-se de um problema de ética social e não um problema do Decreto n° 793, nem especificamente da categoria farmacêutica.

Quero fazer referência à alusão do Dr. Pedro Zidoi à ausência do farmacêutico na farmácia. Concordo plenamente com S. S^a. Entranho a convivência que existe nesse setor, o único em que o patrão combina com o empregado o não comparecimento ao serviço.

Com relação às drogas na rede de farmácias e distribuidoras deste País, existem as exceções dos homens honestos. Não estou me referindo a estes. Essa constatação não é minha, mas da CPI do Narcotráfico, tão bem presidida pelo ilustre Deputado Elias Murad, que se encontra presente e pode comprovar as minhas palavras. Gostei muito quando o Dr. Pedro Zidoi disse que, a partir de 5 de outubro, todas as farmácias deste País serão fechadas quando o farmacêutico estiver ausente, porque, aí, teremos duas responsabilidades e duas verdades por mim afirmadas. Uma é que há excesso de farmácias neste País, o que contraria a sugestão da Organização Mundial da Saúde, que preconiza uma farmácia para cada grupo de 8 a 10 mil habitantes em países em desenvolvimento como o Brasil. A proporção aqui é de uma farmácia para cada grupo de 2.300 habitantes. Existe, pois, um excesso de farmácias neste País, o que combatemos, porque a oferta de medicamentos não é fator positivo de saúde pública.

Quero citar o que Prof^o Silverman, da faculdade de farmácia da Universidade da Flórida, afirma, ou seja, que nos Estados Unidos, um país que faz questão de ter números estatísticos, morrem hoje perto de 130 mil americanos por uso indevido de medicamentos e por reações adversas. V. Ex^{as} imaginem o que pode estar acontecendo em nosso País, com quase 70 mil farmácias e drogas distribuídas por todo o seu território.

Termino no item 11, que anotei, do Dr. Pedro Zidoi. Faço também críticas ao ensino universitário deste País e quero cumprimentar os três filhos de V. S^a pela demonstração de honestidade quando disseram o que V. S^a repetiu aqui. Isso significa que é um bom pai e deu um bom exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) - Passamos à fase dos debates. Concedo a palavra ao Sr. Deputado, Vice-Presidente desta Comissão, Dr. Elias Murad.

O SR. ELIAS MURAD - Sr. Presidente, a Senadora Marluce Pinto tem um compromisso muito importante e solicitou-me ceder-lhe a vez, o que faço com muita satisfação para que a querida amiga tenha o primeiro lugar nos debates.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) - Tem a palavra a Sr^a Senadora.

A SR^a MARLUCE PINTO - Sr. Presidente, como será votado agora o projeto da microempresa, preciso ir para a Comissão de Assuntos Econômicos, vez que sou uma das co-autoras do projeto.

Estou surpresa, embora, infelizmente, não tenha ouvido toda a palestra do Presidente do Conselho Federal de Farmácia. Mas ouvi a do Dr. Pedro Zidoi. Não quero aqui fazer a análise de quem tem ou não razão. Todavia, nós, como Parlamentares, ou levamos em consideração as leis que nós próprios redigimos, aprovamos e entregamos ao Presidente da República para homologar ou vetar e, no caso positivo, geridas pelo povo do nosso País, que representamos, ou então vamos cada vez mais cair no descrédito.

O que me surpreende, embora o Presidente do Conselho ache que a Lei n° 5.991, de dezembro de 1973... Realmente, não posso discordar dessa lei na totalidade, mas, de acordo com certas discrepâncias que se verificam, essa lei jamais deveria ter sido sancionada nas condições em que ela se apresenta. Primeiro, aqui se estabelece a obrigatoriedade do farmacêutico permanecer na farmácia durante o expediente da mesma - todos sabemos que temos oito horas e até mais. Gera, ainda, o direito de um farmacêutico poder assinar por duas farmácias, conforme estabelece o art. 20. Aí já existe discrepância. Qualquer profissional, seja ele farmacêutico, seja ele de qualquer outra profissão, que goze do direito, por lei do seu País, de assinar por duas farmácias, só poderá ficar com uma se não conseguir a segunda; mas é lógico que conseguirá, pois foi citado aqui... E até que me provem o contrário, temos que ter respeito por ambos os palestrantes, porque foram convidados por esta Comissão e não chamamos para vir aqui nenhuma pessoa que tenha cometido infração, para que a tenhamos de penalizar em público com críticas arraigadas. Então, prezo os dois, prezo os que estão na platéia e, principalmente, aos nobres colegas. Se no Estado do Tocantins existem 1.800 farmácias, como foi dito pelo Presidente da ABCFARMA, Dr. Pedro Zidoi, e só estão registrados 600 profissionais, então, tem que haver obrigatoriamente, no mínimo, 3 farmácias, com 600 profissionais por elas se responsabilizando.

Quando elaborei um projeto modificando o art. 15, não ouvi farmacêuticos, não ouvi o técnico de 2° grau profissionalizante, nem presidentes. Hoje é que tive a honra de conhecê-los, embora os conhecesse de nome. Fiz tudo baseado no que estamos preparando nesta Casa. O nobre Senador Beni Veras tem dado tanta ênfase à Comissão de Desequilíbrio Regional.

Se não partirmos do que adotamos e escolhemos para fazer e não sermos os primeiros a dar exemplo, creio que é daí que advém a descredibilidade. São poucos os políticos a quem poderemos dar crédito; na sua maioria, não. Se essas pessoas que assim falam fizessem um estádio nas duas Casas do Congresso Nacional para ver que trabalho realizamos nas comissões - às vezes três, quatro, cinco se reúnem em um só dia, tudo isso somado à obrigatoriedade de estarmos em plenário - elas não chegariam a essa conclusão. Quem lê um projeto desses, que tem conhecimento desta lei e que a assimila, verá que estamos passando atestado de incompetentes, porque realmente está distorcido da realidade.

O meu projeto corrige a não proibição a absolutamente nada. V.S^a disse que existem farmácias demais, com o que concordo. No meu Estado de origem, o Ceará, que é o mesmo do Deputado Gonzaga Mota e do Senador Beni Veras, vê-se muita farmácia, sobretudo em Fortaleza. Eu não afirmo que na Capital haja excesso, mas o interior é precário.

Quanto ao Estado do Tocantins, embora seja tão novo, já existia o Estado de Goiás; o que houve foi o desmembramento. Se há essa precariedade aí, façam idéia quanto aos estados do Norte. No nosso Estado, criou-se uma universidade há dois anos, muito embora esteja em pleno desenvolvimento, pois já tem 19 cursos e, a partir do próximo ano, terá até o de Medicina. Entretanto, não temos o curso de farmácia! É difícil um profissional aceitar trabalhar no Norte do nosso País, mesmo que o salário seja um pouco mais vantajoso, pois sabe da precariedade. O que ocorre é que, em decorrência dessa lei, tiramos a possibilidade de trabalho dos profissionais de 2º grau. Se vivêssemos aqui, pelo menos de forma aproximada, como se vive no Japão - lá, há vendedores de loja com curso superior - onde se dá total incentivo à educação, desde o primeiro grau até o terceiro, poderíamos fazer tal exigência. Já estive no Japão duas vezes. Lá não se vende qualquer medicamento a quem não estiver portando receita. Os próprios hotéis têm por obrigação manter um médico. Digo isso porque nós já precisamos. Vai-se primeiramente a um médico para pegar a receita.

Um país que concede à sua população essas facilidades, poderá exigir o que esse projeto exige. Mas no nosso País isso é dito aos quatro ventos. Até o 2º grau a evasão é tamanha que, daqueles que concluem o primeiro grau, nem 50% chegam a ser aproveitados para o 2º grau. Nas universidades é bem pior. Sei de casos e mais casos de pessoas que trabalham comigo. E o salário do Senado não é a média brasileira, é bem além. Existem dois fazendo faculdade. Um, pude passar para a particular, que consegui por amizade; a outra não deixou de estudar, porque os colegas fazem cotas para pagar a sua faculdade.

Num País desse tipo, como iremos exigir da farmácia lá do interior do Estado do Norte? Aqui não fazemos lei somente para São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Minas; as leis são feitas também para o Nordeste e para o Norte. É aí que está o nosso drama. Então, como representante daquele Estado, como Senadora da República, tenho condições de elaborar e tentar aprovar leis. Temos que fazer essas distinções, e o projeto isso não impede.

O art. 15, em seu parágrafo 1º, dispõe exatamente: "Assistência técnica prevista, consideradas ... responsáveis..." Depois, estabelece: "Inciso I: Pela farmácia, o farmacêutico." Tudo bem. As farmácias manipulam fórmulas. Para lá se levam receitas que os médicos aviam para que sejam preparadas as fórmulas, os medicamentos; mas as drogarias, não. Quanto a este aspecto, diz no Inciso II: "Pela drogaria e pelo ervanário: a) o farmacêutico..." Quer dizer, o projeto não impede. Qualquer drogaria pode manter o seu farmacêutico, o projeto não impede. A lei, se for promulgada, não vai impedir. Cabe ao proprietário contratar, se tiver recursos suficientes e sua farmácia estiver localizada onde possa contratar o farmacêutico de curso superior. Nada impede.

Continuando a alínea a: "O farmacêutico ou o oficial de farmácia, ou o auxiliar de farmácia, portador de devido diploma de curso profissionalizante em nível de 2º grau." Qual é a pessoa que permanece, não digo não no Estado de Roraima, mas no do Ceará, sem condições? Isso que V. S^a falou há pouco, que o farmacêutico não fica, em todos os Estados existe. Os nobres Senadores e Deputados que compõem a Mesa sabem que a beira-mar é bairro de elite, das pessoas ricas de Fortaleza. Quando se procura naquela Farmácia Patrocínio o farmacêutico - já aconteceu comigo - não

tem farmacêutico para atender. Quem atende são as balconistas, que não têm nem o curso profissionalizante.

Creio, Sr. Presidente, que na hora em que isso for concedido, tenho certeza de que o povo pobre brasileiro - pois o rico tem vários médicos para chamar em sua casa - será melhor assistido, porque vai encontrar na farmácia o profissional de 2º grau, que já estudou, tem prática e melhores condições de dar atendimento de balcão ao vender o medicamento. Nas drogarias, é só tirar da prateleira e vender. A única coisa que se usa é abrir o livro para ver o preço, e no caso de ser remédio de plantas, etc.

Não vejo o porquê dessa desunião. Creio que as duas classes deveriam se unir, principalmente nós, parlamentares. Inclusive, conversei sobre esse assunto com meu nobre colega, Carlos Patrocínio. Quando lançamos nossos nomes à apreciação de nossos eleitores, não falamos que vamos distinguir os que têm mais; muito pelo contrário. Desde menina, no meu Estado de origem, nunca ouvi nenhum político dizer - e na minha família havia vários políticos, Gonzaga Mota sabe disso, creio que, também, Beni Veras -, mesmo na época em que as coisas eram mais fáceis, que iriam ajudar os mais fortes. O discurso do político é este: corrigir distorções sociais, equilibrar salários, proteger aqueles que precisam ser protegidos, porque quem tem dinheiro tem mais condições que nós, que somos políticos. O que os ricos precisam é que se mantenha um País equilibrado para que possam, cada vez mais, faturar e gerar emprego. Nós precisamos dos ricos para gerar empregos e renda para o equilíbrio da nossa Nação.

Não vejo por que, para se vender medicamentos e, principalmente porque se sabe disso, se acontecer - lógico que não acontecerá - porque por mais critério que o Dr. Pedro Zidoi tenha, por mais fiscalização que haja, jamais poderá fiscalizar as farmácias distantes dos Estados do Norte e de alguns Estados do Nordeste. Se isso ocorrer, a maioria das farmácias seria fechada. E sabe quem iria pagar com isso? Exatamente aquele que não tem condições de pagar uma consulta médica. Nas grandes capitais, nenhuma farmácia seria fechada, porque, lá, o farmacêutico poderá estar atendendo. Eram esses os esclarecimentos. Sinceramente, não tenho perguntas a fazer nem ao presidente da Confederação nem ao presidente do Conselho Federal de Farmácia.

Desculpe-me, mas, nós, políticos, não somos obrigados a saber quem são os presidentes da Federação. Tenho apenas uma obrigação: a de procurar corrigir o que S.S^s criticam. A única coisa que temos que ter cuidado aqui nesta Casa do Senado Federal e na Câmara dos Deputados é exatamente não deixar que saiam projetos distorcidos. E tenho a certeza de que a maioria dos farmacêuticos, quase na totalidade, respondem por mais de uma farmácia.

Minhas caras senhoritas e senhoras, viajo muito por este País. Nunca cheguei em uma farmácia para comprar um remédio e não o encontrando, o farmacêutico, o profissional me tenha proposto um similar, informando-me a respeito do medicamento. Isso nunca aconteceu. Acredito - todos, Parlamentares, Presidente do Conselho Federal de Farmácia que estão me ouvindo - que nem mesmo nas farmácias em São Paulo - São Paulo é uma Metrópole - não existe, permanentemente, o representante, o farmacêutico de curso superior. Portanto, vou levar esse projeto à frente; sei que vai ser difícil, mas a partir de hoje é que a minha batalha vai começar, a de conversar com todos os Parlamentares. Aqui não há proibição; pelo contrário. Aqui, corrige-se injustiças existentes no nosso País. As portas se fecham a tantos profissionais de curso médio sem direito ao seu salário, na hora em que forem todos registrados, V. S^s vão estabelecer um salário também condigno para o profissional de 2º Grau. Além de corrigir essa distorção, vamos salvar muitas vidas humanas, pois as farmácias vão ter obrigato-

riedade. Confio nos dois; que procurem realmente fazer um trabalho, para que as farmácias tenham o farmacêutico, e as drogarias mantenham também nos seus horários a possibilidade do atendimento. Com isso, vamos ser mais bem servidos.

Era isso o que eu tinha a dizer. Sei que não agradei a todos, mas não se faz leis agradando. As palmas, nós as recebemos nos palanques. Nesta Casa, é diferente, a coisa é muito séria. Só há algo que eu gostaria de deixar registrado: respeitamos os convidados. Volto a dizer que ninguém está sendo penalizado. Somos todos cidadãos e, graças a Deus, o nosso direito à cidadania é assegurado pela Constituição. Por isso, seja o mais pobre seja, ou o mais rico, o tratamento é igual, desde que também haja reciprocidade e respeito. Muito obrigada, Sr. Presidente. (Palmas)

O SR. THIERS FERREIRA - Sr^a Senadora, eu gostaria de um esclarecimento que considero importantíssimo.

A SRA. MARLUCE PINTO - Só se for rápido, porque tenho que votar na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. THIERS FERREIRA - V. Ex^a ao ler o art. 20 da Lei nº 5.991 disse que o farmacêutico tinha direito de ficar em duas farmácias. Isso não é verdade.

A SRA. MARLUCE PINTO - Não é o art. 20. É mais na frente. V. S^a citou o art. 20, e eu fui pelo que fez referência.

O SR. THIERS FERREIRA - Eu sei. São só três parágrafos.

A SRA. MARLUCE PINTO - Mas há outro aqui.

O SR. THIERS FERREIRA - Diz o artigo que ele pode ser responsável técnico por uma farmácia pública ou comercial - não gostamos desse nome - mas uma farmácia hospitalar. Há uma diferença muito grande. Na farmácia hospitalar, o farmacêutico faz as doses unitárias dos medicamentos.

A SRA. MARLUCE PINTO - Dr. Thiers Ferreira, V. S^a me desculpe, mas tenho que me retirar, porque estou com o meu tempo tomado. Garanti ao Senador João Rocha que voltaria para a votação. Já vieram me chamar há mais de dez minutos.

V. S^a citou o art. 20, e eu me baseei nele. Tenho-o aqui, já foi lido. O que se discute, aqui, é a respeito de o farmacêutico trabalhar em ambulatórios de postos de saúde nos bairros periféricos das cidades; que seja dentro de um hospital público ou privado, ou que seja numa farmácia, o atendimento não é suficiente para o nosso País. Não há profissionais que queiram ficar nas fronteiras do Norte. Isso eu comprovo. Os médicos do meu Estado não aceitam trabalhar em hospital do interior. Para isso, precisamos, agora, de vistos das embaixadas do Peru e da Bolívia, como também o governador fazendo convênio para que se tenha profissionais no interior. Então, não conseguimos que um médico bem remunerado queira morar numa cidade onde tem carapanã, onde não tem luz elétrica durante as 24 horas do dia e onde existem todas as dificuldades, que não preciso citar - todo o povo brasileiro sabe que estamos em um país empobrecido. Precisamos gerar condições lícitas, através de lei, para os profissionais de 2º grau, a fim de que as farmácias do interior não fechem. E mais: há farmácias que não têm condições de pagar dois salários mínimos para um profissional de curso superior.

Vou citar um caso verídico. Na cidade de São Luiz do Anauá, já assisti a uma venda de medicamento abaixo do preço, porque a pessoa que foi comprar não tinha o dinheiro suficiente. A proprietária da farmácia vendeu. Perguntei a ela o porquê de ela vender abaixo do preço: era para ajudar. Julguei que fosse para ajudar a pessoa que não possuía dinheiro. Não. A proprietária disse: "Amanhã tenho que estar com o dinheiro para pagar o farmacêutico que assina" - vejam como se diz - "pela minha farmácia, e ainda não estou com o salário dele completo." Ela não diz que vai

pagar o farmacêutico "que atende na minha farmácia": é o farmacêutico que assina pela farmácia.

O SR. THIERS FERREIRA - Senadora, eu gostaria apenas que a senhora me recebesse em audiência para discutirmos o seu projeto.

A SR^a MARLUCE PINTO - Posso recebê-lo, com o maior prazer.

O SR. THIERS FERREIRA - Muito obrigado.

A SR^a MARLUCE PINTO - A partir da próxima semana, o senhor procure o chefe do meu gabinete e ele marcará; hoje à noite estou seguindo para o meu Estado. Não me preocupo até de me ausentar, porque fica tudo gravado. E hoje à tarde mesmo solicitarei ao Dr. Augusto que, tão logo esteja pronta, encaminhe a gravação ao meu gabinete, por favor. Muito obrigada a todos e peço licença para me retirar. Sinto muito. Gostaria de ficar até o final, mas outras obrigações me chamam. Eu já me havia comprometido não só com o Presidente da Mesa, mas com os representantes do SEBRAE, para a votação.

O SR. THIERS FERREIRA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) - Como a nobre Senadora Marluce Pinto não formulou nenhuma pergunta aos expositores, passo a palavra ao nobre Deputado e Vice-Presidente desta Comissão, Elias Murad.

O SR. ELIAS MURAD - Sr. Presidente, Senador Carlos Patrocínio; Sr. Relator, Deputado Gonzaga Mota; Senadores e Deputados presentes; ilustre Senadora; meus caros colegas farmacêuticos aqui presentes; meus senhores e minhas senhoras:

Em relação ao depoimento do Dr. Thiers Ferreira, não tenho nenhuma observação mais importante a fazer. Apenas digo que concordo com ele sobre a necessidade de um zoneamento de farmácias. É óbvio que temos no Brasil excesso de farmácias. O zoneamento viria evidentemente minimizar essa situação.

Quanto à questão dos medicamentos genéricos, há tendência mundial para a adoção dos nomes genéricos. E o Decreto do Presidente da República, de nº 793, foi feito com esse objetivo. Repito: discordo da maneira pela qual o decreto foi elaborado. Creio que a idéia, em si, deve merecer todo o apoio. Existe a tendência da adoção dos nomes genéricos, particularmente em relação aos medicamentos de uso contínuo, os medicamentos essenciais. Concorde, no entanto, em que há aspectos, no decreto, que precisam ser mudados. Conforme já havia dito, sou relator de três projetos de lei na mesma linha: um é de autoria do Deputado Eduardo Jorge; outro, do Deputado Alberto Goldman, atual Ministro dos Transportes; outro, salvo engano, do Deputado Clóvis Assis. Sou relator desses três projetos e, ao elaborar o substitutivo, iremos conciliar os interesses.

Como disse a nobre Senadora Marluce Pinto, esta é uma Casa de diálogo, uma Casa onde temos que ouvir os lados, mesmo que esses lados estejam em extremidades completamente díspares, para procurar tirar o meio-termo e o bom senso. Em relação ao projeto, creio que, para entrar em vigor no dia 5 de outubro, é lógico que alguns de seus itens não poderão ser imediatamente executados, como, por exemplo, a presença do farmacêutico oito horas por dia na farmácia. Mas temos que lutar por isso e precisamos começar.

É a maneira como se faz aqui, ou por meio de decreto, onde se faz essa exigência, porque eis aqui um ponto onde há discordância. Na minha opinião - não sou especialista na área, mas há Senadores e Deputados aqui mais competentes que poderão opinar depois - um decreto presidencial teria validade para os órgãos públicos ou para aqueles que estão trabalhando a serviço desses órgãos públicos. Essas diligências serão válidas para esse serviço; do contrário, teria que ser um projeto de lei, uma lei aprovada no

Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República. São essas discrepâncias que temos que levar em consideração.

Eu gostaria de fazer alguns comentários sobre as colocações do Dr. Pedro Zidoi e, depois, rapidamente, sobre o projeto da nobre Senadora Marluce Pinto.

O Dr. Pedro Zidoi declarou que o aumento da expectativa de vida do brasileiro em cerca de 20 anos seria devido às facilidades de aquisição de medicamentos nas farmácias. Discordo dessa colocação do nobre depoente. Acredito que se deve muito mais à melhoria no sistema sanitário do País: esgoto sanitário, água tratada, melhores condições de vida de um modo geral, vacinação em massa. Deve-se muito mais a isso do que propriamente à facilidade de aquisição de medicamentos. Penso que é justamente o contrário. Como muito bem disse o Dr. Thiers: nos Estados Unidos, as estatísticas indicam que 130 mil acidentes são provocados pelo uso inadequado de medicamentos; isto num país onde se exige em cada farmácia a colocação de uma placa anunciando: "Farmacêutico de plantão, Dr. Fulano de Tal".

Portanto, é evidente que aqui os acidentes devem ocorrer mais freqüentemente, mas não temos estatísticas confiáveis. Realmente há discordância. Na minha opinião, o aumento da expectativa de vida do brasileiro deve-se muito à melhoria do sistema sanitário do que à facilidade de aquisição de medicamentos.

Por outro lado - e aqui comento também o que afirmou a nobre Senadora e cara amiga Marluce Pinto - mesmo com relação à drogaria, estabelecimentos como as farmácias devem trabalhar como estabelecimentos sanitários e não como um mero balcão de negócios. Esse é um ponto importantíssimo, e é a tendência mundial. Como o Dr. Thiers falou rapidamente, quando presidimos a CPI do Narcotráfico, verificamos que, geralmente nos levantamentos feitos no País, as drogas de abuso no Brasil são representadas muitas mais vezes por medicamentos do que propriamente pelas chamadas drogas ilegais. Em alguns locais, abusa-se muito mais de medicamentos vendidos irregularmente do que da própria maconha, por exemplo.

Fizemos um levantamento na Grande Belo Horizonte, há cerca de três anos, que mostrou que a primeira droga de abuso nessa cidade era representada pelas gotas e pelos xaropes à base de zibepol, sendo os nomes comerciais mais conhecidos, na época, Eritós e Tussiflex e não a maconha - esta estava em segundo lugar. Em primeiro lugar estavam os xaropes. Entre os menores de rua de Belo Horizonte, setenta por cento, nessa época, usavam xaropes e 40%, cola de sapateiro.

Verificamos a gravidade da situação da venda indiscriminada de medicamentos. Quando nos batemos para que haja um farmacêutico diplomado à frente das farmácias, estamos lutando para que sejam estabelecimentos sanitários. Citei exemplos da minha experiência cotidiana na área de abuso de drogas.

Há algum tempo foi fechada uma farmácia em Divinópolis, uma cidade próxima de Belo Horizonte. Na fiscalização percebeu-se que, em apenas uma semana, a farmácia havia vendido dois mil frascos desse antitussígeno chamado Eritós. Seria o caso de se dizer: como se tosse em Divinópolis! Realmente foram vendidos ilegalmente, através daquele mecanismo fraudulento da bonificação. Essa farmácia, por coincidência ou não, há seis meses estava sem farmacêutico responsável, tanto que não se responsabilizou nenhum farmacêutico pelo fato.

Um outro exemplo: recentemente, denunciemos no plenário da Câmara dos Deputados a venda indiscriminada de um produto antiulceroso à base de prostaglandinas e que estava sendo usado como abortivo. Vendia-se muito mais o produto, sem receita médica evidentemente, como abortivo do que realmente para combater

os problemas da úlcera gástrica. Cito até o nome, porque ele já foi colocado, a nosso pedido, sob controle de receita especial retida nas farmácias: Citotec.

Estão aí apenas dois exemplos, e eu poderia me alongar aqui citando inúmeros casos no passado: Pandemil, Optalidon, Fiorinal, Ambenil; uma série de produtos usados como drogas e vendidos indiscriminadamente. Não digo que a presença do farmacêutico diplomado nas farmácias, por si só, seria capaz de inibir essa prática. Mas é lógico, evidente e óbvio que ele teria algo por que zelar, que é o seu diploma, a sua situação. Também concordo com a colocação da Senadora Marluce Pinto: o povo precisa ser atendido. Então, pergunto: não será muito melhor que o povo possa ser atendido por um profissional universitário habilitado do que por um balconista prático de farmácia? É óbvio que será muito melhor para o povo brasileiro.

Concordo, porque é lógico que a Senadora pense num projeto como esse, quando analisa a situação do seu Estado, suas dificuldades de acesso, de transporte, enfim, as várias dificuldades de um Estado agreste como ainda é Roraima. Mas esse projeto não avança naquele sentido pelo qual todos lutamos em termos nacionais; e não podemos querer legislar também em sentido contrário. Ela diz que não podemos legislar para Minas, São Paulo, Rio Grande do Sul, etc. Mas também não podemos legislar, em nível nacional, com vista a atender Roraima e outros Estados - sem nenhum demérito para o Estado de Roraima, atualmente governado pelo caro amigo e ex-Deputado Ottomar Pinto, que é o esposo da nobre Senadora.

Evidentemente, temos que lutar para melhorar a situação. E podemos encontrar, inclusive, um meio-termo. Não queremos, de uma hora para outra, impedir o acesso, mas não podemos fazer projetos de lei para serem transformados numa legislação que venha a facilitar ainda mais essa questão dos medicamentos.

Aqui também aproveito uma colocação do Dr. Pedro Zidoi a respeito da questão da blenorragia citada pelo Dr. Thiers. O que realmente acontece, e que talvez o Dr. Thiers não tenha tido tempo de abordar, é que a venda indiscriminada de antibióticos nas nossas farmácias tem colaborado para que apareça resistência aos germes e, conseqüentemente, dificuldade no tratamento. Daí, provavelmente, um dos fatores do aumento dos casos dessa afecção e o ressurgimento até de algumas doenças como a sífilis, por exemplo.

Há o caso do indivíduo que é atendido num balcão de farmácia e que, embora precise de 20 ou 30 cápsulas de um antibiótico, por não ter recursos para isso, o que é muito comum, acaba levando 4 ou 8 cápsulas, fazendo, portanto, um tratamento inadequado. Esta é mais uma razão para que haja um profissional habilitado: para que o uso dos medicamentos possa se tornar cada vez mais racional.

Discordo, também, do Dr. Pedro Zidoi quando coloca que os preços dos medicamentos no Brasil são até inferiores aos de outros países. Eu trouxe um documento a esta CPI, entreguei cópias ao Presidente e ao Relator, numa das reuniões anteriores, mostrando que alguns medicamentos, em dólares, são mais caros no Brasil do que na Inglaterra, onde a renda *per capita* é, no mínimo, cinco ou dez vezes maior que a do Brasil. Os medicamentos são mais caros do que na Austrália, país rico, desenvolvido.

Darei um exemplo recente: um amigo pediu-me que lhe arranjassem um produto, Eritropoína ou Eprex, pois ele tem insuficiência renal. Consegui duas ampolas, Sr. Presidente, que custaram 250 dólares. Como é então que o medicamento está barato no Brasil? De jeito nenhum. Mesmo em dólares e tendo em vista a baixa renda média do povo brasileiro, está quase inacessível. Há medicamentos que são vendidos, sabemos, por 2, 3, 4, 5, 10

mil cruzeiros reais. Essas colocações precisam ser feitas. Desculpe-me a nobre Senadora Marluce Pinto, mas eu me coloco contra o seu projeto de lei, porque ele permite que nas drogarias - não faço distinção entre drogarias e farmácias, porque essa história de manipulação não é só... Embora esteja havendo um pequeno retorno às fórmulas clássicas manipuladas nos laboratórios, isto não representa nem 20%, nem 10%; talvez 5% ou menos do trabalho de uma farmácia. Mas não podemos esquecer que não é um mero estabelecimento de comércio: é um estabelecimento que vende produtos que dizem respeito de perto à saúde e que podem provocar problemas graves de dependência, de intoxicação e inúmeros efeitos colaterais, como sabemos. É evidente que não podemos esperar que, de uma hora para outra, o farmacêutico diplomado seja colocado à frente das farmácias; mas, como legisladores, não pensamos apenas neste momento: estamos procurando legislar, também, para o futuro. Temos de ter o profissional habilitado.

A Senadora aludiu às dificuldades dos profissionais e afirmou que não se trata só de farmacêuticos; o Estado também tem deficiência de médicos. Por causa desta deficiência de médicos, o que o ilustre Governador Ottomar Pinto está fazendo, e muito bem? Convênios para contratar médicos até no exterior. Na verdade, não se vai procurar um curandeiro ou um leigo - sem nenhum demérito para os técnicos de farmácia - para trabalhar como médico no seu Estado. Devemos buscar uma maneira de conciliar os vários interesses. Não pretendemos, de uma hora para outra, alijar aqueles que já vêm trabalhando nas farmácias e que têm, na minha opinião, seus direitos adquiridos; mas temos que procurar evoluir, como outros países, alguns da América Latina, têm feito. O nobre depoente, Dr. Pedro Zidoi, citou a Argentina, que tem uma legislação mais rigorosa do que a brasileira no que se refere à exigência do profissional. Queremos um profissional diplomado, porque objetivamos um atendimento melhor à população brasileira.

Finalizando, Sr. Presidente, e agradecendo a tolerância de V. Ex.^a, faço só uma pergunta ao Dr. Pedro Zidoi. Trata-se de um caso recente, que o senhor provavelmente conhece. Um produto cujo nome genérico é ciclopentolato é vendido, normalmente, em três ou quatro especialidades farmacêuticas diferentes. O senhor, por acaso, tem notícia de problemas provocados por esse produto no campo do abuso de drogas? Por que, na sua opinião, isso pode estar ocorrendo?

É a única pergunta que faço e torno a dizer: não sou contra o técnico de farmácia estar trabalhando nas farmácias, mas luto, sem dúvida nenhuma - há até um projeto tramitando no momento na Câmara dos Deputados - para que o farmacêutico assuma, realmente, como profissional habilitado, o balcão das farmácias também. É evidente que podemos não tê-los, no momento, em número suficiente. Fui professor durante 34 anos de uma Faculdade de Farmácia - aliás, fui tudo na Faculdade, desde aluno até Diretor - e sei das dificuldades que existem na área. Mas tenho certeza de que, uma vez abertas e oferecidas as possibilidades, lentamente, o farmacêutico voltará a ser aquilo que nunca deveria ter deixado de ser: um **drug expert**, especialista em drogas. Quando falo em drogas, quero abarcar todo o universo, inclusive dos medicamentos. É essa a questão, sem pretender nenhuma ofensa aos nobres depoentes ou a quem quer que seja, fruto da experiência de um homem que vem lidando nessa área há mais de 35 anos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) - Passo a palavra ao nobre depoente, Dr. Pedro Zidoi.

O DR. PEDRO ZIDOI - O Dr. Thiers não está presente, mas nós nos conhecemos. Fiquei muito mais tranquilo, depois que ele disse que o que expus - como tenho exposto sempre, não fiz

leitura de documento algum - é aquilo que sabemos, que conhecemos e que defendemos como valores de vida. E esse é um dos valores; portanto, estou tranquilo.

Discordo, totalmente, quanto ao número de farmácias existentes, porque se declarou que, no Brasil, os Conselhos de Farmácias não têm o registro desse número. Ninguém tem esse registro. Portanto, devemos transmitir às autoridades o número correto de farmácias, sobre o qual elas poderão legislar. Posso passar às mãos dos senhores o Censo Nielsen, no qual se encontra o número correto de farmácias, que, atualmente, não chega a 42 mil.

Apoio aos genéricos: nós, do comércio, somos totalmente favoráveis ao apoio aos genéricos. Penso que existem alguns exageros. Por que o nome fantasia tem que ser apenas um terço do nome genérico? Como fica denominada uma matéria-prima, que, às vezes, tem um nome enorme? Acredito que, se houver bom senso, pode-se estudar uma forma de solucionar esse problema; no mínimo, poderia ser metade genérico e metade marca. Mas defendemos o genérico.

Nos países de Primeiro Mundo, também existe um número elevado de farmácias. Em nossas viagens, estivemos pesquisando sobre isso: na Itália, por exemplo, há uma farmácia para cada 4.500 habitantes. Em cada município da Itália, esse zoneamento é respeitado. Fico muito contente quando ouço falar em zoneamento, porque essa é uma luta que tenho travado. Consegui implantar um zoneamento na cidade de São Paulo, o que já me custou 122 processos, dos quais já ganhamos por volta de oitenta.

Então, estamos juntos no que interessa à saúde, à realidade. Pedi socorro ao Conselho, à Vigilância Sanitária e ao Sindicato dos Farmacêuticos, e trabalhamos juntos.

Quis demonstrar, na minha exposição, que não foi com a saída do farmacêutico que houve uma diminuição na expectativa de vida. Concorro, plenamente, em que isso ocorreu por outros motivos. Mas o remédio - não me refiro ao profissional que faz chegar o remédio - tem colaborado bastante para que a expectativa de vida seja melhor.

Gostaria de citar aqui um fato desagradável. Há tempos atrás, havia um farmacêutico no Hospital Franco da Rocha, que era do Serviço de Fiscalização e Vigilância Sanitária - não vou mencionar o seu nome, porque ele já é falecido. Nesse hospital, foi feita uma vistoria e verificou-se que todos os doentes terminais que lá estavam não tomavam mais sedativos à base de morfina ou de outros derivados para minorar as suas dores. Infelizmente, depois de alguns dias, apareceu uma manchete nos jornais, que dizia que o dito farmacêutico fazia uso de todos aqueles tóxicos do hospital. São coisas que acontecem.

Por outro lado, nós, do comércio farmacêutico, não temos conhecimento do que é que o viciado passa a fazer uso. Isto só acontece quando verificamos que um medicamento começa a sair mais do que o normal. Nesse caso, normalmente, há uma comunicação à Vigilância Sanitária. Qualquer desacerto que haja na comercialização é levado por nós ao conhecimento da Vigilância Sanitária, para que ela faça a fiscalização.

Não sou favorável à multa a um estabelecimento que esteja traficando remédios para viciados: sou favorável ao fechamento desse estabelecimento e ao processo criminal contra o seu responsável comercial e técnico. Não é com a multa que iremos resolver essa situação. Temos, sim, que tirar esse elemento do nosso meio.

Verificamos que as doenças ocorrem em ciclos. Há diversas doenças, que, no passado, considerávamos praticamente extintas, e que, hoje, estão voltando com força total. Os farmacêuticos e os

nossos cientistas têm que continuar pesquisando para que sejam encontradas soluções para esses problemas.

A Senadora Marluce Pinto tem uma preocupação com a saúde, tanto que S. Ex^a não tira o profissional da Saúde. S. Ex^a quer que cada estabelecimento - farmácia ou drogaria - tenha um profissional. Se o farmacêutico não se encontra presente, o estabelecimento tem que qualificar um profissional, para que, no futuro, se necessário for, esse profissional seja processado criminalmente, seja preso e tenha o seu estabelecimento fechado.

O Decreto nº 20.377, de 8 de setembro de 1931, que foi revogado, estando presente no art. 58 da Lei nº 5.991, estabelece o seguinte:

"Art. 2º - O exercício da profissão farmacêutica compreende:

- a) a manipulação e o comércio dos medicamentos ou remédios magistrais;
- b) a manipulação e o fabrico dos medicamentos galênicos e das especialidades farmacêuticas;
- c) o comércio direto com o consumidor de todos os medicamentos oficiais, especialidades farmacêuticas, produtos químicos, galênicos, biológicos, etc., plantas e aplicações terapêuticas;
- d) o fabrico dos produtos biológicos e químicos oficiais;
- e) as análises reclamadas pela clínica médica;
- f) a função de químico bromatologista, biologista e legista.

§ 1º - As atribuições das alíneas c e f não são privativas do farmacêutico."

A dispensação, a venda de medicamento não é atividade privativa do farmacêutico. É a lei que está dizendo isto. Na drogaria só se faz a comercialização; na farmácia, não. A farmácia é do farmacêutico. Portanto, sou defensor de que não haja, neste País, nenhum estabelecimento sem um responsável técnico. Na drogaria, defendo que esse profissional não precisa ser o farmacêutico; pode ser o farmacêutico ou outro profissional com curso profissionalizante.

Fico muito satisfeito por ver aqui no plenário o companheiro Jales de Souza Dantas, do Conselho de Farmácia, que milita no comércio farmacêutico. São poucos os farmacêuticos, mas temos um pequeno crescimento, e isto é motivo de alegria para nós.

Quanto à colocação de três membros da minha família como farmacêuticos, informo que eles não são meus filhos: são uma nora e dois sobrinhos. Infelizmente, todos eles foram para o comércio e depois desistiram, porque não se adaptaram na profissão. Estão colaborando no plano de saúde, mas em outros setores. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) - Parece-me, Dr. Pedro, que V. S^a não respondeu à pergunta.

O SR. ELIAS MURAD - É. Eu queria pedir, porque ele mesmo disse...

O SR. PEDRO ZIDOI - Eu disse a ele que não temos conhecimento disso; só sabemos disso com o uso anormal de um determinado produto. E não chegou ao meu conhecimento esse uso anormal.

O SR. ELIAS MURAD - Aproveito a oportunidade, se V. Ex^a me permitir, Sr. Presidente. Vou ser rápido.

Esse produto foi denunciado pelos Conselhos de Farmácia, porque é um produto usado para exames de fundo de olho principalmente, ou então para afecções da íris, doenças da íris. Evidentemente, quando se usa uma ou duas gotas nos olhos, não há efeito

psicotrópico; mas através de uma farmacologia clandestina - e citei vários exemplos - os usuários de drogas descobriram que o produto, em dose alta, o frasco inteiro, por exemplo, do colírio, aspirado ou ingerido, produz alucinações, tem um efeito psicotrópico. Então, as vendas, de um dia para o outro, subiram assustadoramente, dentro da linha que V. S^a acabou de dizer. Por isso fiz a pergunta.

Isso mostra a importância do profissional farmacêutico. Aconteceu de uma hora para outra, num produto totalmente inoperado. Depois que passamos a estudar com cuidado, verificamos que há justificativas farmacológicas. Descobrimos realmente isso: que esse medicamento pode servir, em doses altas, como droga de abuso. Na verdade, são produtos semelhantes à escopolamina e à atropina, que existem na beladona. Até o chá de lírio tem sido utilizado por usuários de drogas, pois contém essas duas substâncias psicotrópicas.

O produto passou, de uma hora para outra, a ser muito comprado, porque não necessita de receita médica, de um modo geral; tem a faixa vermelha, que não exige retenção de receita. Isso foi descoberto e denunciado pelos Conselhos de Farmácia. Denunciamos também à tribuna da Câmara dos Deputados e mandamos um pedido ao Ministro da Saúde para que colocasse, imediatamente, esses produtos à base de ciclopentolato na portaria que regula os psicotrópicos.

Veja V. S^a a importância do profissional habilitado. V. S^a não tem conhecimento, com toda a sua experiência de décadas. No entanto, a denúncia me foi encaminhada por farmacêuticos que passaram a perceber e verificaram que, farmacologicamente, há justificativas ponderáveis para o uso abusivo. É um exemplo de que a farmácia não é um mero balcão de negócios: é um estabelecimento sanitário, que precisa de um profissional competente, sem dúvida nenhuma.

Foi dentro dessa linha que fiz a minha pergunta. Muito obrigado.

O SR. PEDRO ZIDOI - Quero somente responder, se for possível. Posso apresentar a esta Comissão centenas de notas fiscais de farmácias em que se pode constatar que isso não está acontecendo. Devem ter sido casos isolados. Não podemos tratar de casos isolados, mas devemos enquadrar, sim, com a maior rapidez possível, no controle de receitas especiais.

O SR. ELIAS MURAD - Exatamente. Eram casos isolados. O Optalidon começou como caso isolado.

O SR. PEDRO ZIDOI - Pandemil.

O SR. ELIAS MURAD - Esse já saiu, e tenho grande responsabilidade na saída.

O SR. PEDRO ZIDOI - Parabenizo-o por isso.

O SR. ELIAS MURAD - Quanto ao Zipeprol, Eritós e Tussiflex, foi uma luta de sete anos para que eles fossem retirados do mercado. Só na Grande Belo Horizonte, por **overdose**, o Eritós e o Tussiflex mataram - tenho os dados - 52 pessoas. Mataram mais do que drogas de abuso, talvez mais ou menos igual a cocaína. Eritós e Tussiflex: 52 mortes em 7 anos na Grande Belo Horizonte. Tenho esses casos catalogados nos meus Centros de Atendimento aos Usuários de Drogas. Começaram também com uso esporádico, isolado, eventual; pouco a pouco, os números foram aumentando, o que obrigou, no caso do Zipeprol - temos substitutos muito bons - que pedíssemos a retirada do produto do mercado.

Quanto ao ciclopentolato, ele é muito útil nos exames de fundo de olho. Pedimos ao Ministro que colocasse o produto sob controle de receita especial, retida nas farmácias para posterior fiscalização.

O SR. PEDRO ZIDOI - Uma das propostas que se poderia dar à Comissão é no sentido de que a indústria farmacêutica fosse obrigada a comunicar à Vigilância Sanitária, órgão que pode

tomar as providências cabíveis, qualquer movimento diferente no pedido de qualquer empresa. Tenho certeza absoluta de que o que está atrapalhando não é o comércio farmacêutico; são empresas que vão buscar medicamentos em São Paulo e saem vendendo por esse interior afora, às vezes, com caminhões de doces, que levam junto os medicamentos. Isento, portanto, o comércio farmacêutico dessa responsabilidade. Temos que ser parceiros, colaboradores da Vigilância Sanitária, e temos que contar com a indústria farmacêutica; ela é a fonte e sabe o aumento da produção e da venda desse produto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao nobre Relator, Gonzaga Mota.

O SR. RELATOR (Gonzaga Mota) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Srs. Depoentes, minhas senhoras e meus senhores:

Eu gostaria, preliminarmente, na qualidade de Relator desta comissão, de fazer um breve histórico para V. Ex^a, que tão bem vem presidindo esta CPI, de maneira democrática, como estamos observando, de maneira extremamente transparente. Como Relator, cumprimento V. Ex^a por esse seu espírito cívico de querer alcançar o melhor para a sociedade.

A preliminar é a seguinte: desde maio de 1992, estamos, dentre outras atividades no Congresso Nacional, estudando essa parte do setor farmacêutico, inicialmente como Presidente de uma subcomissão na Câmara dos Deputados, ligada à Comissão de Economia, Indústria e Comércio e, agora, como Relator desta CPI mista. Digo a V. Ex^a, aos Srs. Parlamentares e aos presentes que já consegui uma quantidade substancial de informações, depoimentos, tanto nesta CPI, como na subcomissão.

Vejo que já temos material suficiente para iniciarmos, de forma definitiva, a elaboração do nosso relatório, que se encontra estruturado. Tenho alguma dificuldade no tocante às mudanças que ocorreram em termos de orientação da saúde no País. Para V. Ex^a e os Srs. Parlamentares terem uma idéia, já tive oportunidade de ouvir depoimento, ou conversar pessoalmente, do Ministro Alcení Guerra e Ministro Adib Jatene sobre o assunto, assim como o Ministro Jamil Haddad, através do Dr. Roberto Chabo; Temos agora um novo Ministro, Dr. Henrique Santillo que, muito embora todos saibamos que o nosso trabalho tem uma conotação estrutural – e essa é a nossa idéia desde quando começamos a Subcomissão, depois transformada, por solicitação inclusive do próprio Governo e do Líder do Governo, Senador Pedro Simon, em Comissão Parlamentar Mista de Inquérito –, não é um trabalho para agora; é um trabalho profundo e, para isso, já ouvimos segmentos vários: a parte de produção, tanto nacional quanto transnacional; a parte acadêmica; a parte da comercialização; já visitamos algumas instituições e também ouvimos depoimentos, em todas as reuniões, depoimentos estes profundos, como é o caso, hoje, do feito pela Senadora Marluce Pinto e do nobre Deputado Elias Murad.

Assim, Sr. Presidente, está chegando o momento de encerrarmos as audiências públicas, a juízo do Relator. Evidentemente, V. Ex^a tem todo o poder para conceder ou não outras audiências públicas. No tocante ao Relator, entretanto, já estou, digamos assim, com o nível de informação suficiente para iniciarmos um trabalho que será, evidentemente, submetido a esta Comissão e por ela criticado, aprovado ou rejeitado dentro da maior liberdade e do maior espírito democrático.

O SR. ELIAS MURAD – O nobre Relator me permite um aparte?

O SR. RELATOR (Gonzaga Mota) – Com todo prazer, nobre Deputado.

O SR. ELIAS MURAD – Como conversei com o nobre Presidente, há um pedido, por mim recebido por meio de um fax esta semana, de uma entidade, cuja representação já não me lem-

bro mais, em que se solicita a possibilidade de a CPI ouvir o novo Ministro da Saúde. Na verdade, não sabemos ainda a posição de S. Ex^a – como V. Ex^a mesmo acabou de dizer – particularmente em relação à efetividade do decreto dos genéricos.

Esta é uma colocação que faço aproveitando a oportunidade. Contudo quem decidirá é o nobre Relator, juntamente com o ilustre Presidente, Senador Carlos Patrocínio.

O SR. RELATOR (Gonzaga Mota) – Muito obrigado. Entendo que o nobre Deputado Elias Murad está com a mesma preocupação que tenho. Como estamos aí com um novo Ministro, muito embora com poucos dias de empossado, eu tomaria a liberdade de propor a esta Presidência, se possível – e isto do ponto de vista do Relator –, convidar, para a próxima quinta-feira, o nobre Ministro Henrique Santillo. Com isto, da parte do Relator, já me sentiria satisfeito com relação às audiências públicas. Partiríamos, então, para a montagem do nosso Relatório, evidentemente, discutindo com V. Ex^a e com os demais membros da Comissão, para depois trazermos este relatório para ser aprovado ou rejeitado. Quero apenas ressaltar, mais uma vez, que é conjuntural essa convocação do Ministro, vez que já conversei com quatro ex-Ministros; e este seria o quinto Ministro a ser ouvido. Então, posto que conjuntural – e estou fazendo um trabalho conjuntural – eu gostaria de ter a opinião do Ministro sobre fatos que dominam a minha preocupação dentro deste relatório, como o problema dos genéricos, o problema das patentes e vários outros pontos aqui já tratados na área acadêmica, na área da produção, na área da comercialização, dos conselhos, etc. Então, faria esta solicitação a V. Ex^a.

Sr. Presidente, ainda tenho três indagações rápidas, que tanto valem para o Dr. Thiers Ferreira, como para o Dr. Pedro Zidói. Peço apenas a opinião de ambos a respeito desses três itens, sobre cujas avaliações não farei nenhum juízo de valor. Gostaria apenas de saber, como já disse, a opinião de S. S^{as}.

1) Sobre a importação de medicamentos, qual a opinião dos depoentes?

2) Qual a opinião dos depoentes em relação à RENAME e se poderíamos, se temos condições, realmente, de implementar, no Brasil, o que está proposto dentro daquilo que originou a RENAME?

3) A Lei dos Genéricos estimularia a "empurroterapia"?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao Dr. Thiers Ferreira.

O SR. THIERS FERREIRA – Ilustre Relator, antes de responder a essas três indagações, eu gostaria de informar a V. Ex^a e ao ilustre Presidente desta Comissão que, no meu dossiê, existe a denúncia a respeito do alucinógeno a que o Deputado Elias Murad se referiu, fazendo alusão ao uso indevido de mais esse medicamento. Entregarei esse dossiê à Presidência, quando terminarmos esta reunião.

Com relação à importação de medicamentos. Temos uma indústria de medicamentos neste País, indústria esta transnacional que, através de suas matrizes e filiais, impõe-nos o preço que quer e, depois, na imprensa, diz sempre estar trabalhando no vermelho. Importação de medicamentos no Brasil a quem serviria? Por quê? Com base nas doenças daqueles países? As pesquisas que mais são feitas são pesquisas do que chamamos doenças de Primeiro Mundo. Hoje, cem milhões de brasileiros não têm sequer acesso aos medicamentos neste País. Esses medicamentos importados serviriam muito mais aos ricos do que a essa grande massa necessitada de brasileiros.

Por outro lado, a respeito das nossas doenças endêmicas, como a malária, a esquistossomose, a doença de Chagas, o

avanço absurdo da tuberculose no País, a hanseníase, Sr. Relator, não existem pesquisas. Importaríamos, vou repetir, medicamentos de doenças do Primeiro Mundo, enquanto a grande maioria de brasileiros precisa de medicamentos para as suas doenças tropicais.

Ao invés de importarmos medicamentos, faço, Sr. Relator, uma sugestão: seria bom, guardando os exageros, que cada município deste País, dos cinco mil municípios deste País, tivesse uma miniindústria de medicamentos; só assim, o Brasil sairia dessa dependência maléfica das transnacionais do medicamento. Acho que, com isso, respondi a sua indagação. Se por acaso V. Ex.^a não ficar satisfeito, gostaria que me reformulasse a pergunta sob a sua ótica.

A Relação Nacional de Medicamentos Essenciais é uma necessidade, por sugestão da Organização Mundial de Saúde, já nos idos de 1984, se não me engano, para que se possa desenvolver a política de medicamentos essenciais no nosso País, com vistas àquilo que disse anteriormente, respondendo à primeira pergunta, ou seja, a que a grande massa da população possa ter acesso a esses medicamentos, numa coordenação de fabricação e incentivo da CEME com os laboratórios estatais, que, hoje, graças a Deus, estão produzindo medicamentos por intermédio de convênios com os Ministérios da Saúde, Educação, as Universidades brasileiras, especificamente nas faculdades de farmácia, e os laboratórios estatais, num projeto que o Ministério da Saúde chamou de Farmácia Escola, título este que, a meu ver, não é apropriado. Portanto, há uma necessidade de que se concentre a fabricação e a capacidade de produção dessas indústrias em cima de uma relação essencial de medicamentos, já que a Organização Mundial de Saúde diz que menos de 400 itens de medicamentos essenciais serviriam para debelar 95% das doenças tropicais.

Como disse no meu pronunciamento inicial, no Brasil, o Serviço de Vigilância Sanitária não conhece o número de medicamentos registrados neste País. Não posso dizer se são cinco, dez ou quarenta mil, tal a desorganização que existe naquele órgão.

Assim, respondo afirmativamente que é necessária a política de medicamentos essenciais, para que possamos concentrar o poder de fabricação dessas indústrias e assim satisfazer a população carente deste País.

Com relação ao Decreto 793, Sr. Relator, quero dizer que ele não traz nenhuma novidade. Mas uma coisa ele fez, que acho importantíssima: provocou a discussão do medicamento no País; está provocando a opinião dos médicos, farmacêuticos e das autoridades do Ministério da Saúde.

Discutir o medicamento neste País é uma coisa importantíssima, porque as autoridades brasileiras precisam deixar de tratar o medicamento como uma mercadoria comum e simples. É necessário que o medicamento seja tratado como um bem social.

Ocorre aquilo que a Senadora Marluce Pinto falou: há farmácias pequenas, no interior do seu Estado, que não podem pagar a um farmacêutico dois salários mínimos. Então, é necessário que essas farmácias não sejam abertas. Seria necessário que houvesse um mínimo de estoque possível, para que pudéssemos evitar as consequências adversas do uso indevido desses medicamentos e para que pudéssemos educar o nosso País no sentido de saber usar racionalmente o medicamento.

O Decreto 793, apesar de algumas necessárias normatizações, como bem disse o Deputado Elias Murad, é interessante, porque deixa viva a discussão do medicamento no País, que é um dos setores da área de saúde que mais implica os orçamentos dos Estados, como o senhor bem sabe. O uso do medicamento envolve 40% dos orçamentos na área de saúde. E só a discussão desse fato, provocada pela edição do Decreto 793, já valeu a pena.

Estimularia a "empurroterapia"? Essa foi a pergunta. A "empurroterapia" é estimulada pela própria distorção do mercado farmacêutico brasileiro. Disse a V. Ex.^a que os balconistas de farmácias aumentam os seus vencimentos com as comissões conseguidas com a venda de medicamentos.

Não vejo por que o uso do nome genérico poderia ainda mais distorcer essa situação, que acho extremamente prejudicial à saúde pública. Se não tivermos a presença do farmacêutico na farmácia, não vamos conseguir disciplinar esse comércio, esse mercado farmacêutico em nosso País.

Acho que é essa a intenção desse Decreto. É preciso fazer com que o mercado farmacêutico seja disciplinado. Não vamos com isso corrigir o comportamento de quem já normalmente pratica esse comércio.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Com a palavra o Dr. Pedro Zidoi.

O SR. PEDRO ZIDOI – A importação de medicamentos – Vejo nesta importação de medicamentos acabados um ato muito prejudicial ao nosso País e principalmente aos farmacêuticos.

A matéria-prima do medicamento tem de ser importada, mas não vamos importar embalagem e outras coisas mais. Portanto, o que devemos fazer é procurar onde essa matéria-prima é mais barata e não importar matéria-prima de um produtor que domina a venda de um produto acabado em nosso País.

Então, sou totalmente contrário à importação de produto acabado, haja vista, colaborando com o Dr. Thiers, estarem essas vitaminas e outros produtos sendo vendidos, nas boutiques, bazares e outras lojas, dez vezes mais caros do que o produto aqui fabricado e sem controle algum da autoridade sanitária do País.

Vamos perder totalmente o controle; vamos ser entulhados de lixo de medicamento, já que o interesse de muitos países é vender produtos para nós e levar as nossas divisas. Portanto, sendo fabricado por farmacêuticos deste País, o produto vai ter um acompanhamento, e isso é muito benéfico à saúde.

Posiciono-me contrário à importação.

RENAME – Verificamos que o País já teve diversos desvios da linha RENAME. É necessário, a segurança nacional. Portanto, sou favorável a uma determinada linha de produto, que atenda a todas ou quase todas as doenças do nosso povo e ainda a que os mais necessitados tenham remédio não de graça, porque tudo que é de graça não presta e nem é usado, mas com um valor insignificante. Nós, do comércio farmacêutico, abrimos mão da maior parcela da nossa margem de operação comercial, para colaborar com esse plano de saúde do Governo. As farmácias e drogarias colaboram muito, completam os planos de saúde.

Não venho a esta Comissão para dizer o que fazemos. Venho para dizer aquilo que o povo necessita que seja feito. Ele se automedica, porque não tem quem o faça. Se não tem quem o faça, é bom que tenha alguém com algum conhecimento e experiência para evitar que faça coisas piores.

Os genéricos – Os genéricos não vão estimular a automedicação, tampouco aqueles que preferem atingir o comércio farmacêutico, chamando-o de "empurroterapia".

O que verifico é que tem de haver uma política para se chegar ao genérico. Vamos determinar que a indústria farmacêutica fabrique genérico? E o preço? Vai continuar o mesmo, e não porque é genérico. Tenho aqui a relação de produtos à base de dipirona, em que o nome Novalgina é o mais barato; todos os outros são mais caros. Estão lá em cima os preços. Há aqueles à base de eritromicina, e ocorre a mesma coisa. E isso vai por aí afora.

Não é o nome genérico que vai solucionar o problema de preço do medicamento. Precisamos de uma política para chegar ao genérico. Agora, acredito que o genérico já deve ser implantado,

mas depois tem de vir alguma coisa complementar; senão, trocaram-se dez por dez, e não sobrou nada.

Também coloco que os municípios realmente gastam muito com remédio. Estive em uma cidade, perto de Campinas, para documentar, mesmo. Cheguei pela manhã e encontrei, em Elias Fausto* — esse é o nome da cidade —, cinco carros de cidades diferentes, que foram lá buscar remédio, porque é de graça. Será que essa é a municipalização da saúde? Também não é por aí.

Verifico que não podemos abrir indústria farmacêutica em cada município. O Estado tem de centralizar. Temos de ter isso com muito cuidado e responsabilidade, senão acaba encarecendo mais e vai-se formar um cabide de empregos. E mais: a quantidade de produtos que são jogados fora por compras malfeitas, em todos os setores do serviço público, deixa-nos assustados. São toneladas e toneladas de medicamentos, que fazem falta para o pobre e estão servindo para aterro sanitário.

Então, acredito que não é por ser farmacêutico que o indivíduo é um bom comprador; não é porque passou por uma faculdade de Administração de Empresas que é um bom comprador. Temos de verificar uma realidade muito cuidadosa, que é a compra. Tomamos conhecimento de que, na cidade de Itu, no Estado de São Paulo, uma compra de preservativos masculinos, feita pelo ex-Prefeito, dá, mais ou menos, para 200 anos de consumo.

São essas coisas que não podem acontecer. São esses abusos com dinheiro público que têm de acabar. Acredito que tenha dado a resposta que me foi solicitada. Se ficou alguma dúvida, coloco-me à disposição.

O SR. RELATOR (Gonzaga Mota) — Muito obrigado aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Marino Clinger.

O SR. MARINO CLINGER — Quero fazer uma pergunta ao Dr. Pedro. Quando cheguei aqui, V. S^a estava dando o seu depoimento, dizendo que os aumentos médios dos laboratórios eram de 30 a 40%, conforme uma pesquisa feita entre 8.000 produtos. Quero saber se realmente procede essa informação, se o que entendi foi o que o senhor quis dizer.

O SR. PEDRO ZIDOI — Embora a Bíblia não estivesse aqui, estamos sob juramento, e assim é o meu conceito de vida.

Verifico que a indústria farmacêutica coloca uma média. Por exemplo, existe um remédio à base de hormônio que no mês passado dobrou de preço. Então, essa é a média.

Estou passando às mãos da Comissão documento a respeito do qual citarei alguns dados. Por exemplo, o Laboratório Abbot aumentou 70 produtos em 39,79%. O Alcon não aumentou. Temos aqui também números para os aumentos praticados por outros laboratórios: 28%, 21%; tem um aqui que aumentou 78,85%.

Fiz o levantamento de julho para agosto e de agosto para setembro. E também o estou fazendo junto à Associação Brasileira de Comércio Farmacêutico e espero, dentro do menor tempo possível, oferecer aos senhores, produto por produto, os aumentos praticados de janeiro até o presente momento. Através do documento que lhes estou entregando já é possível ter uma idéia do que estou dizendo.

O SR. MARINO CLINGER — Era sobre isso que gostaria de fazer a pergunta. Precisamos ter um levantamento que apresente os aumentos de cada produto. O senhor sabe, mais do que todos nós, que todos os laboratórios possuem produtos que têm grande saída, outros que têm pouca saída e um grande número de produtos que não têm saída alguma.

O SR. PEDRO ZIDOI — Perfeito.

O SR. MARINO CLINGER — Então, se temos a média de aumentos de um laboratório dando 39%, vamos ter englobados

nesta média o aumento daquele produto que não sai, que não é vendido, e o do outro que é muito vendido. Então, colocando dentro do mesmo cálculo de média aquele produto que é muito vendido — que pode ter tido um aumento de 400%, 200%, 100% — e aquele que não é vendido, o faturamento do laboratório vai ter uma média correspondente a 39%. Sobre aqueles produtos que realmente saem vamos verificar um percentual de aumento muito acima da capacidade de aquisição desses produtos pela média da população.

Não podemos incorrer neste erro, ou seja, dizer que o laboratório só aumentou 39%, como no caso do Abbot, quando sabemos, na realidade, que inúmeros produtos deste laboratório não têm saída e outros saem muito. Esses que saem muito aumentaram 100%, 200%, e para os outros que não tiveram saída não houve aumento, e a média deu 39%. Então a população está sendo penalizada.

Essa era a consideração que eu queria fazer para chamar atenção sobre o que está acontecendo. É a mesma coisa quando se tem um produto puro e outro produto com 50% de impureza. Exemplificando, o caso da goiabada: uma goiabada pura e uma goiabada com 50% de impureza. Ou seja, uma goiaba e uma abóbora. E assim, outro produto, com 100% de goiaba. Eram estas considerações que gostaria de fazer, para evitarmos a distorção.

Em relação ao que se fala de "empurroterapia", acho que é um problema do mercado farmacêutico e da indústria farmacêutica. Esse problema é mais da indústria do que do comércio farmacêutico.

O SR. PEDRO ZIDOI — Concordo plenamente.

O SR. MARINO CLINGER — o que tem de haver é uma fiscalização maior sobre os laboratórios, sobre a indústria farmacêutica.

Como o senhor e todos nós sabemos, existem inúmeros laboratórios que não atendem às condições mínimas de funcionamento. Como diz o Dr. Elias Murad, que tem experiência nisso, inclusive com fechamento e fabricação de certos produtos, há produtos que não atendem ao mínimo requisito de uma análise química e laboratorial, porque não há uma correspondência entre aquilo que está escrito e a devida composição daquele medicamento. Se um cidadão entra numa farmácia e pede um xarope para tosse, o dono da farmácia, o profissional de farmácia, independente de ser farmacêutico ou não, vai procurar entre diversos produtos aquele que lhe dá mais rentabilidade.

Evidentemente, nesses laboratórios da indústria farmacêutica, nos chamados laboratórios de porão, encontramos determinados produtos, quer sejam antibióticos, quer sejam xaropes para tosse, que dão essas vantagens para o proprietário da farmácia, em que este ou o balconista vai indicar esses laboratórios, que proporciona um lucro maior. Acho que o comércio farmacêutico o é um dos mais sérios neste País. Quero fazer justiça. Porque a maneira como se vendem esses produtos resulta da inflação desenfreada e a remarcação existe não só no comércio farmacêutico, mas em todo o comércio, no de tecidos, de bebidas, em todo aquele comércio que tem estoque, como o de cigarros, o de bebidas. Aumentando-se o preço da cerveja, por exemplo, automaticamente se atualiza o preço da cerveja do estoque para o mais atual.

E não seria o comércio farmacêutico que não iria fazer isso — ainda mais naqueles produtos que não têm grande saída —, porque se isso não ocorrer, quando ele vender aquele produto não terá condições de repor aquele mesmo produto que vendeu, por causa dessa inflação de 30 a 40%. E sabemos que na indústria farmacêutica a média dos aumentos tem sido baseada na inflação, mas em determinados produtos tem sido muito maior.

Eram essas as considerações que queria fazer e que dão alguma contribuição.

O senhor enfocou muito bem o assunto. O problema da famosa "empurroterapia" não representa muito no comércio farmacêutico, porque verificamos que as multinacionais e poucos laboratórios nacionais têm seus produtos receitados pelos senhores médicos. Se acabarmos com a bonificação por parte da indústria, vamos atingir exclusivamente os laboratórios nacionais. Temos de ter uma política, senão vamos deixar para este País só as multinacionais, porque os médicos receitam os produtos daquela indústria. Salvo raríssimas exceções, que devem ser 5 ou 6 laboratórios, os demais laboratórios não obtêm o receituário médico, e é onde ele vem para a farmácia. Agora, temos de fazer com que o laboratório que esteja fabricando um produto, que esteja bonificando garanta a qualidade do produto: se foi analisada a matéria-prima, se ele tem controle de qualidade – porque muitos nem têm –, se ele está dentro dos parâmetros determinados pelas leis e pela vigilância sanitária. Acredito que temos de procurar eliminar esse problema sem fechar as portas para as indústrias nacionais.

O SR. THIERS FERREIRA – Apesar de não ter sido perguntado, isso respondeu um pouco às questões do Deputado, principalmente com relação ao aumento abusivo que reafirmamos estar havendo neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – V. Exª tem a palavra.

O SR. THIERS FERREIRA – Tenho em mãos, é o dossiê que trouxe para esta Comissão, um trabalho do Conselho Regional de Minas Gerais, sob a Presidência da Dra. Ângela Ferreira, que se encontra presente, em que ela divulga uma relação de alguns medicamentos com o aumento de janeiro a setembro. São produtos conhecidos: Aldomet (500mg), que sofreu um aumento de 1.056% de janeiro a setembro; Aldactone (100mg), em que houve um aumento de 810% de janeiro a setembro; Capoten (25mg), um aumento de 706%; Diabinese (250mg), um aumento de 1.321% – exatamente reforçando a sua tese, Deputado –; Fludilat (100mg), 760%; Dilacorone, 869%; Lasix (50mg), 916%; Novalgina, 998%; Renitec (10mg), 722% e o último dessa relação, Sustrate, 712%.

O Deputado tem razão quando se refere ao abuso no aumento dos preços dos medicamentos. E a média de aumento desses laboratórios deveria ser 30, 35, no máximo 40%, que é a inflação do mês. Agradeço a permissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Senhoras e Senhores, antes de encerrarmos a nossa reunião, gostaria de fazer algumas considerações, que dizem respeito principalmente à nossa CPI. Tínhamos convidado o ex-Ministro Jamil Haddad para encerrar os nossos trabalhos, ou seja, para ser o último depoente desta CPI. Hoje, tivemos oportunidade de encontrar o atual Ministro, Dr. Henrique Santillo, e já fiz o convite para que ele fosse o último depoente desta CPI. S. Exª se prontificou a atender-nos.

Recebi um telefonema de um advogado da cidade do Rio de Janeiro, que me sugeriu que ouvíssemos o Embaixador da Índia, porque aquele país vende produtos farmacêuticos muito barato e desenvolveu uma tecnologia muito grande.

Então, eu teria vontade de escutar o Embaixador da Índia, ou um assessor seu, no que diz respeito à transferência de tecnologia ou a uma maneira de importarmos produtos da Índia a preços mais baixos do que são praticados no mercado farmacêutico nacional ou à formação de **joint-ventures** ou coisa que o valha. Ou poderíamos ir – nós dois – à Embaixada da Índia.

O SR. RELATOR (Gonzaga Mota) – Seria do Relator, mas V. Exª principalmente, como Presidente, e qualquer membro da Comissão tem regimentalmente o direito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – No que concerne à minha pessoa, assim como ao Relator, que é a peça mais importante desta CPI, já estamos bastante elucidados para formular, elaborar, um projeto bem consubstanciado.

Em um dos depoimentos – não sei se o da INTERFARMA ou o do Presidente da Lanack – fiz esse questionamento e fui informado de que a Índia, efetivamente, desenvolveu uma tecnologia muito boa, produz fármacos de alta qualificação, mas eu soube também que a Índia é terrivelmente subsidiada. Portanto, eu me proponho a posteriormente ir com o nobre Relator à Embaixada da Índia para tentar trazer também essa contribuição para a elaboração do nosso relatório final.

Gostaria de agradecer a todos que se fizeram presentes, de maneira muito especial ao Dr. Thiers Ferreira e ao Dr. Pedro Zidoi, que trouxeram não só contribuição significativa para elaboração do parecer final ou do parecer preliminar do Relator, mas também importantes esclarecimentos para que possamos formar um juízo ao elaborar o parecer com relação ao Projeto de Lei do Senado nº 41, de autoria da nobre Senadora Marluce Pinto.

Gostaria, finalmente, de dizer aos membros desta Comissão que talvez na próxima quinta-feira seja difícil para mim comparecer, e eu gostaria de estar presente à última reunião. Vamos estudar a possibilidade de marcar a reunião para terça ou quinta-feira da outra semana – dia 28 ou dia 30. Então, convocaríamos o Exmº Sr. Ministro da Saúde, Dr. Henrique Santillo.

Mais uma vez, reitero nossos agradecimentos. Entendo que esta Comissão demonstrará à população brasileira que buscou, nesse lapso de tempo, esclarecer tudo que existe nos meandros da indústria farmacêutica, da comercialização de drogas, assim como as dificuldades que existem para baratear o preço dos produtos, para que seja possível, efetivamente, vender nas farmácias a droga descrita na bula.

É muito importante também que o parecer ao Projeto da Senador Marluce Pinto seja elaborado tendo em vista a entrada em vigor do Decreto nº 793, do Presidente da República, porque penso que nele existem alguns aspectos que temos de analisar.

De maneira geral, creio que não há mais autoridades ou pessoas relacionadas ao tema para serem convidadas. Praticamente já pesquisamos tudo o que existe no setor da indústria farmacêutica do nosso País. O nobre Relator, além de ter participado de todas as reuniões desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, é membro de outra subcomissão que trata de assunto similar no âmbito da Câmara dos Deputados.

Portanto, comunico a todos os Srs. membros da Comissão que no dia 28 ou 30 estará sendo convidado o Sr. Ministro Henrique Santillo.

Agradeço mais uma vez a participação do Dr. Thiers Ferreira, do Dr. Pedro Zidoi, dos membros desta Comissão e de todos que estiveram presentes.

Está encerrada a reunião.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

Criada através do Requerimento nº 2, de 1992-cn, destinada a "examinar a situação do setor farmacêutico".

Ata da 11ª. Reunião, realizada em 26 de outubro de 1993.

Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e noventa e três, às quinze horas e trinta minutos, na Sala 06 da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores Carlos Patrocínio (Presidente), Meira Filho, Jonas Pinheiro, Deputados Gonzaga Mota (Relator), Marino Clinger, Elias Murad, Chafic Farhat, Mário Chermont e Nan Souza, reúne-se, a Comissão

Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a examinar a situação do setor farmacêutico. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberto os trabalhos e convida o Doutor Henrique Santillo, Ministro de Estado da Saúde, para tomar assento a Mesa. A seguir, solicita ao depoente que preste o juramento de praxe. Com a palavra, o depoente discorre sobre o tema "A assistência farmacêutica no Brasil". Não havendo interpelação ao depoente, usam da palavra pela ordem os senhores Deputados Elias Murad, Chafic Farhat, Nan Souza, Mário Chermont e Gonzaga Mota. Finalizando o Senhor Presidente agradece a presença do Senhor Ministro da Saúde. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico da referida reunião.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Gostaria de convidar, para tomar assento à mesa, o Exmº Sr. Ministro de Estado da Saúde, Dr. Henrique Santillo, e o eminente Relator desta CPI.

Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião.

Solicito ao ilustre depoente que proceda ao juramento conforme a praxe desta Comissão. Todos de pé.

O SR. HENRIQUE SANTILLO – Juro, como dever de consciência, dizer toda verdade, nada omitindo que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a analisar a examinar a situação do setor farmacêutico.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – V.Exª dispõe de 30 minutos para falar a respeito da atual situação farmacêutica em nosso País.

O SR. HENRIQUE SANTILLO – Sr. Presidente, Senador Carlos Patrocínio; Sr. Relator, Deputado Gonzaga Mota; Srs. Deputados e Srs. Senadores:

É com imenso prazer que venho a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que examina a indústria farmacêutica do País, para fazer o depoimento em nome do Ministério da Saúde no momento. Digo "no momento" porque já sei que, anteriormente, representante do Exmº Sr. Ministro da Saúde da gestão anterior já esteve aqui fazendo o seu depoimento. Por isso mesmo, acredito eu que não precisarei me estender prolongadamente sobre esta questão.

Mas diria, inicialmente, que a nossa intenção é retomar os estudos para o estabelecimento de uma política nacional de medicamentos. Essa é a grande questão hoje, nos dias atuais. Estamos com toda a rede de ambulatórios do País desabastecida. Assumi o Ministério com os depósitos da Central de Medicamentos, CEME, também desabastecidos.

Todos sabemos das dificuldades financeiras do Estado brasileiro, o que está rebatendo no próprio Ministério da Saúde. Há uma grande questão, hoje, do financiamento da Saúde, a falta de recursos financeiros. Certamente, isso vai obstaculizar o início de uma política que vise abastecer toda a rede ambulatorial pública do País para as populações carentes do Brasil.

Visando isso, logo depois de assumir o Ministério da Saúde, verifiquei que um dos grandes entraves para uma política nacional de medicamentos e para uma distribuição adequada de medicamentos básicos à população carente do País era a extrema dificuldade que a Central de Medicamentos tinha até mesmo de estabelecer processos licitatórios para a aquisição desses medicamentos. Nos últimos tempos, todas as licitações realizadas pela CEME foram, de certa forma, inviabilizadas por denúncias de corrupção. Adquiriu a CEME, ao longo do tempo, essa marca, essa

mácula que, a meu ver, é indelével. Achei mais conveniente propor a Sua Excelência o Senhor Presidente da República a extinção empresa, e, no espírito do SUS, Sistema Único de Saúde, procurar também descentralizar o processo de aquisição e distribuição de medicamentos básicos.

Como sabem os Srs. Parlamentares componentes desta CPI, a lei de extinção do INAMPS estabeleceu a obrigatoriedade de Sua Excelência o Presidente da República enviar, no prazo máximo de 90 dias, ao Congresso Nacional, mensagem contendo projeto de lei de reestruturação administrativa do Ministério da Saúde. Assumindo o Ministério da Saúde, há menos de dois meses, encontrei lá um grupo, constituído pela gestão anterior, de reforma administrativa, com um cronograma já em atraso e, por isso mesmo, só no dia 22 do corrente mês foi que recebi o relatório final deste grupo, num processo altamente democrático de discussões internas, mas apenas internas do Ministério da Saúde.

No entanto, a proposta que me chegou às mãos no dia 22 deste mês não me pareceu das melhores. É uma proposta de reforma, de alteração administrativa que, de certa forma, engordava ainda mais o Ministério, que é extremamente grande e gordo. O Ministério da Saúde é um paquiderme hipotireoideu, é um Ministério extremamente grande, que se exercita muito pouco para dar respostas às nossas inquirições e às necessidades do País. É preciso transformá-lo num órgão ágil, menor e ágil, mais leve e ágil. A proposta que me chegou, infelizmente, era uma proposta que aumentava a estrutura do Ministério, tive de contraí-la, com a minha equipe, reduzi-la; e além da proposta de extinção da CEME e do INAN, a proposta de extinção também de uma porção de coordenações internas e departamentos internos do Ministério da Saúde. E acabei enviando ao Senhor Presidente da República ontem, para que examinasse a proposta alternativa do gabinete do Ministro da Saúde.

Espero que o Senhor Presidente da República leve em conta a nossa proposta alternativa e, se achar conveniente, envie ao Congresso Nacional, até amanhã, prazo fatal, mensagem contendo a proposta de reforma do Ministério incluindo a extinção da CEME, mas colocando no seu lugar um pequeno departamento na Secretaria de Assistência à Saúde, de fomento aos insumos de saúde e de política de medicamentos no País.

Da mesma forma, o INAN seria substituído por outro pequeno departamento de alimentação e nutrição, responsável pelo estabelecimento de normas e diretrizes gerais em relação à alimentação e nutrição, relacionadas à saúde pública em nosso País.

Mas esse preâmbulo eu fiz para colocar a questão da CEME para lhes dizer que o Ministério da Saúde continua tendo uma enorme preocupação, um sério problema dos remédios no Brasil. Tem compreendido, até agora, a necessidade de um controle dos remédios, uma política de controle dos remédios inexistente no Brasil, de uma forma geral, medicamentos destinados à população em geral. Não estou me referindo apenas a medicamentos considerados básicos, mas aos medicamentos oferecidos no varejo à população brasileira.

Têm sido, ao nosso ver, por exemplo, abusivos os aumentos de preços de medicamentos nos últimos dois anos, seqüencialmente. Raro é o mês em que os medicamentos, no País, não aumentem em percentuais bem acima da inflação.

No mês passado mesmo, em setembro, tivemos um aumento médio de 48% no preço dos medicamentos no Brasil, numa inflação de 34% – isso é péssimo. Este mês, publicada hoje pelo **O Globo** o índice de preços no varejo, nos dá, na última quadrissemana, já 46,36% de aumento; ou seja, outubro vai repetir certamente os mesmos índices de setembro. E isso tem sido sistemático nos últimos dois anos; os aumentos têm sido bem superiores aos

índices inflacionários; o acumulado este ano, já em relação aos medicamentos, é de 1.771%, enquanto que o IPV médio no País acumulado até o momento do corrente ano foi de 1.390%. Portanto bem acima ao acumulado, já no corrente ano.

Não há nenhum controle; é óbvio que a economia não tem hoje preços controlados e tampouco vigiados, mas acho que a nossa opinião, a opinião do Ministério da Saúde é de que em se tratando de produtos de conteúdo social extremamente grande e de uma indústria cujo compromisso ético com a sociedade certamente deve ser maior do que a média das indústrias brasileiras existentes, seria preciso que, pelo menos, houvesse uma certa vigilância de preços nessa área de medicamentos que deveria ser exercida por uma comissão interministerial composta por representantes dos Ministérios da Fazenda, da Indústria e Comércio e da Saúde. Seria necessário uma vigilância, obviamente ninguém está aqui pregando um controle de preço, mas preços vigiados, que acho que seria correto, nessa área, especificamente, dado o conteúdo social muito maior e o compromisso ético muito maior com a sociedade, com o povo, com os consumidores.

A questão de preços e a questão ética nos leva à questão dos genéricos e ao Decreto nº 793, de Sua Excelência o Presidente Itamar Franco.

Como sabem os Srs. Parlamentares, o Decreto nº 793, publicado no dia 4 de abril do corrente ano, deu à indústria farmacêutica 180 dias de prazo para se adaptar às normas do decreto. Estabeleceu, por conseguinte, sua vigência a partir do dia 4 de outubro; o que estabelece é a necessidade de se ressaltar nas embalagens, nas bulas dos medicamentos, a denominação genérica do medicamento em relação ao nome de fantasia ou de marca.

Houve uma reação muito grande da indústria farmacêutica, especialmente daquela mais oligopolista, constituídas pelas empresas multinacionais, existentes no País e reunidas na ABIFARMA. Essas indústrias acabaram impetrando, junto à Justiça Federal, alguns mandatos de segurança para os quais conseguiram algumas liminares. A que mais está afetando o cumprimento deste decreto é uma liminar concedida pela 14ª Vara da Justiça Federal de Brasília ao Sindicato da Indústria Farmacêutica de São Paulo. Essa é a que mais tem atrasado o processo de cumprimento dos termos do Decreto nº 793, das denominações genéricas dos medicamentos.

Faço, aqui, uma enfática defesa desse decreto. É até bem possível que se eu fosse ministro os termos propostos pudessem ser um pouco diferentes dos atuais, é até bem possível que sim. Mas faço, diante desta CPI, uma enfática defesa desse decreto. Acho que ele é fundamental por dois pontos maiores além de outros. O primeiro é uma questão ética dado o compromisso ético, maior, da indústria farmacêutica com qualquer população, com qualquer pessoa, com qualquer povo. Não se trata de uma indústria de lantejoulas, de bico de arado ou de veículos automotores, trata-se de um setor da indústria que se compromete com a saúde, com a vida ou com a morte das pessoas; por conseguinte, com um compromisso ético extremamente mais acentuado do que qualquer outro setor industrial.

Todos nós sabemos que qualquer setor da economia tem um compromisso ético com o conjunto da sociedade. Há uns que os têm de menos e outros que os têm de mais. No caso, a indústria farmacêutica tem um compromisso mais acentuado – não tenho dúvida quanto a isso – e, por isso mesmo, dada a extensão social de um problema como esse, acho que a obrigatoriedade de se usar o nome genérico do medicamento, o nome do seu princípio ativo nas bulas e nas embalagens ressaltadamente é um compromisso que cada médico, cada pessoa e cada autoridade tem com o paciente, quando este recebe uma receita para ingerir um medicamento.

O doente tem o direito de saber que princípio ativo ele está colocando dentro do seu organismo. Ele não está colocando dentro do seu organismo nomes de fantasias, uma marca qualquer, ele está colocando um substância química que vai atuar sobre os seus órgãos, sobre as suas células, sobre o organismo de um modo geral e, por conseguinte, poderá ter efeitos positivos ou negativos, benéficos ou maléficis.

Essa é uma questão ética da maior importância: conhecer a verdade, um compromisso que temos com a verdade e não com a fantasia. Um compromisso que todos nós temos, os médicos, com a verdade do princípio ativo que se receita para uma pessoa doente.

Em segundo lugar, a relação com os preços dos medicamentos; há abusos de toda ordem e o uso da denominação genérica, ao nosso ver, poderia aumentar a competitividade entre os produtores de um mesmo genérico, levar, conseqüentemente, a um barateamento dos preços, no varejo, para o consumo da população brasileira.

Há alguns exemplos que posso citar de preços diferentes, ou melhor, de diferenças de preços brutais de um mesmo genérico, de um mesmo princípio ativo de diferentes laboratórios; brutais diferenças!

Eu lhes trago aqui um exemplo recentíssimo de um laboratório nacional que está usando o nome genérico. E posso lhes dizer que as diferenças em alguns casos são altas, são bastante altas. Como a Simetidina, por exemplo, um princípio ativo. Desse laboratório que usa o genérico, ela está sendo vendida no varejo hoje, em outubro, por CR\$1.374,00. O mesmo produto – nome fantasia de um laboratório estrangeiro, Tagamet – está hoje por CR\$2.188,00. Para citar um exemplo apenas.

Um outro exemplo que vou lhes citar, o Mebendazol. Mebendazol é um dos mais baratos anti-helmínticos existentes no mercado; mas o Mebendazol está sendo vendido por CR\$135,00 por esse laboratório que usa o genérico – quer dizer, na caixa o nome é Mebendazol; é o nome genérico, a denominação genérica, é o princípio ativo, a substância; e o Pantelmin, que é de um outro laboratório, é o mesmo Mebendazol, apenas usa o nome fantasia, está por CR\$329,00.

Para citar dois exemplos, de tantos outros que existem comigo aqui, que podem ser vistos até na grande imprensa, que também tem se preocupado com isso e tem demonstrado a diferença de preços de um laboratório para o outro, às vezes, de até 200% e 300% de um laboratório para o outro.

A grande alegação que existe, especialmente das empresas multinacionais, em relação a essa diferença de preços, é que o Ministério da Saúde não tem como exercer o controle de qualidade dos medicamentos, e que os medicamentos mais baratos seriam medicamentos de laboratórios de fundos de quintal, de porão e, portanto, não contêm, pelo menos na proporção da bula, os princípios ativos, ou seja, o genérico nas suas apresentações.

Esse laboratório – e eu trouxe de propósito esse nacional – tem controle de qualidade feito sistematicamente pelo Instituto Adolfo Lutz. Está aqui. O Instituto Adolfo Lutz faz o controle externo do laboratório nacional, faz o controle externo da qualidade dos medicamentos deste laboratório, além de ter na sua planta um bom controle de qualidade interno. Esse próprio laboratório. E assim outros nacionais. Não são todos os laboratórios nacionais que são arapucas. Não; nós temos laboratórios nacionais de alto conceito, com plantas modernas na sua indústria, com controle de qualidade interno atualizado, bastante atualizado, às vezes mais do que determinadas empresas multinacionais, que são ciosas disso, é verdade, mas que foram implantadas há mais tempo e, por conseguinte, não estão atualizadas em relação ao controle de qualidade

como alguns laboratórios nacionais mais recentes estabelecidos no País.

De modo que demonstra-se com clareza que não é pelo fato de um ou outro laboratório de porão tentar fraudar criminosamente a população que seja possível fazer cair os genéricos. Não. Os laboratórios idôneos também fazem cair o preço dos genéricos. Eu estou mostrando aqui um que tem o controle de qualidade interno e externo pelo Adolfo Lutz, que é um dos mais conceituados institutos de controle de qualidade do País, não é? É uma das referências nacionais, o Instituto Adolfo Lutz, de São Paulo.

Persiste aí, ainda, embora eu tenha demonstrado o contrário, o fato contido na afirmação das empresas multinacionais de que o Ministério da Saúde não se preparou ao longo do tempo para exercer o seu papel de controlar a qualidade de medicamentos, alimentos etc. E é verdade; sou obrigado a lhes dizer que é verdade. O Ministério da Saúde não se preparou, realmente, ao longo do tempo, para fazer esse controle de qualidade ele mesmo, Ministério da Saúde. Isso não inviabiliza o Decreto ainda. Nós temos alguns institutos nacionais, brasileiros, que estão aptos a, acionados, exercer esse controle de qualidade de algumas vias fundamentais de medicamentos.

Eu já estou tomando no Ministério algumas iniciativas que considero da maior importância para isso. Comecei criando um Conselho de Controle de Qualidade, que estará se empossando na próxima semana, constituído não apenas por técnicos do Ministério da Saúde, mas também, por exemplo, por entidades da sociedade civil da área de saúde.

Ao mesmo tempo, já programamos, para esta semana, na quinta-feira, uma reunião de trabalho no Ministério da Saúde para a qual foram convocados não apenas esses institutos mas também 12 universidades brasileiras que têm Faculdades de Farmácia e, portanto, estão em condições de exercer o controle de qualidade para que façamos, através de convênio com o Ministério da Saúde, o aproveitamento da capacidade já instalada dessas universidades e desses institutos e que cada um tente se especializar em determinadas linhas de medicamentos.

É muito difícil para um instituto, hoje, dada a complexidade da indústria farmacêutica, controlar a qualidade de todas as linhas de medicamentos; é muito difícil. São inúmeras linhas de medicamentos diferentes, de substâncias muito diferentes entre si. Há, portanto, a necessidade de uma especialização para algumas linhas de medicamentos; e, a partir da próxima semana, através de convênios com universidades e institutos brasileiros já existentes para o controle de qualidade, estaremos tentando estabelecer essas especializações em determinadas linhas de medicamentos para cada área para que haja um efetivo controle de qualidade.

O controle de qualidade não se faz apenas pela análise dos produtos; mas também lá na ponta, pelas inspeções. É importante isto. Um laboratório que não respeita as regras básicas de uma planta que permita o controle de qualidade muito provavelmente não estará respeitando a qualidade dos seus produtos. A inspeção lá na linha de frente é também importante.

Infelizmente, temos apenas 57 pessoas, hoje, no Brasil, treinadas para a inspeção da indústria farmacêutica. Eu encontrei o Ministério assim. São 57 pessoas treinadas pelo Ministério da Saúde, mas que estão nas vigilâncias estaduais, já que a vigilância sanitária, operacionalmente, está com os Estados. A vigilância sanitária central é apenas para traçar normas, diretrizes e registros; a vigilância, a operacionalização da vigilância sanitária é incumbência dos Estados, e temos apenas 57 pessoas treinadas para isto. Mas estamos procurando selecionar, já, nos Estados, mais 150 pessoas para fazer o mesmo treinamento que essas 57 tiveram e termos pelo menos 250 pessoas treinadas, daqui a alguns meses,

para exercitarem todo esse processo de inspeção direta nos laboratórios.

Acho, no entanto, que a questão da denominação genérica não é uma questão para se estabelecer apenas via decreto ou lei. É uma questão de se estabelecer cultura, costume, hábito – insistir: costume-cultura-hábito. Estou certo de que, pela obrigatoriedade contida no decreto, os médicos passem a receitar, também, obrigatoriamente, pelo nome genérico dos medicamentos, e possamos, com um apelo à classe médica, com um processo de convencimento à classe médica, ao longo de alguns meses, ao longo de algum tempo, estabelecer um costume, um hábito, uma cultura das denominações genéricas dos medicamentos no País. Sei que há outros motivos para a denominação genérica, mas volto a lhes dizer que, humildemente, acho que esses dois principais – o ético e a questão econômico-financeira do preço – são os mais importantes para que ele prevaleça. O Ministério da Saúde não vai abrir mão do Decreto dos Genéricos.

Era isto, Sr. Presidente, o que tinha a dizer e fico à disposição dos Srs. Parlamentares, com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Consulto o eminente Relator Deputado Gonzaga Mota se S. Ex^a já gostaria de fazer as suas inquirições? (Pausa.)

Então, passamos a palavra ao eminente Deputado José Elias Murad, Vice-Presidente desta CPI.

O SR. JOSÉ ELIAS MURAD – Sr. Presidente Senador Carlos Patrocínio, Sr. Relator, Deputado Gonzaga Mota, Srs. Senadores, caros colegas Deputados, senhores assessores, meus senhores e minhas senhoras:

Em primeiro lugar, peço desculpas ao Ministro pelo engano que cometi há poucos instantes, mas eu já estou ficando até um pouco folclórico nesta área. Meus alunos costumam dizer que a minha memória para nomes e fisionomias é inversamente proporcional à minha memória para fórmulas químicas, e V. Ex^a, que, tenho a impressão, chegou até a ser o meu aluno, deve saber disto. Vendo-o, simplesmente sentado, democraticamente aqui no auditório, perguntei se o Ministro não viria e perguntei ao próprio.

Mas V. Ex^a não deve estranhar isto não, Sr. Ministro, porque, certa vez, quando ensaiei os meus primeiros passos na política, em 1986, um amigo meu, psicólogo, sabendo desta minha dificuldade para nomes e fisionomias, me deu um conselho. Pelo menos para os nomes, ele disse: – Olha, você deve fazer associação de idéias. Por exemplo, se uma senhora se chamar D^a Rosa, lembre-se das flores. Eu confesso que não me dei bem com o processo porque certa vez fui apresentado a uma senhora chamada D^a Páscoa e, ao me despedir desta senhora, disse: "Muito prazer, D^a Quaresma". Mas um colega meu, lá em Minas, fez um muito pior. Certa vez ele foi apresentado à esposa do nosso governador, e então lhe disseram: "Esta daqui é a primeira-dama do Estado, fulana de tal, conhecida entre os íntimos como D^a Queridinha". Eu não sei que tipo de associação ele fez, mas, quando se despediu, disse: "Muito prazer, D^a Gostozinha". Eu ainda não cheguei a esse ponto, Ministro. Então, peço-lhe desculpas pelo engano cometido, ainda mais porque V. Ex^a se formou lá na nossa Faculdade de Medicina.

Aliás, há alguns dias, encontrei-me com um colega de V. Ex^a, um colega de turma, e ele me disse que V. Ex^a foi, se não me engano, orador da turma na formatura, e fez rasgados elogios à sua capacidade de expressão e à sua versatilidade. Nesse depoimento de 30 minutos V. Ex^a demonstrou que ele tinha razão e eu lhe dou os parabéns. Acredito que esse depoimento de V. Ex^a será um subsídio muito importante para esta CPI da indústria farmacêutica que está – o Sr. Presidente e o Sr. Relator disseram-me há poucos instantes – para encerrar os seus trabalhos.

Sr. Ministro, gostaria de fazer apenas algumas colocações e uma ou duas perguntas. V. Ex^a falou sobre a extinção da CEME. V. Ex^a acredita que esse órgão que vai substituí-la terá condições de assumir a distribuição de medicamentos aos mais de 30 milhões, talvez 50 milhões de carentes no País? Porque a própria CEME não dava conta; a própria CEME não tinha condições e estrutura para esses atendimentos, nas melhores épocas, naquelas épocas áureas da CEME que tivemos há alguns anos atrás.

Em relação aos genéricos, concordo com V. Ex^a em gênero, número e grau. É uma tendência mundial, é muito importante para a questão dos preços, que é fundamental para o povo brasileiro, e é importante também no que diz respeito à educação. Como professor de Farmacologia, sempre me via diante de obstáculos: eu estudava, por exemplo, uma substância qualquer, vamos supor, um benzodiazepínico, o Diazepan, e depois, então, o aluno ia encontrar nos livros dezenas, se não centenas dos chamados nomes de fantasia. Aliás, gostei muito da sua frase que o médico deve conhecer a verdade e não a fantasia. E não é à toa que esses nomes são chamados nomes de fantasia. Então, a expressão de V. Ex^a foi muito feliz.

Com relação aos medicamentos essenciais, o maior argumento que tenho visto nos vários debates de que tenho participado – inclusive participei de um deles, há pouco tempo, na Associação Paulista de Medicina – é o de que os similares – e V. Ex^a tocou nessa parte – os similares brasileiros, principalmente dos laboratórios chamados nacionais, não teriam o que eles chamam de biodisponibilidade e bioequivalência.

A biodisponibilidade é a distribuição do medicamento no organismo; e é lógico que isso depende de certos detalhes de farmacotécnica. Quer dizer, um laboratório que tem um bom setor de farmacotécnica, ele pode produzir uma forma farmacêutica que se absorve melhor e, conseqüentemente, se distribui melhor no organismo e adquire índices mais elevados no sangue para dar um efeito terapêutico maior. Então, a questão da biodisponibilidade é, realmente, fundamental. E a bioequivalência é o fato de que, tendo a mesma biodisponibilidade, os similares devem ter a mesma equivalência terapêutica, o mesmo valor farmacológico no organismo.

Então, esse é o ponto fundamental. Mas V. Ex^a esclareceu bem: isso é uma questão de vigilância farmacológica. Percebi com satisfação que as providências estão sendo tomadas. Não sei se cheguei a falar, há algumas semanas, quando V. Ex^a compareceu diante da Comissão de Seguridade Social e Família, que temos um projeto de lei, já aprovado na Câmara dos Deputados e se encontra agora no Senado, estabelecendo um sistema nacional de vigilância farmacológica. É interessante a coincidência com que V. Ex^a falou: envolvendo as faculdades de farmácia do País, porque, salvo os pequenos Estados e os mais novos, como Tocantins, V. Ex^a sabe que, todos os outros, têm, no mínimo, uma faculdade de farmácia e bioquímica oficial. No mínimo, uma. Minas Gerais, por exemplo, tem quatro. São Paulo tem duas ou três. É uma boa notícia que V. Ex^a traz a esta Comissão, porque poderemos eliminar o principal argumento. Se não houver a mesma biodisponibilidade e a bioequivalência, é fraude. Então, esse laboratório tem que ser penalizado.

Agora, uma outra pergunta que desejo fazer a V. Ex^a, dentro desta linha, é a seguinte: há uns dez dias o Conselho Regional de Farmácia, de Minas Gerais, fez uma fiscalização logo depois do término do prazo de implantação dos genéricos, uma fiscalização em várias farmácias e distribuidoras. E a maior distribuidora do Estado foi fechada pelo Conselho, porque estava cometendo duas irregularidades: em primeiro lugar, era a questão da própria obediência, a questão dos genéricos que não estava sendo cumprida. Aí a distribuidora alegou que estava com o estoque antigo. Tudo

bem! Aí veio o fato grave, Excelência: eles estavam distribuindo medicamentos psicotrópicos sem permissão, sem a licença adequada. E mais ainda, sem nenhum farmacêutico responsável. Na verdade, era um fato extremamente grave. Mas o pior aconteceu depois: ficou fechada dois ou três dias, recorreu à justiça, conseguiu liminar e reabriu as portas.

Agora, veja V. Ex^a a gravidade da situação, porque, há cerca de 8 ou 10 meses, denunciamos do Plenário da Câmara dos Deputados a distribuição de um medicamento psicotrópico, usado no mal de parkinson, o triexifenidil, comercialmente conhecido como artami, e esse produto estava sendo vendido na Paraíba. Um caminhoneiro levou para a Paraíba – não sei qual a cidade – 320 frascos, cada um com 100 comprimidos de triexifenidil, e estava vendendo lá na cidade, inclusive, segundo ele disse a alguns fazendeiros, que utilizavam o medicamento, para aumentar a capacidade de trabalho dos seus agregados e trabalhadores. É um fato extremamente grave, que denunciamos juntamente com a SOBRAVIME, Sociedade Brasileira de Vigilância dos Medicamentos. Exatamente esse caminhoneiro disse que havia comprado ao triexifenidil, medicamento controlado, numa distribuidora de Teófilo Otoni, em Minas Gerais.

Então, veja V. Ex^a a importância da fiscalização nas distribuidoras. Creio que V. Ex^a tem conhecimento desses fatos e seria necessária uma providência urgente para a solução desses problemas. Pergunto a V. Ex^a se já se está tomando uma providência para uma fiscalização mais rigorosa dessas distribuidoras de medicamentos, principalmente quando distribuem psicotrópicos, drogas que, como sabemos, muitas delas capazes de provocar dependência ou até intoxicações graves, senão mortais.

Espero que daqui possam também surgir dados melhores para que venhamos a ter um comércio farmacêutico mais humano em benefício do nosso País. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao nobre Ministro Henrique Santillo.

O SR. HENRIQUE SANTILLO – Gostaria de agradecer, Sr. Presidente, ao nobre Deputado Elias Murad, meu ex-professor de química e farmacologia. Anotei aqui duas perguntas. A primeira delas, em relação à distribuição de medicamentos. É que o ilustre Deputado tem dúvidas se o órgão que substituiria a CEME na estrutura do Ministério da Saúde teria condições de fazer essa distribuição. Na verdade não teria, mas, como eu disse, a nossa proposta é, ao lado disso, promover a descentralização da aquisição e distribuição de medicamentos, no espírito do SUS – Sistema Único de Saúde – da Lei Orgânica da Saúde.

De início, vamos fazer experimentalmente, por 60 dias, um convênio com os Estados, obrigando a distribuição de medicamentos básicos aos municípios, proporcionalmente à população do último censo de cada município.

Vamos exigir uma contrapartida dos Estados. O Ministério da Saúde tem em conta a necessidade de cerca de um bilhão e 200 milhões de dólares, por ano, para aquisição de medicamentos básicos para a população carente, a serem distribuídos pelos equipamentos sociais de saúde dos Estados e dos Municípios.

O Ministério entraria com 600 milhões de dólares anualmente e exigiria uma contrapartida dos Estados e Municípios de outros 600 milhões de dólares. Os governos estaduais já têm, nos seus orçamentos, verbas previstas anualmente para a aquisição de medicamentos. Esse um bilhão e 200 milhões seria mais que suficiente para atender a população carente do País, por cálculos já levantados pelo Ministério da Saúde.

Vamos fazer, inicialmente, um convênio experimental por 60 dias, descentralizando o processo, para saber se isso poderá, depois, ter continuidade. Desejamos, inclusive, exigir, como cláusula

de convênio, uma aceleração no processo de municipalização das ações e serviços de saúde. Não desejamos, de forma alguma, que haja manipulação nesse processo. Sempre haverá menor manipulação se estivermos mais próximos da comunidade; e os municípios estão lá, mais próximos. Penso que municipalizar também é uma política de distribuição adequada de medicamentos básicos, o que me parece estar dentro dos princípios gerais definidos pela Constituição do País, na área de saúde, assim como pela Lei Orgânica da Saúde, votada aqui no Congresso Nacional, aliás, a avançada Lei Orgânica da Saúde que, graças a Deus, o Brasil possui; no meu modesto modo de ver e de entender a questão, esta não poderia, de forma alguma, sofrer retrocesso.

A distribuição, assim, dar-se-ia desta forma descentralizada. Vamos, nos meses de novembro e dezembro, fazer uma tentativa por 60 dias, através de convênios provisórios e, experimentalmente, estaremos estabelecendo por aí, talvez, uma política mais eficiente de distribuição de medicamentos.

Não há mais condições de, centralizadamente, atender às necessidades da população carente do País por medicamentos básicos. Essa é uma conclusão que me parece quase unânime no Ministério da Saúde, nas suas áreas mais descomprometidas com o corporativismo. Não há condições de, centralizadamente, continuar estabelecendo uma política de distribuição de medicamentos, da forma como vinha sendo, porque não há eficiência e nem qualidade nessa distribuição.

Essa vai ser a tentativa do Ministério, provisoriamente, em convênios que vão durar 60 dias com os estados, estabelecendo-se uma cláusula de obrigatoriedade de imediata distribuição dos medicamentos básicos aos municípios, proporcionalmente às suas populações no último censo.

Sobre os medicamentos especiais de alto custo, já decidimos a respeito e há uma medida proposta por nós e aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde. Estes estarão sendo pagos através das SIAs e das UCAs. A partir de novembro, os medicamentos de alto custo já estarão incluídos no valor da UCA. É até possível que a experiência possa nos levar, num futuro não muito distante, a incluir até mesmo os medicamentos básicos no mesmo processo de pagamento de financiamento, desde que haja uma contrapartida dos estados e dos municípios definida.

Em relação a isso, uma questão nos parece básica, já que estamos falando do processo de descentralização, de aquisição e distribuição de medicamentos: ao mesmo tempo que entendemos que isso deve estimular o processo de municipalização, uma descentralização até a ponta, também não podemos deixar de ter os pés no chão. E ter os pés no chão, nesse caso, é saber que idealmente a meta a ser buscada é o controle social na ponta, o verdadeiro controle democrático e social como meta, objetivo maior, mas isso não está sendo feito na dura prática da realidade.

O Brasil não tem nenhuma cultura de controle social, ou mesmo de democracia. Há uma falta de consciência de cidadania, há uma sociedade desorganizada, pequenos grupos apenas organizados, altamente minoritários; há manipulações de toda ordem — essa é a realidade que se constata. E, a meu ver, como o Ministério da Saúde, mesmo com essa dificuldade de financiamento da saúde, continua distribuindo para o País, a cada mês, somas vultosas de recursos públicos federais, assim sendo, ele não poderia abrir mão de algum controle, de algum poder político que pudesse controlar, fiscalizar.

Pretendo, na minha gestão, tentar reassumir algum controle neste processo sem jamais contestar ou obstaculizar a evolução de toda essa sistemática para que um dia tenhamos o verdadeiro controle social. Concorro plenamente que isso é democrático: sociedade organizada, consciência de cidadania, cultura democrática.

Dessa forma, certamente a sociedade é capaz de controlar. A nossa ainda não é, infelizmente, mas um dia chegaremos lá. E enquanto não chegar, as possibilidades de manipulação, as possibilidades de tráfico de influência, as possibilidades de má utilização dos recursos públicos difíceis são sempre grandes. O Ministério tem a responsabilidade e o dever de ter algum controle sobre isso, munindo-se de informações.

Infelizmente, nesse processo de descentralização que se teve até agora, não há nem mesmo a obrigatoriedade de os Estados informarem ao Ministério da Saúde como estão sendo distribuídas as IHS e as UCAs — nem mesmo essa obrigatoriedade! O Ministério pretende retomar esse direito para ter informações obrigatórias, para avaliar e controlar o processo em nome da sociedade, em nome do bem da sociedade, para o bem da sociedade, para a boa política de aplicação dos recursos públicos.

Em relação aos psicotrópicos, soube pela imprensa e tomei imediatamente as providências. Como sabe V. Ex^a, a vigilância sanitária é, por lei, estabelecida pelos Estados. Immediatamente tomei as providências de acionar as vigilâncias sanitárias. Não adianta querer tapar o sol com a peneira: não há pior coisa no Brasil do que vigilância sanitária. Não há coisa pior! Brinca-se de fazer vigilância sanitária, na maioria das vezes; faz-se de conta que ela é feita. Vamos tentar mudar isso. Estamos tentando, trabalhando e dando prioridade à Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. Estou realmente dando prioridade por compreender a importância desse trabalho, a importância desse compromisso que devemos ter como autoridades com a população, controlando a qualidade de medicamentos, de alimentos, de cosméticos etc.

É responsabilidade do Ministério da Saúde normatizar e oferecer algum fomento e algum recurso; e responsabilidade dos Estados, operacionalizar. Vamos continuar trabalhando no sentido de que se possa fazer isso adequadamente no Brasil. Vamos começar com os medicamentos e depois partiremos para os alimentos. Mesmo porque, vejam os senhores, estamos com toda essa problemática do MERCOSUL se desenvolvendo; daqui a uns dias teremos, mais do que temos agora, muito provavelmente, uma porção de produtos alimentícios sendo vendidos e comercializados no Brasil e vamos precisar saber como controlar a qualidade desses produtos. Isso é uma incumbência constitucional do Ministério da Saúde e das Secretarias estaduais de Saúde. Temos que cumprir esse dever. O senhor pode ficar certo, enquanto estiver no Ministério, estarei investindo nisso com muita preocupação.

Como já disse de início, estaremos instalando na próxima semana o Conselho Nacional de Controle de Qualidade — não é só de medicamentos — e os produtos precisam ser registrados no Ministério da Saúde. Mas não vamos adotar aquela política do avestruz, de enfiar a cabeça na areia e de repente deixar que os processos de solicitação de registros fiquem amontoados nos vários compartimentos do Ministério da Saúde, ocupando toneladas de papéis paralisados. Não é correto isso. Correto é dar um fluxo normal, honesto, técnico, para liberar produtos, porque, afinal de contas, o Ministério da Saúde também não está para obstruir o desenvolvimento do País, porque gera empregos, gera rendas e também contribui com a melhoria da saúde da população. Essa é a filosofia do Ministério. Não podemos continuar cercando os nossos projetos, fazendo de conta que eles não existem, baixando portarias que impedem que novos medicamentos ou novos alimentos sejam liberados ou registrados. Vamos liberar, mas segundo critérios honestos, regulares e através de um órgão colegiado que tenha maioria da sociedade organizada ali representada. Assim evitaremos o tráfico, a corrupção, porque a corrupção tem sido histórica-

mente estabelecida nesse setor do Ministério da Saúde, de registros de medicamentos, de registros de alimentos. Vamos evitar a corrupção delegando esse poder para a sociedade através das entidades próprias da área de saúde, representadas em um conselho nacional de controle de qualidade. Nenhum produto farmacêutico vai poder ser registrado, se não for aprovado pela maioria dos representantes desse conselho. Eles é que vão examinar e vão votar depois de todos os pareceres técnicos; se aquele produto é bom para a sociedade ou não é, e, portanto, merece ou não o registro do Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Chafic Farhat.

O SR. CHAFIC FARHAT – Sr. Presidente, Senador Carlos Patrocínio, nobre Relator, Governador Gonzaga Mota, meu caro Ministro Santillo, Srs. Deputados e Srs. Senadores:

Observei a fala do Sr. Ministro, e vou dividi-la em três pontos: um relativo à CEME, o segundo relativo aos genéricos e terceiro, que considero de fundamental importância, os farmacêuticos, que está dentro do decreto dos genéricos.

Logo que V. Ex.^a iniciou sua fala a respeito da CEME, disse que iria desativá-la, pois era um antro de corrupção. Eu perguntaria, Sr. Ministro, se não seria melhor acabarmos com a corrupção e mantermos a CEME e, dentro de um critério de honestidade, de otimização, de probidade, fazer com que a CEME produza remédios mais baratos para a distribuição à população; ou que a CEME possa, como uma central de compras, se ela não tiver realmente condições de produzir, ter o poder de barganha para as grandes compras que deverão ser feitas a nível de Brasil.

Digo isso porque fico preocupado quando V. Ex.^a disse que precisamos de 1 bilhão e 200 milhões de dólares, e que o Ministério da Saúde repassará aos estados cerca de 600 milhões. Fico muito preocupado porque essa situação já a temos hoje. O único governo que cumpre com a sua obrigação com o SUS é o Governo Federal, porque todos os meses, com ou sem atraso, ele repassa aquela verba orçamentária, destinada a cada estado. Digo isso quanto ao meu estado sobre o qual tenho muito mais conhecimento, a verba repassada para o estado e de acordo com a Constituição. Sabemos que o custeio da assistência médico-hospitalar ou da assistência à saúde, dos medicamentos, é formada de um tripé de verbas do Governo Federal, dos Governos estaduais e dos Governos municipais. O que temos visto até agora, principalmente no Estado de São Paulo, é que a Secretaria da Saúde continua se batendo, dizendo que o custeio das ações de serviços de saúde são de exclusiva competência do Governo Federal. A Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, portanto, não põe um tostão além daquilo que V. Ex.^a manda da UCA. V. Ex.^a sabe que isso é verdade. No mês passado, quando a Secretaria da Saúde pagou julho em setembro, fez um corte, no Estado de São Paulo, para o público privado, de 13%; e, este mês, como ultrapassou aquele limite que o Ministério da Saúde encaminha ao Estado de São Paulo, fez um corte de 6%. E fiquei sabendo agora há pouco, por telefone, que no próximo mês, ou seja, nesse próximo pagamento, haverá um corte de 5%. Tenho certeza absoluta que, se não houver – e eu quero parabenizá-lo neste ponto – um controle central do Ministro Santillo desses um bilhão e duzentos, dos quais V. Ex.^a vai encaminhar 600 milhões para os Estados, somente serão distribuídos Cr\$ 600 milhões em medicamentos, porque nenhum Estado está cumprindo com seu preceito constitucional de pôr a sua parte.

Mas não é só o Estado, Sr. Ministro. Voltei de uma viagem política que fiz sábado e domingo para a região de Araçatuba, onde estive com vários Prefeitos, vários Secretários de Saúde. O grande problema deles é saber se eles também vão entrar nessa municipalização, se vão receber o financiamento para isso. Ora, é

sabido que, na grande maioria das cidades brasileiras com menos de 30 mil habitantes, o seu Prefeito, quando tem que dar um medicamento, assina a receita e manda para a farmácia mais próxima, ou a de seu compadre, ou a de seu parente – e um deles inclusive me denunciou, no aspecto de falta de financiamento, que ele estava devendo na farmácia mais de Cr\$ 2 bilhões.

Então, Sr. Ministro, imagino que, na hora em que isso também chegar ao Município, o que podíamos comprar em nível central por Cr\$ 10, estará custando Cr\$ 20 ou Cr\$ 30. Então, acredito que a extinção da CEME, como um órgão produtor, ou a extinção da CEME, como um órgão distribuidor centralizado, vai ser mais maléfica do que benéfica.

Quanto ao segundo ponto, Sr. Ministro, quanto aos genéricos, dou-lhe inteira razão. Tenho lutado aqui nesta CPI Mista para que seja implantado no País o genérico. É até enfiado ter que repetir, mas me parece que o Ministro até tinha conversado comigo, porque o exemplo é o mesmo. Eu gostaria de dar um exemplo para V. Ex.^a, dizendo que o genérico poderia ser feito de duas formas: uma, como está no Decreto nº 793 – todos os produtos têm que ter o nome genérico e o nome comercial, o nome de fantasia, é um terço do tamanho –, mas a outra, Sr. Ministro, é aquilo que aprendi em recente visita ao Canadá, onde aproveitei para estudar o problema dos genéricos: é que temos dois tipos de remédios. Há aquilo que é o **brand**, ou seja, o remédio de marca, que tem o seu nome de fantasia; e o **generic drugs**, que é o nome genérico. E o exemplo que V. Ex.^a deu – inclusive fui um dos que adquiriram o medicamento –, o Tagamet, da SKF, no Canadá, é um medicamento **brand**, custava mais de sessenta dólares, com cem comprimidos, e a Cimetidine, como nome genérico, custava US\$ 17. Então, realmente, a medicação genérica cai de preço absurdamente.

Mas quando fizemos esses questionamentos aqui, muitos dos fabricantes de remédios disseram que isso era um problema: primeiro, de patente, que não poderia haver essa diferenciação muito grande; segundo, que não teríamos educação suficiente ainda para receitarmos os produtos genéricos. E eu havia respondido, nesta época, que acredito que, também no Canadá, na Inglaterra, nos Estados Unidos, no Japão, quando eles foram implantados, também não havia educação suficiente para serem implantados.

Então, digo a V. Ex.^a que o problema do genérico poderia ser pensado sob dois aspectos: um, como está a Portaria, ou esse segundo, em que haveria liberdade do indivíduo em escolher o produto de marca ou o produto genérico.

Mas o que mais me preocupa neste momento, Sr. Ministro, é que o próprio Decreto nº 793, que instituiu a medicação genérica, também instituiu a presença obrigatória do farmacêutico não só nas farmácias, como pessoa jurídica, mas nas farmácias hospitalares, nos postos de saúde, enfim, em todos os estabelecimentos de serviço de saúde. Isso nos preocupou bastante porque só das farmácias no aspecto jurídico, que vendem o medicamento na rua, hoje temos cerca de 70 mil farmácias e 37 mil farmacêuticos.

Os hospitais preocupam-nos inclusive porque há a necessidade de eles terem o farmacêutico em tempo integral. No posto de saúde, é obrigatório também ter o farmacêutico; e não temos esse número suficiente.

Então, o que vai acontecer, Sr. Ministro, o que tem acontecido – e já denunciemos aqui – é que o farmacêutico, em vários hospitais, não é farmacêutico; é apenas um funcionário que comparece no final do mês para assinar os livros de registro e receber o seu salário. Isso nos preocupa muito porque, a evoluir tal situação a respeito de farmacêutico, que também julgo de suma importância que nas nossas farmácias tenhamos o farmacêutico, precisamos pensar que, ao mesmo tempo, não temos um número suficiente de profissionais para resolver esse problema.

São essas as três questões que eu queria dizer ao senhor e também parabenizá-lo quando diz que além do controle social – que não temos porque são muito poucos os Conselhos Municipais que funcionam –, tem que haver um controle central sobre tudo isso para evitar as fraudes e as irregularidades.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – V. Ex.^a tem a palavra.

O SR. HENRIQUE SANTILLO – Sr. Deputado, em primeiro lugar, não afirmo de forma alguma que a CEME seja um antro de corrupção; há aí um equívoco. Digo que ela tem uma marca de corrupção, uma história de denúncia de corrupção, uma marca indelével que dificulta inclusive o processo de licitação para a aquisição de medicamentos. E lhe digo mais: estou absolutamente seguro de que os Estados têm condições de adquirir medicamentos pelos mesmos preços, dado o montante dos medicamentos, com menores riscos de **lobbies** corruptores, porque a CEME compra centenas de milhões de dólares. Por conseguinte, trata-se de uma soma altíssima, elevadíssima! Nos Estados, não; serão importâncias menores, compras menores, que certamente terão pressões de lobistas e de corruptores bem menores também.

É bem verdade que este é um problema nacional: se há corrupção no Governo Federal, há a nível estadual ou municipal, e quantas vezes sabemos disso! Mas não acuso a CEME de antro de corrupção; não tenho motivos para isso. Tenho motivos para dizer que ela tem uma marca de corrupção, um rótulo de corrupção que a inviabiliza. Só para o senhor ter idéia, Deputado, ela está impossibilitada de comprar, por exemplo, os Fatores 8 e 9 de que o País está carecendo, porque a última licitação que fez teve que ser interrompida por denúncias. Todas as licitações da CEME, este ano, tiveram que ser interrompidas, suspensas, por denúncias de corrupção – verdadeiras ou falsas – acobertadas pela imprensa, publicadas em manchetes nos grandes jornais, o que inviabiliza o processo. A CEME está inviabilizada para adquirir medicamentos e exercer uma política correta de distribuição de medicamentos que possa ser eficiente. A tempo e a hora, chegaram medicamentos nos postos, lá na ponta, para distribuição às pessoas carentes do País. Disso eu não tenho a menor dúvida.

Há também uma outra questão. Uma coisa é a CEME adquirir e distribuir esses medicamentos às Secretarias Estaduais – como vem sendo feito desde o princípio –, que distribuem aos Municípios ou não, de acordo com o seu alvitre. E tem sido assim sem nenhum controle. Não são poucos os Municípios que historicamente se queixam de não estar recebendo a quantidade necessária de medicamentos básicos para atender as pessoas e os Municípios carentes; são muitos os Municípios. Não são poucos os Secretários de Saúde que se elegeram neste País traficando influência com distribuição eleitoreira de medicamentos. E sabemos disso, é uma realidade!

Pelo processo de descentralização, estou exigindo uma participação do Estado com cláusula contratual que certamente será controlada pelos respectivos Tribunais de Contas dos Estados e da União e também pelo Ministério, porque aí vou fazer um convênio ou um contrato. Vamos assinar um ato com cláusulas bem determinantes do controle do Ministério da Saúde na aplicação desses recursos. Aliás, vamos fazer aquilo que não se fez com o processo de descentralização atual do SUS, porque, se se tivesse previsto isso na descentralização do SUS, o Ministério da Saúde teria permanecido com algum poder de controle para evitar esses desvios e essas distorções hoje inclusive ditas pelo senhor, com as quais concordo; há mesmo! Há uma porção de distorções na descentralização do SUS, e sobre o qual o Ministério da Saúde não tem nenhum controle. O Ministério da Saúde não tem nem o direito de solicitar do Estado uma informação a respeito de como ele está

distribuindo as IHS e UCAs. O Estado responderá se quiser, sem nenhuma obrigatoriedade, a um pedido de informação como esse.

Não se deixou ao Ministério nenhum poder de controle; vamos retomar esse poder. É importante para que fiscalizemos a aplicação dos escassos recursos públicos destinados à Saúde hoje no País. Acho que é fundamental, é importante!

Com relação aos genéricos, concordo com o senhor quando diz que há duas formas principais, talvez até outras em outros países, em que a situação tenha sido colocada de uma forma um pouco diferente. Mas o decreto inclui, no entanto, a obrigatoriedade de o médico, ao receitar, colocar a denominação genérica do medicamento, mas não o proíbe de colocar também o nome fantasia. Quer dizer, o médico pode receitar um Mebendazol e o Pantelmim, por exemplo, se ele tem preferência pelo último. Sem dúvida, o decreto não proíbe, apenas obriga o médico a colocar também.

Sei que esse é um processo coercitivo que eu, como lhes disse, talvez o abordasse de uma forma um pouco diferente, se não tivesse assumido o Ministério da Saúde apenas no dia 31 de agosto do corrente ano. Já peguei o "bonde andando": o decreto já publicado há bastante tempo e cuja vigência estava programada para o dia 05 de outubro do corrente ano.

Mas, de qualquer forma, acho que é importante – volto a repetir –, como o senhor disse, a denominação genérica. Creio que isso vai avançar um pouco. Vamos ter dificuldade para que esse decreto seja cumprido porque é uma questão também de cultura, de hábito; mas penso que devemos insistir. O Ministério está expedindo mala-direta para todos os médicos, para todo o pessoal da Saúde do País; vai voltar a insistir sobre o assunto em vários boletins, em vários impressos, dando explicações a respeito das denominações genéricas, para que se tente criar um hábito nesse sentido.

Assim que assumi, estudando o decreto, solicitei de Sua Excelência, o Presidente da República, que me desse um pouco mais de prazo – mais 60 dias – para que a questão dos farmacêuticos entrasse em vigência. O Presidente concordou e publicou um novo decreto concedendo-me mais 60 dias para examinar, de forma democrática, essa questão da obrigatoriedade dos farmacêuticos nas farmácias, nos hospitais e nos postos de saúde.

As informações que tenho são também de que não há farmacêuticos de nível superior suficientes para cumprir o decreto, embora este faça uma ressalva em relação aos varejistas de medicamentos do interior do País, onde não há farmacêutico formado, no sentido de colocar ali o técnico em farmácia, mas também o País não forma técnicos em farmácia suficientes. É possível que mudemos para o oficial de farmácia, desde que ele possa talvez fazer um pequeno curso, um pequeno treinamento em relação aos genéricos, por exemplo. Seria uma forma de melhorarmos um pouco o atendimento, inclusive nas farmácias do interior.

Talvez seja por aí! Onde está o técnico em farmácia no momento, antes que se formem técnicos em farmácia em número suficiente no País, poderemos colocar o oficial de farmácia, desde que submetido a um treinamento rápido numa universidade mais próxima da localidade onde ele mora, onde ele trabalha. Talvez essa seja uma forma, mas temos ainda mais um mês e dez dias que nos foi concedido e já estamos discutindo a respeito com os setores interessados para se tentar aprimorar os termos do decreto em relação aos farmacêuticos e não se criar um problema muito sério.

Todos sabemos que já há uma lei que estabelece isso e que, através de portarias ministeriais, de certa forma, a lei vem sendo descumprida. Uma lei antiga, de 20 anos de existência, e que, quando feita, na verdade, não tinha como ser cumprida. E portarias ministeriais, ao longo do tempo, foram suavizando a

lei e, de certa forma, abrindo algumas válvulas para o seu descumprimento.

De qualquer forma, como ela foi tratada atualmente por decreto, devemos sugerir ao Presidente da República que volte a tratá-la por decreto, mas, talvez, tentando coadunar o processo, condicionando-o à realidade atual do País. Já temos farmacêuticos em grande número, mas não o suficiente para cumprir o decreto nos estreitos limites em que foi estabelecido.

Concordo plenamente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Nan Souza.

O SR. NAN SOUZA – Sr. Ministro, seria até injusto se o Ministério, em pouco tempo sob o seu comando, tivesse uma política definida ou, pelo menos, se colocasse como compreendedor de todo esse mecanismo difícil que é a saúde, especialmente neste momento em que o País não tem também definição de outras políticas setoriais. E o problema da saúde, que reflete esse estágio de empobrecimento da nossa população, é muito aparente. Está tão mais subsidiado com a corrupção, como falou o Deputado paulista, que retrata uma realidade que lamentavelmente chega até o Maranhão. E a minha preocupação é exatamente a falta de condição do Ministério para saber o que está acontecendo em cada Estado.

Embora eu já tenha falado a V. Ex^a do tratamento que é dado à saúde no Maranhão e principalmente dos recursos que são transferidos do Ministério àquele Estado, ignorando inclusive que é o Ministério que transfere, lá temos um quadro desastroso. Por isso, estou registrando-o nesta Comissão, para que fique consignado nos Anais a nossa preocupação, na perspectiva de se democratizar o processo e de se criar até mais facilidade para aqueles que entendem que o dinheiro público é um instrumento de uso pessoal.

E assim a IH do Maranhão hoje é uma moeda, um instrumento de troca, de favor, de apoio político e até de compra de hospitais. No Maranhão, Deputado, a coisa anda realmente brava, e eu me preocupo!

A questão dos farmacêuticos também é uma aflição que se traz aqui, tendo em vista que várias pequenas farmácias têm-nos procurado para manifestar a impossibilidade de continuar ou, pelo menos, de adotar a obrigatoriedade de ter permanentemente um farmacêutico, não só pelo número inexistente no Estado, na cidade, nos pequenos municípios, como também a obrigatoriedade de pagar um teto salarial, o que as farmácias não têm condições. Então, essa tentativa de descobrir uma forma alternativa, parece-me que se concilia à medida que vamos buscar quem realmente instrumentaliza o dia-a-dia da farmácia. É que a sua grande maioria não processa, não manipula; e esse é o argumento que os donos de farmácia usam – não sei se dentro de uma lógica, mas pelo menos estou tentando retratar uma preocupação das farmácias dos interiores dos Estados.

Evidentemente que os dias vão se passando e vamos vivendo, trocando experiências e informações; e o Ministro, com a sua sensibilidade, tenta democratizar as decisões. E cada um de nós deve representar também um instrumento, um aliado para contribuir, no sentido de que resgatemos a dignidade da saúde pública nacional, porque a saúde privada tem, em detrimento da pública, saído muito bem.

Só como dado estatístico: há cerca de três anos, o Maranhão tinha uma rede conveniada de 94; e, agora, com aproximadamente dois anos, esse número passou para 276. Mas, nesse rol, até hotel foi credenciado e pago antes de funcionar, por conta do desvio dos recursos públicos no Brasil.

Era essa a reflexão que eu queria trazer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – V. Ex^a gostaria de fazer alguma observação?

O SR. HENRIQUE SANTILLO – Sim. Eu gostaria de, mais uma vez, dizer o seguinte: não é porque o Ministério da Saúde não queira adotar providências; como está, institucionalmente, ele não tem forma legal de adotá-las. Por exemplo: tivemos um caso sério, antes da minha posse no Ministério, em uma das unidades da Federação, em que o Ministério da Saúde não teve forma legal de interferir. O Ministério Público é que teve de tomar as providências. O Estado, no que diz respeito à saúde pública, está sob intervenção por iniciativa do Ministério Público. O Ministério da Saúde não tem como intervir, não lhe restou, na lei, nenhuma possibilidade de intervir. O Ministério Público, este sim, teve condições de intervir.

O SR. NAN SOUZA – Ministro, V. Ex^a me permite uma colocação adicional? O que se poderia fazer ou por iniciativa do Congresso Nacional, ou por iniciativa do Ministério...

O SR. HENRIQUE SANTILLO – No caso, o Ministério Público; mais fácil e mais rápido é o Ministério Público.

O SR. NAN SOUZA – Não; para que o Ministério tenha, de per si, a sua competência, o que podemos fazer enquanto Congresso?

O SR. HENRIQUE SANTILLO – Tudo bem, acho que é uma boa pergunta. Alguns aspectos da Lei Orgânica de Saúde teriam de ser alterados – estamos estudando isso –, bem como algumas decisões do Conselho Nacional de Saúde, até independentemente da Lei Orgânica de Saúde. Creio mesmo que as normas básicas da descentralização e algumas decisões do Conselho acabaram extrapolando a própria Lei Orgânica de Saúde.

Há também um conflito entre um Decreto Presidencial, que estabelece normas para a inventariança do ex-INAMPS, com a Lei de extinção do INAMPS, que tem também criado alguns problemas e alguns obstáculos em relação a isso. Digo em relação ao INAMPS porque as auditorias do ex-INAMPS já deveriam estar sob o direcionamento e a administração do Ministro da Saúde a fim de poder exercer a atividade normal de fiscalização nos Estados. E essas auditorias ainda não estão; encontram-se com o inventariante do ex-INAMPS. Isto apenas para citar um exemplo.

Há todo um processo de normas estabelecidas e aprovadas internamente pelo Conselho Nacional de Saúde que, a meu ver, precisarão ser alteradas, sem que se crie um obstáculo ao processo de descentralização e democratização do Sistema Único de Saúde, mas que faça com que o Ministério retome algumas prerrogativas de controle do processo, já que há, mensalmente, uma soma vultosa de recursos públicos federais envolvidos. É uma soma alta, de 500 a 600 milhões de dólares por mês. É o custo atual do SUS, mesmo com os valores dos procedimentos defasados. Não tenho como ficar propondo a atualização paulatina, gradativa desses valores se não tivermos um certo controle nessa aplicação, de como estão sendo distribuídas as AIHs, as UCAs; que critérios os Estados estão adotando para que essa distribuição seja feita; que medidas os Estados estão adotando para que haja a municipalização, a descentralização efetiva para os municípios; até quando a população estará sendo atendida através dos recursos que o Ministério repassa pelas AIHs e UCAs; que tipo de impacto social está havendo. Minha análise, no momento, é que estamos repassando esses recursos sem nenhum impacto social positivo; e são recursos altos: 600 milhões de dólares/mês. Para um País como o nosso, esses são recursos altos, elevados. Reconheço que vai ser preciso mais para dar uma assistência médica de boa qualidade, mas, ainda assim, são recursos elevados, sem nenhum impacto e sem nenhum controle, sem se saber como é que isso está sendo distribuído, quais os critérios que estão sendo adota-

dos para entregar tantas AIHs para um hospital, tantas para outro; tantas para um município, tantas para outro. Ou seja, o Ministério não conseguiu, no processo de descentralização, deter algum poder de controle.

Nenhum órgão, em nenhum nível de administração, pode estabelecer políticas gerais e normatizar um processo se não detiver algum poder, porque senão ele normatizará no vazio, para o nada, para o descumprimento. Ninguém cumprirá senão aquelas normas estabelecidas por alguém ou por alguma instituição que tenha poder. E, como está o Ministério da Saúde hoje, não adianta nem mesmo que ele tente normatizar, porque, muito possivelmente, as normas que ele vai estabelecer acabarão sendo cumpridas, porque não há nenhum mecanismo de fazer os outros níveis da administração pública cumprir.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Mário Chermont.

O SR. MÁRIO CHERMONT – Em primeiro lugar, quero fazer uma saudação ao Ministro e dizer-lhe da nossa satisfação de tê-lo aqui na CPI de Medicamentos, que já se arrasta por uns três meses, se não me engano.

Na época em que era Ministro da Saúde o Ministro Haddad, deu para perceber a complexidade, enfim, a dificuldade que é a política a respeito dos medicamentos neste País.

Mas, Ministro Henrique Santillo, a preocupação da população brasileira hoje está relacionada com a questão dos preços dos medicamentos. Fico analisando e vejo a disposição com que V. Ex^a assumiu esse Ministério; sentimos que V. Ex^a o assumiu com garra e disposição.

A colocação que faço é justamente uma reflexão um tanto quanto simplista, mas faço um apelo no sentido de que, a exemplo dos alimentos, não poderia ser estudada uma cesta básica dos medicamentos para as classes menos favorecidas?

Ouvi a preocupação e o depoimento do Deputado Nan, cuja situação não é pior do que no Estado do Pará. E vi também a constatação, que V. Ex^a já conhece, e a preocupação de que, na realidade, esse sistema está falho, ou seja, de serem passados para os Estados medicamentos que, na realidade, na maioria das vezes, não são conduzidos aos municípios, criando-se, então, a problemática.

E, para complementar a minha intervenção, embora esteja um tanto quanto fora desta CPI, mas, de qualquer maneira, tratando-se de assunto de saúde, acho que cabe: é a respeito da SUCAM. Vou dar um depoimento entusiasmado a respeito da SUCAM que, não sei por que motivo, foi desmobilizada. Este órgão era, na realidade, um grande fator de saúde deste País. Eu via que em cada lugar longínquo, em cada lugar remoto daquela região estava ali como um soldado o funcionário, levando aquele borrorro, virando lata, acabando-se! E hoje em dia, não sei se foi isso, parece que há uma proliferação de carapanãs neste País todo. E Brasília não fica por menos.

Então, faço um apelo seriíssimo a respeito dessa questão, de qual é o plano de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. HENRIQUE SANTILLO – Agradeço, ilustre Deputado Mário Chermont, suas palavras.

Eu começaria colocando-lhe a questão da farmácia popular, a chamada cesta de medicamentos. Com um bilhão e duzentos milhões de dólares anuais, estaremos dando medicamentos básicos gratuitamente para toda a população carente do País. Esse é um levantamento feito criteriosamente. É claro que vão restar setores das chamadas classes médias baixas, que certamente não recorrerão aos medicamentos básicos distribuídos gratuitamente, mas que

também estão tendo enormes dificuldades para terem acesso aos medicamentos hoje no País. Sabemos disso. Hoje é uma ínfima minoria que tem condições de ter acesso tranqüilo a medicamentos no Brasil; também o sabemos. Para isso, estamos trabalhando na chamada farmácia popular, que cobriria de 400 a 500 produtos farmacêuticos e que cobriria, pelo menos, 95% das necessidades da farmacopéia do País. Estamos trabalhando principalmente com os laboratórios nacionais, mas também com alguns multinacionais.

Espero que essa decisão possa viabilizar-se dentro dos próximos meses com tranqüilidade; é possível isso. Vamos tentar a isenção do imposto de importação de matéria-prima e a isenção do ICMS para tentar reduzir os preços pela metade para o comércio varejista normal de medicamentos. Não são os medicamentos básicos; seria outra linha de medicamentos que incluiriam os medicamentos básicos, mas com o nome genérico e o nome de fantasia, ou seja, cumprindo o Decreto n° 793.

Acho que por aqui é até uma forma de se começar a cumprir, confesso-lhes, uma forma de se começar a cumprir parcialmente o decreto dos genéricos. Mais ou menos aquilo a que o ilustre Deputado acabou de se referir como o exemplo do Canadá.

O SR. MÁRIO CHERMONT – Sr. Ministro, dentro desse tema, esqueci de fazer também uma colocação a V. Ex^a sobre o controle dos preços, que me parecem também absolutamente desordenados.

O SR. HENRIQUE SANTILLO – Já disse aqui no princípio – o Deputado Mário Chermont não estava – estou convencido de que é preciso uma comissão interministerial para vigilância dos medicamentos – não controle, mas vigilância – em comum com os laboratórios, com as suas entidades – ABIFARMA* e ALUNAC. Acho que esta é uma forma de tentar reduzir os aumentos abusivos.

Eu havia dito aqui que, em setembro, houve um aumento médio dos medicamentos no Brasil da ordem de 48%, enquanto a inflação atingia o índice de 34 e alguns décimos. Neste mês de outubro, isso vai se repetir, pois na última quadrisemana (a última semana de setembro e as três primeiras de outubro) o índice já foi de 46,36%, ou seja, está próximo aos 48% que houve no mês passado. Sistemáticamente tem havido isso.

Fiz uma declaração desse tipo às redes de televisão, e a ABIFARMA respondeu, por escrito, mediante um documento cuja cópia tenho aqui em minhas mãos. Eles haviam afirmado que existia autorização do Governo para aumentos acima da inflação. Achei um pouco esquisito. Perguntaram-me sobre isso e respondi:

"Desconheço, mas não acredito que o Governo tenha autorizado explicitamente a indústria farmacêutica a aumentar seus preços acima da inflação, mesmo porque, há bastante tempo, não há nenhum controle de preço. Há, pelo menos, 2 anos não temos nenhum controle de preços no País".

Mandaram este documento aqui para o SBT. Tirei cópia e verifiquei. Na verdade, mandaram o ofício do Departamento de Abastecimento de Preços do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, na época, datado de 02.09.92, referindo-se a medidas adotadas no ano de 1991, logo após a suspensão do controle de preços. Lembram-se os senhores que a indústria farmacêutica, durante alguns meses, foi autorizada pelo Governo a aumentar 6 percentuais reais acima da inflação. Ficou por isso mesmo, ficou por aí, mas não quer dizer que isso é tem o caráter *ad infinitum*, que vai durar o tempo todo. Seria um absurdo que houvesse uma autorização deste tipo. Um absurdo inconcebível.

Disse também o Presidente da ABIFARMA, nessa entrevista, que há 40 anos a indústria farmacêutica vinha sendo represada, os preços vinham sendo represados.

Senhores, pelo amor de Deus, quarenta anos com os preços represados? Isso é conversa mole para boi dormir. Não tem sentido, os preços estão abusivos mesmo. Os aumentos têm sido abusivos, acima da inflação.

O SR. MÁRIO CHERMONT – Ministro, o senhor permite mais uma pergunta. Sr. Presidente, permite-me mais uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – O Sr. Ministro já concluiu?

O SR. HENRIQUE SANTILLO – Em relação à SUCAM, o Deputado Mário Chermont tem toda a razão. Na verdade, a Fundação Nacional de Saúde nasceu de uma fusão da SUCAM e da Fundação SESP*. Tanto uma, quanto outra, tinham toda uma história; seus servidores orgulhavam-se tanto de uma, quanto da outra.

A SUCAM tinha aquele trabalho de campo formidável. Cada rancho, cada casebre tinha a sigla, o nome, escrito na parede, de forma visível, porque tinha sido borrifado naquele ano. Orgulhavam-se os homens de macacão e de borrifador nas costas, a pé, às vezes, andando pelas roças, pelas fazendas, pelo mato. É verdade. E todos fomos testemunhas disso. Eu mesmo fui, quantas vezes, testemunha disso. E a Fundação SESP, além do trabalho lá na ponta em relação às grandes endemias, foi o celeiro de formação, mediante uma escola de formação, de técnicos de nível superior e de brasilidade.

Depois da fusão, perdeu-se esse espírito, esse orgulho. Fundiu-se, perderam-se os nomes, foram-se as siglas e criou-se uma nova. Isso é verdade. O trabalho da FUNASA*, hoje, reconheço, deixa a desejar infelizmente. Deixa muito a desejar na quase totalidade dos Estados, principalmente no Norte e no Nordeste brasileiro. Nesses locais, deixa muito a desejar. Há enormes dificuldades, há ineficiência, uma estrutura extremamente grande nacionalmente, milhares e milhares de servidores – 50 mil ao todo –, milhares e milhares de veículos. Consome grande soma de recursos públicos, em cada coordenação, para manutenção. Mas não há resposta; pelo menos, é pequena. Não tem aquela eficiência que tinha a SUCAM e a Fundação SESP*. Concordo plenamente. Não sei se conseguiremos melhorar isso. Tenho minhas dúvidas se, mesmo atuando, mesmo fazendo das tripas coração, conseguiremos melhorar.

A idéia seria começar a descentralizar a FUNASA onde não é mais necessária. Perdoem-me, mas em alguns Estados, como São Paulo, não é mais necessária. Deveríamos mantê-la onde é necessária, concentrando a atuação do Ministério, para que ela melhore em termos de eficiência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Tem a palavra o Deputado Chafic Farhat.

O SR. CHAFIC FARHAT – Ministro, tenho uma série de informações de suma importância. Vários hospitais hoje, no Estado de São Paulo, inclusive mais ao sul, estão importando remédios, principalmente contra o câncer, que sai de 40% a 50% mais barato do que no Brasil. Que tal se o Ministério da Saúde importasse os medicamentos ditos genéricos, para que pudéssemos distribuí-los à população?

O SR. HENRIQUE SANTILLO – Estamos tentando fazer isso há algum tempo, desde que assumi o Ministério, através da UNICEF. A UNICEF faz suas licitações gerais e internacionais na Dinamarca, o que reduz bastante o tempo, e proporciona preços bem baixos.

Para V. Exª ter uma idéia, compramos 18 milhões de preservativos, para campanha contra AIDS, por um preço equivalente a 25% ao de mercado no Brasil. Temos tentado, em alguns casos, fazê-lo pela UNICEF, que é o processo mais cômodo. Temos algumas compras já encaminhadas à Comissão de Licitação Internacional do EMFA, que está atuando nesse sentido.

Para que os senhores tenham uma idéia, comecei esse processo no início de minha gestão no Ministério, e as compras só se poderão realizar no final de janeiro ou início de fevereiro. São muito longas. A instituição privada pode comprar, pagar e receber na hora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Tem a palavra o nobre Relator, Deputado Gonzaga Mota.

O SR. GONZAGA MOTA – Sr. Presidente, Senador Carlos Patrocínio; Sr. Ministro da Saúde, Dr. Henrique Santilo; Srs. Parlamentares:

Inicialmente, Sr. Ministro, eu gostaria de cumprimentar V. Exª. Muito embora esteja há apenas dois meses à frente do Ministério da Saúde, já nos deu informações significativas e substanciais para elaborarmos o nosso relatório. Gostaria de agradecer essa colaboração proporcionada por V. Exª.

Teria, Sr. Ministro, cinco ou seis perguntas bem objetivas.

V. Exª, no início da exposição, disse explicitamente que deseja retomar os estudos para uma política nacional de medicamentos. Perguntaria se isso seria uma provável consolidação da RENAME*.

Uma segunda indagação, Sr. Ministro, refere-se à assistência farmacêutica. Perguntaria a V. Exª, dentro desse esquema de assistência farmacêutica que o Governo proporciona, se estaria prevista, como aqui foi ressaltado pelo Dr. Chabo*, que representou o Ministro Jamil Haddad na abertura destes trabalhos, a utilização dos laboratórios oficiais, dos laboratórios das Forças Armadas, das universidades?

A terceira indagação, Sr. Ministro: V. Exª ressaltou, duas vezes – no início e por ocasião da pergunta do Deputado Mário Chermont – a vigilância de preços. Pergunto a V. Exª, dentro dessa idéia exposta pelo Ministro, como ficaria a câmara setorial existente – temos a câmara setorial da indústria farmacêutica, do setor automobilístico e vários outros setores. Há a câmara setorial do setor farmacêutico com a participação do Governo e com a participação da iniciativa privada.

Tenho ainda uma quarta indagação, Sr. Ministro. Sempre tenho dito aqui que preço e controle de qualidade são irmãos siameses. Pode-se muito bem reduzir um preço através da redução da qualidade, mas nesse caso o consumidor é o prejudicado. O senhor ressaltou a criação do conselho de controle de qualidade que vai ser brevemente instalado. Qual a composição desse conselho? Como será a operacionalização desse conselho? Quer dizer, ele vai se basear apenas na estrutura atual da secretaria de vigilância sanitária para tomar suas decisões?

Ainda tenho uma outra indagação, e esta refere-se a algo que já foi ressaltado pelo Deputado Chafic Farhat. Trata-se da importação de medicamentos. Já tivemos um adiamento da implantação da lei de genéricos; o senhor concedeu, se não me falha a memória, mais sessenta dias para os farmacêuticos. Com relação a genéricos, pelo que sei, já está em vigor.

O SR. HENRIQUE SANTILLO – Já está em vigor, mas há uma liminar...

O SR. GONZAGA MOTA – Faço a minha pergunta: na hipótese de cair a liminar e entrar em vigor a lei, se houver um desabastecimento, o Governo tem condições de fazer uma importação rápida?

O SR. HENRIQUE SANTILLO – Rapidamente não, mas em 30 ou 60 dias, no máximo, o problema pode ser resolvido.

O SR. GONZAGA MOTA – Gostaria de saber a opinião de V. Exª sobre o tão falado vale-remédio. Qual a opinião do atual Ministro da Saúde sobre isso?

São essas as indagações que gostaria de fazer. Mais uma vez, cumprimento V. Exª pela objetividade e pelo dinamismo à frente do Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – V. Exª tem a palavra.

O SR. HENRIQUE SANTILLO – Ilustre Deputado Gonzaga Mota, relator desta CPI, a primeira resposta: é mesmo a RENAME* e uma política de fomento aos laboratórios oficiais e alguns dos laboratórios particulares nacionais, que têm todas as condições de suprir o mercado dos genéricos básicos indispensáveis à população brasileira.

O segundo ponto diz respeito à vigilância de preços dos medicamentos...

O SR. GONZAGA MOTA – À câmara setorial.

O SR. HENRIQUE SANTILLO – Sim, já existindo a câmara setorial. Acho que é necessária a vigilância de preços, mesmo existindo a câmara setorial, com a participação do Ministério da Saúde. Acho que é fundamental a participação do Ministério da Saúde.

A questão da composição do conselho de controle de qualidade: vai ser formado por representantes do Conselho de Medicina, representantes do Conselho de Farmácia, AMB, ABIFARMA, ALUNAC – Laboratórios Nacionais –, representantes do sindicato dos médicos e dos farmacêuticos. São cerca de doze a treze componentes, incluindo dois ou três técnicos do Ministério da Saúde, representando a Secretaria do Ministério da Saúde. Só que esse Conselho nacional de Controle de Qualidade não é realmente quem vai fazer o controle; vai estabelecer a política de controle.

Além disso já temos convênio com as universidades e com os institutos de controle de qualidade já existentes no País para, aproveitando a capacidade já instalada, cada um se especializar numa determinada linha de medicamento, para que se controle a qualidade, em convênio com o Ministério da Saúde.

O Ministério da Saúde não pretende inventar a roda nem criar institutos; deseja é aproveitar a capacidade já instalada em relação ao controle de qualidade nas universidades e alguns institutos nacionais, para que, através de convênios, possam ser realizadas as análises de controle de qualidade de determinadas linhas de medicamentos.

Não se trata de construir, não se trata de se fazer novo instituto. Já temos capacidade instalada suficiente no País para se controlar, com aumento aqui e acolá de alguns equipamentos, a qualidade das principais vias de medicamentos usados no país.

Em relação à importação dos medicamentos, temos condições, em sessenta dias, num caso de *lockout**, de importar através da UNICEF. São sessenta dias, no mínimo. Espero que isso não venha a ocorrer, Deputado. Não pretendo ser radical num caso como esse. De forma alguma. Não penso que essa política seja a melhor. Tenho dito publicamente que o Ministério da Saúde está aberto ao debate, à discussão, especialmente com a ABIFARMA e ALUNAC, que são importantes na indústria brasileira.

Afinal de contas, a indústria farmacêutica é responsável hoje, no Brasil, aproximadamente 4 bilhões de dólares anuais. É uma parte significativa da economia brasileira, razão pela qual não queremos confronto; não há necessidade disso. Estaremos sempre abertos ao debate, à conversação, à negociação correta, honesta.

Em relação à farmácia popular, isso está se em conversação com essas duas entidades nacionais da indústria farmacêutica brasileira, tanto a multinacional quanto a nacional.

Falarei sobre o vale remédio.

O SR. GONZAGA MOTA – Antes do vale remédio, V. Exª permite um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO – Com todo o prazer.

O SR. GONZAGA MOTA – Esteve aqui, duas vezes, o Presidente da ABIFARMA, duas vezes. Ele nos mostrou – não nos entregou – um projeto que levaria ao Governo – não sei se V. Exª está lembrado, Sr. Presidente, foi ventilado – da farmácia popular.

O SR. HENRIQUE SANTILLO – Farmácia popular. Falou-se em cesta básica, e estendemos à farmácia popular. Ao invés de poucos produtos líderes de mercado, como estavam propondo, estamos propondo quatrocentos a quinhentos produtos, incluindo os cento e poucos líderes de mercado. Seria a farmácia popular.

O SR. GONZAGA MOTA – Certo. Não seria a RENAME*?

O SR. HENRIQUE SANTILLO – Não. Não é a RENAME. É outra lista, que cumpre o decreto, quer dizer, os produtos teriam o nome genérico ressaltado e também o nome fantasia nas embalagens.

O SR. GONZAGA MOTA – Muito obrigado.

O SR. HENRIQUE SANTILLO – Em relação ao vale remédio – perdoem-me minhas limitações – não tenho como disserter a respeito. Fico devendo essa exposição, mas me comprometo a fazê-la em outra oportunidade.

O SR. GONZAGA MOTA – Era uma idéia também da ABIFARMA.

O SR. HENRIQUE SANTILLO – Mas não tenho conhecimento direto.

O SR. GONZAGA MOTA – Penso que essa idéia foi abandonada.

O SR. HENRIQUE SANTILLO – Temos condições, sim. Terei uma reunião na próxima segunda-feira, Sr. Deputado, com alguns laboratórios nacionais e alguns distribuidores – três maiores distribuidores de medicamentos nacionais – na qual farei um primeiro contato no sentido de que esses distribuidores, através de processos de concorrência para aquisição de medicamentos, nos ajudem na obrigatoriedade das denominações genéricas. Eles estão dispostos a comprar dos laboratórios – são os três maiores distribuidores nacionais – obrigando-se ao cumprimento do Decreto, nas embalagens.

O SR. GONZAGA MOTA – Muito obrigado Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Antes de encerrar a nossa reunião de hoje, eu gostaria de fazer alguns comentários. Inicialmente, quero ratificar meus cumprimentos ao Exmº Sr. Ministro da Saúde, Dr. Henrique Santillo, o que eu já havia feito em seu gabinete, onde tive oportunidade de ir juntamente com uma comissão do nosso Estado de Tocantins.

Gostaria de manifestar também minha satisfação pela presença de V. Exª aqui, hoje, encerrando essa série de depoimentos que, certamente, trarão os subsídios dos quais necessitamos. V. Exª praticamente esgotou todos os assuntos, pelo seu alto conhecimento da matéria.

Eu teria algumas perguntas a fazer, mas praticamente todas elas já foram feitas. Gostaria tão-somente de dizer que a minha satisfação em estar presidindo esta sessão, que conta com a presença do ilustre Ministro, é muito grande, porque temos algumas coisas em comum. Fui aluno do Ministro Henrique Santillo, na Avenida Alfredo Balena, no pré-médico. S. Exª já era um formando, e eu ainda estava começando a lutar pelo vestibular.

Por colegas dele tive a oportunidade de saber que S. Exª – em que pese a sua lide política, porque naquela época já se movimentava, como poucos, através de presidente do DCE –, ainda era um dos melhores currículos da Universidade Federal de Minas Gerais, especificamente da Faculdade de Medicina.

Posteriormente, S. Ex^a veio para o Centro-Oeste do nosso País e nos tornamos coestaduanos mais uma vez. Quero dizer que parece que o episódio do Césio 137, ocorrido em Goiânia, foi uma determinação do destino, já que sei que o Exm^o Sr. Ministro Henrique Santillo entendia, como poucos, da matéria de radioatividade. Certamente, as providências que tomou, por ocasião do seu governo, quando aconteceu aquele episódio muito nefasto para as pessoas que se contaminaram com o Césio, foram adequadas. Isso propiciou que o Brasil tomasse providências energéticas no que diz respeito a acontecimentos dessa natureza.

Portanto, Sr. Ministro, é uma satisfação muito grande recebê-lo aqui. Gostaria apenas, para encerrar, de fazer algumas rápidas considerações. Quero dizer que estou muito animado com a presença de V. Ex^a no Ministério da Saúde, principalmente porque parece que V. Ex^a chegou com muita vontade e muita pressa de trabalhar. Alheio a todos esses acontecimentos a que estamos assistindo, V. Ex^a já tomou inúmeras providências.

Comungo do mesmo pensamento de V. Ex^a, ou seja, a extinção destes órgãos, pelo menos temporariamente: não só da CEME – Central de Medicamentos, que já está mesmo estigmatizada perante a opinião pública – como do INAN. Para haver resultado, acho isso perfeitamente válido. Sou daqueles que acham que devemos, na medida do possível, extinguir órgãos, descentralizar e dar competência às diversas esferas do Governo, Aos estados e municípios, como é o pensamento de V. Ex^a.

O problema dos farmacêuticos é uma preocupação do Sr. Ministro, que até procrastinou a entrada em vigor dessa resolução, ou melhor, do Decreto 793, em relação a essa parte. Eu pensava que V. Ex^a havia prorrogado todo o Decreto, mas parece-me que o fez só no que diz respeito aos farmacêuticos.

Está em tramitação, na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, um projeto de lei – de cuja matéria fui relator –, de autoria da nobre Senadora Marluce Pinto, que modifica a lei. O Presidente Itamar Franco fez apenas a reeditou no que concerne à presença obrigatória do farmacêutico nas farmácias.

A eminente Senadora Marluce Pinto elaborou um projeto de lei que isenta as drogarias e os ervanários da presença do farmacêutico, substituindo-o por um técnico em farmácia e também por um militante em farmácia ou drogaria com, no mínimo, dez anos de prática. Já demos o parecer favorável a esse projeto de lei da Senadora Marluce Pinto não só pela carência do número de farmacêuticos em nosso País, mas porque sabemos que o farmacêutico sistematicamente não permanece nas farmácias. Pinto.

Certamente, no que concerne a essa matéria, gostaria também de contar com o apoio do Exm^o Sr. Ministro, que está tendo dificuldades, efetivamente, para implementar o Decreto 793, do Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Gostaria ainda de fazer duas perguntas, face a resistência da indústria farmacêutica e dos setores médicos – tenho conhecimento de pelo menos duas liminares (Rio e São Paulo) e V. Ex^a também citou outra (Brasília): qual a providência que o Ministério estaria tomando no sentido de viabilizar a queda dessas liminares? Por último, Sr. Ministro, já que não foi comentado aqui e todos os outros depoentes fizeram alusão a esse fato: qual é a sua posição em relação ao projeto de patentes no que concerne ao setor farmacêutico do nosso País? Seriam essas as considerações e as perguntas que faria a V. Ex^a.

O SR. HENRIQUE SANTILLO – Nós temos, Sr. Presidente, liminares deferidas que, em seguida, lerei.

O mandado de segurança impetrado pelo SINDUSFARMA – Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos do Estado de São Paulo, na 14^a Vara Federal do DF – essa é a maior de todas –,

foi deferido e se encontra, como disse, aguardando a decisão do TRF.

O mandado de segurança da ABIFARMA, Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica, também na 14^a Vara Federal do DF, representando vinte e cinco empresas – o primeiro, representando cento e trinta e nove empresas, e este aqui vinte e cinco – está aguardando citação da Advocacia Geral da União para a defesa. O mandado de segurança do PRODOME, de São Paulo, impetrado pela Diretoria, está aguardando ainda esse pronunciamento judicial.

O mandado de segurança do Instituto Químico de Campinas também aguardando. O mandado de segurança do Merrel Lepetit, de São Paulo, também aguardando; e mandado de segurança no Sidney Ross, também aguardando.

Liminares indeferidas: mandado de segurança do Merrel Lepetit Farmacêutico e Indústria Ltda., Laboratório Stieffel, Glaxo do Brasil, Bristol e Squibb. Todos foram indeferidos pelo Tribunal Regional Federal da 1^a Região do DF. É o que está examinando as liminares. Já sabemos qual será o resultado. Esse Tribunal já indeferiu esses af.

O mandado de segurança impetrado também pela Plus Farmacêutica, foi indeferido pela 16^a Vara Federal do DF. Mandado de segurança do Laboratório Americano S/A, na 2^a Vara Federal, indeferida a liminar; mandado de segurança do Sindicato da Indústria Farmacêutica do Estado do Rio de Janeiro, na 16^a, indeferida a liminar. Mandado de segurança impetrado por uma pessoa física no Superior Tribunal de Justiça Federal – liminar revogada e declarado extinto o processo, determinando o arquivamento dos autos. Mandado de segurança impetrado pela ABAFARMA, Associação do Atacado Farmacêutico, na 1^a Vara do Distrito Federal – indeferida a liminar. E mandado de segurança impetrado pela Boehringer do Brasil, no Superior Tribunal de Justiça do DF – indeferido.

São sete indeferimentos; três deferimentos e três aguardando o pronunciamento judicial. A incumbência, tratando-se de um decreto, é da Advocacia-Geral da União com o assessoramento da Consultoria do Ministério da Saúde.

O SR. GONZAGA MOTA – Só para o nosso conhecimento, na expectativa do Ministro da Saúde, V. Ex^a acredita que isso terá um desdobramento? Recorrerão ao Supremo Tribunal Federal? Nas reuniões que V. Ex^a têm realizado com os representantes da iniciativa privada, eles querem ir para essa disputa judicial até as últimas consequências?

O SR. HENRIQUE SANTILLO – Acredito que sim. Mas, suspensas as liminares, isso os obrigará a negociar conosco, certamente. Estamos dispostos, democraticamente, no processo de negociação, para o cumprimento nos termos do Decreto nº 793.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Na sua opinião, Sr. Ministro, sobre o Projeto de Lei de Patentes no setor farmacêutico?

O SR. HENRIQUE SANTILLO – Confesso a V. Ex^a que o Brasil não tinha outra forma de procurar desenvolver senão a que escolheu. Haveria muita dificuldade se ele tivesse regulamentado antes o processo de patentes. Mas agora, com critérios, em vista da situação internacional, o Brasil precisa caminhar por outros rumos, de forma criteriosa, defendendo os interesses nacionais, interesses maiores do povo brasileiro. Defender os interesses maiores do povo brasileiro, modernamente, é também estar bastante aberto a todo esse processo de conjugação internacional, comércio internacional, de interesses internacionais que existem. Isto também é defender o povo brasileiro. Claro que não há mais lugar nem para nacionalismo xenófobo e nem para pirataria no mundo moderno.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Antes de encerrarmos a nossa reunião, gostaríamos de dizer que o prazo para o término do funcionamento da CPI foi prorrogado por sessenta dias. Temos bastante tempo disponível.

Mas gostaria de dizer que esta é a última audiência. Encerramos, praticamente, aqui a nossa CPI. Vamos entrar em contato com os diversos Membros desta Comissão interessados, com o eminente Relator, Deputado Gonzaga Motta, para que conosco e com os assessores comecemos a elaborar o relatório preliminar.

Temos em mente que a CPI da Comissão de Orçamento não atrapalhará os nossos trabalhos. Pretendemos ainda completar os nossos trabalhos no decorrer desses dias que nos restam.

Portanto, ficam convocados os senhores Membros da Comissão para que entrem em contato com o Deputado Gonzaga Motta e com o Presidente para que possamos trocar idéias e comecemos a elaborar o relatório preliminar conforme foi solicitado pelo Sr. Relator.

Mais uma vez agradecemos a presença ilustre deste grande brasileiro, que tenho a certeza absoluta de que se demorar o seu mandato na Pasta da Saúde, sei que o Brasil haverá de caminhar com passos largos rumo a sua independência. Sei que o Ministro Henrique Santillo assumiu um desafio, pegou um Ministério que não tem nem uma fonte de receita, não tem absolutamente nada para prover esses gastos enormes com a saúde do Brasil; mas sei que ele é um homem de desafios. Tenho a certeza que se durar muito a permanência de S. Ex^a no Ministério da Saúde certamente teremos dias melhores para a saúde do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Ministro. Foi uma honra tê-lo aqui.
Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 17h30min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO,

Criada através do Requerimento nº 151, de 1993-CN, destinada a "Apurar fatos contidos nas denúncias do Sr. José Carlos Alves dos Santos, referentes às atividades dos Parlamentares, membros do Governo e representantes de Empresas envolvidas na destinação de Recursos do orçamento da União".

Ata da 43ª Reunião, realizada em 22 de dezembro de 1993.

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e noventa e três, às onze horas, na Sala nº 2, de Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senador Jarbas Passarinho (Presidente), Deputados Odacir Klein (Vice-Presidente), Roberto Magalhães (Relator), Senadores, Iram Saraiva, Garibaldi Alves Filho, Elcio Alvares, Francisco Rollemberg, Jutahy Magalhães, Ney Maranhão, Pedro Teixeira, Pedro Simon, Eduardo Suplicy, Bello Parga, José Paulo Bisol, Lavoisier Maia Deputados Benito Gama, Fernando Freire, Pedro Pavão, Luiz Salomão, Mário Chermont, Nelson Trad, Aloízio Mercadante, Roberto Rollemberg, Lázaro Barbosa, Zaire Rezende, Maurício Najar, Vicente Fialho, José Lourenço, Leomar Quintanilha, Luiz Máximo e Costa Ferreira. Presentes, ainda os Senhores Deputados Paulo Ramos e José Genoíno, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a "apurar fatos contidos nas denúncias do Senhor. José Carlos Alves dos Santos, referentes às atividades dos Parlamentares, Membros do Governo e Representantes de Empresas envolvidas na destinação de recursos do Orçamento da União". Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberto os trabalhos da Comissão dispensando a leitura da Ata da reunião anterior que, logo após, foi considerada aprovada. Comunica,

ainda, que a reunião de hoje tem por finalidade votação de sigilo bancário e convocação de depoentes. Em votação a convocação do Senhor Senador Mansueto de Lavor, aprovado por dezesseis votos favoráveis. Em votação a convocação do Senhor Deputado Paes Landim; aprovado por quatorze votos favoráveis. Em votação a transferência de sigilo bancário da Senhora Deputada Raquel Cândido; aprovado por dezoito votos favoráveis. Em votação a transferência de sigilo do responsável pela Sociedade de Proteção à Infância, à Maternidade Bom Jesus de Itabapoana e José Vieira de Melo; aprovado por dezessete votos favoráveis. Em votação a transferência de sigilo bancário da Fundação Miriam Benevides Gadelha, Jorge Luis Benevides Gadelha, Dalton Roberto Benevides Gadelha e Salomão Benevides Gadelha; aprovado por dezessete votos favoráveis. Em votação a transferência de sigilo bancário da Mota Bom Jardimense Ltda., Samuel Ramos da Silva Neto, J.R. Borges Ltda., Sasuama Representações Ltda., Maoés Lobato, Distribuidora de Medicamentos, Drogas Mil, Fernando Souto Gomes, Severino Rodrigues, Jrbas de Andrade Borges e Angelina Gonçalves da Costa Lima; aprovado por dezoito votos favoráveis. Em votação a transferência de sigilo bancário de Jediel Sepúlveda Pereira, Cerealista Pereira Ltda., e Construtora Pedra Amado; aprovado por dezoito votos favoráveis. Em votação quebra de sigilo bancário de João Boges Salgado, Francisco Chagas Carvalho Cunha e Divino Garcia Rosa; aprovado por dezoito votos favoráveis. Em votação quebra de sigilo bancário de Isac Rubens Brito Dias; aprovado por dezoito votos favoráveis. Em votação a quebra de sigilo bancário do Senhor Deputado Francisco Pinheiro Landim; aprovado por dezessete votos favoráveis. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico da presente reunião.

Anexo à Ata da 43ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 151 de 1993-CN, destinada a apurar fatos contidos nas denúncias do Sr. José Carlos Alves dos Santos, referentes às atividades dos Parlamentares, Membros do Governo e representantes de Empresas envolvidas na destinação de recursos do Orçamento da União, Reunião Interna, que se publica com a devida autorização do Senhor Presidente da Comissão

Presidente: Senador Jarbas Passarinho

Relator: Deputado Roberto Magalhães

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Solicito a essa agradável presença de fotógrafos, de jornalistas, de pessoal de televisão, que vamos ficar muito tristes de privar da convivência deles agora. Mas peço que se livrem de nós. E de acordo com a delicadeza sempre presente no Gueguê, ele vai se encarregar de fazer a solicitação quiçá para todos aqueles que não sejam parlamentares.

Deputado José Genoíno, peça desculpas a essa jovem e talentosa, Delis Ortiz, e faça com que ela saia.

Bom-dia! Vamos começar a nossa reunião interna. Nós temos na pauta da mesa dois objetivos: o primeiro é pedir aos meus ilustres Pares que corrijam o meu equívoco e o meu erro. Na última reunião que tivemos de coordenação de Subcomissões, decidimos fazer a solicitação de convocação para deporem os Deputados Paes Landim, Anníbal Teixeira e Carlos Benevides e o Senador Mansueto de Lavor. Mas eu não trouxe à Comissão Interna esta solicitação da Comissão de Coordenação. Tem sido nossa regra aqui e, no meu entender, é obrigatória que as convocações passem sempre, como fizemos até agora, pela votação de maioria simples; presente, entretanto, a maioria absoluta da Casa.

Então, a primeira coisa que vou fazer com o meu amigo Odacir Klein é solicitar-lhe a relação dos membros componentes da Comissão, porque essa votação tem que ser nominal. A votação nominal que nós sempre temos feito é para a quebra de sigilo bancário; na outra, nós votamos simbolicamente. Então, queria votar simbolicamente, mas um a um. Por exemplo, existe a maioria aqui.

O SR. ELCIO ALVARES – Sr. Presidente, é evidente que a Subcomissão já examinou. Cada nome é uma pequena justificativa que o Plenário, por inteiro, deveria tomar conhecimento...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Exato.

O SR. ELCIO ALVARES –...das razões e das Subcomissões que os indicaram para a convocação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Como eu não tenho aqui o controle exato dos que estão presentes, dos ausentes e dos titulares e dos suplentes, porque pode haver uma confusão sobre a tomada dos votos, eu vou fazer duas coisas: uma solicitação e, ao mesmo tempo, uma votação nominal rápida, caso a caso. Ela será rápida.

No primeiro caso, o Relator quer falar sobre os casos?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) – Sr. Presidente, eu estou muito preocupado – e disse isso há pouco na reunião dos coordenadores – com os onze nomes que tiveram o seu sigilo quebrado – o bancário e o fiscal – e que estão sob investigação, decorrentes dos papéis da Odebrecht. E qual é a minha preocupação? É que até hoje o Banco Central não mandou nenhum documento relativo a eles. E que, então, nós caminhamos para o desate da CPI, e vamos ter que considerá-los investigados; vamos ter que considerá-los sem nenhum elemento ou indício que possam incriminá-los, sem tê-los realmente investigado.

Então, por isso que solicitei hoje, na reunião dos coordenadores com o Presidente e o Vice-Presidente, que nós reservássemos os dois últimos dias destinados a depoimentos para esses nomes. Se daqui pra lá tivermos elementos, muito bem; se não tivermos, pelo menos, não vamos ficar sem uma investigação, ainda que insuficiente, mas uma investigação.

O SR. ELCIO ALVARES – Sr. Relator, uma observação só, como colaboração.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) – Pois não.

O SR. ELCIO ALVARES – Eu acho o seguinte: o problema de depoimento no plenário é que ele é longo, é fastidioso em determinados momentos e não tem o resultado necessário para o Relator. Nós poderíamos identificar, dos pontos relacionados da pessoa, evidentemente, nos cingirmos em cima dessas perguntas que são fundamentais. Perguntas outras surgindo, que sejam importantes na investigação, tudo muito bem, porque me parece que esse ritual que estamos cumprindo, com depoentes que não têm tanta validade para a conclusão do seu relatório, nos ocupa um espaço de tempo muito grande, e amanhã a Comissão não poderia cumprir, como deve cumprir, todo o ritual de tomada de depoimento.

Então, coloco perante a Mesa e perante V. Ex^a, que tem a responsabilidade, afinal de contas, de interpretar o pensamento de todos nós, essa sugestão. Vamos procurar, no que for possível, colaborar com a Mesa e com a Comissão, apenas nos cingindo às perguntas que adredeamente seriam consideradas perguntas fundamentais. E, se houver necessidade, sem cerceamento de qualquer Deputado ou Senador que queira perguntar, para evitar.

Eu ouvi um ou dois depoimentos – me perdoem – 5 horas de depoimento para, na hora do Relator examinar à luz dos fatos, vamos ter no máximo cinco linhas dedicadas a cada um. Quero deixar isso com muita clareza, porque, até certo ponto, é um desgaste para a Comissão e não produz, de maneira nenhuma, um tra-

balho objetivo que, agora, devemos, todos, nos reunir em torno do Relator, para que tenhamos um trabalho à altura da importância e do relevo desta Comissão.

É a ponderação que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Eu entendo perfeitamente a ponderação, como sempre muito judiciosa, de V. Ex^a.

Agora, por exemplo, os últimos depoimentos que foram considerados fastidiosos – eu os considero também – eram inevitáveis. Por exemplo, ouvir, ontem, o Sr. Walter Annichino, era absolutamente inevitável. É um homem citado várias vezes nas irregularidades do Ministério da Ação Social. Ele tinha que ser ouvido.

O que está acontecendo conosco é que nem sempre prestamos atenção, nem mesmo a Mesa. O que está acontecendo conosco é que as pessoas se inscrevem, o Relator faz a pergunta, as pessoas que estão inscritas, muitas vezes não estão aqui, saem e voltam na hora da sua inscrição. E o que está ocorrendo é uma repetição. Ontem, foi o caso, 4 ou 5 vezes se repetiu a mesma pergunta para o Sr. Walter Annichino.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) – Sr. Presidente, 7 vezes.

O SR. ODACIR KLEIN – E por 20 minutos, normalmente, cada um.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) – Tanto assim que o valor do lucro anual da empresa do Sr. Annichino que começou certo, 700 mil dólares, no fim da tarde já estava em 600, e baixou para 500. Depois, quando chegou a vez do nosso caríssimo Senador Mário Covas, subiu para 600, fechou em 600 a cotação. Tantas vezes se falou que a própria cifra ficou oscilante.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Elas foram iniciadas pelo Relator, complementadas – e no caso houve razão – pelo Deputado Luiz Salomão e pelo Deputado Aloizio Mercadante, e depois repetidas interminavelmente. E, ainda mais, o Vice-Presidente Odacir Klein me chamou a atenção para discutirmos aqui, hoje nesta reunião, a necessidade de cumprir os prazos de tempo. Há momentos em que reconheço o seguinte: vejo, por exemplo, no momento em que entra o Sr. Paulo César Farias, quem mais eu sabia que tinha documentação para inquiri-lo, eram o Luiz Salomão e talvez em menor grau, o Aloizio Mercadante. Eu dei de propósito – até o Relator não quis inquiri-lo, inicialmente – mais tempo para justamente se aproveitar quem mais instrumentos tinha para perguntar.

Isso é uma flexibilidade que a Mesa deve ter. Agora, todos passarem dos 20 minutos, passarem 30, 40 minutos, isso não é normal.

O SR. ELCIO ALVARES – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ELCIO ALVARES – Sr. Presidente, a parte introdutória é profundamente dispensável. Tem Senador e Deputado aqui – estou fazendo a crítica porque a crítica está de conhecimento geral – que passam 9 minutos fazendo a parte introdutória para fazer uma pergunta bisonha no fim de 9 minutos. Esse não é o sentido da Comissão. Lamentavelmente, isso começa a derruir a responsabilidade elevada que temos.

Então, vamos fazer um apelo aos colegas. Aqui todo mundo, são Deputados e Senadores, com a mais alta lucidez, homens formados na vida pública, não é admissível esse critério. Eu constatei, aqui, numa pergunta, uma exposição de 9 minutos que, no final, não tinha nada com a pergunta que foi feita. Mas o Senador e o Deputado queriam demonstrar um certo conhecimento da matéria. Isto é dispensável. Estamos fazendo aqui uma CPI.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Mas, pergunto, meu dileto amigo, que posso eu fazer?

Muitas vezes, chamo a atenção para os 4 minutos. Ainda ontem falei com o meu querido amigo, o Deputado Fernando Carrión, que levou 4 minutos para fazer a pergunta, e foi pouco. Já tenho visto casos aqui realmente de gastarem os 10 minutos ou quase os 10 minutos nisso que o Senador Elcio Alvares está dizendo.

Quer dizer, se eu interrompo, dizendo: por favor, sejam objetivos; como posso fazer, fica um pouco antipático.

O SR. ELCIO ALVARES – Sr. Presidente, até este momento foi admissível. Agora, o Relator está com uma responsabilidade muito grande, porque tem um prazo a cumprir, e isto está refletindo no seu trabalho. Eu já falei isto, com muito carinho até, ao Relator.

Creio que estou nessa postura, agora, e não vou me arredar dela. Eu quero prestigiar a mesa por inteiro, inclusive o Relator. Eu já chamei a atenção disso ao Relator.

E eu estou fazendo a crítica – nós estamos numa reunião interna – de que Deputados e Senadores fazem uma fala muito bonita, e tal, vão embora e a responsabilidade é, amanhã, do Relator, para justificar determinados posicionamentos, que são insustentáveis, mas, para uso externo, têm um efeito muito grande.

Então, eu acho que, neste momento, a Comissão está vivendo a sua fase decisiva, é o momento mais importante, o Relator vai ser o pólo convergente de críticas e elogios e nós temos de ter, pelo menos, esse dever de lealdade e companheirismo para facilitar-lhe o caminho na conclusão de seu trabalho.

Eu gostaria de fazer esse comentário. Peço-lhes que me perdoem se eu fiz alguma crítica, mas eu estou sentindo que já está havendo uma repercussão que é negativa para a Comissão.

O depoimento não é a parte mais importante, não é o depoente, é aquele que está inquirindo. Isso não pode mais acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Ontem, eu mostrei que nós tínhamos um dos menores, o menor número de inscritos. Eram quinze inscritos.

Começamos com vinte minutos, só, de atraso. Pensei que ao meio-dia estaria resolvido tudo.

Levamos duas horas e vinte minutos só na lista dos titulares, que eram oito, e não havia gente.

Quanto mais eu pedia que nos ativésemos ao tempo: "Ah, mas o outro já gastou vinte minutos, então eu também tenho mesmo direito".

De maneira que isso só pode ser feito com o consenso nosso de trabalhar no sentido do que o Senador Elcio Alvares está falando.

O SR. ELCIO ALVARES – Isso deveria sair hoje.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Exatamente.

Com a palavra o Deputado Nelson Trad.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) – Sr. Presidente, eu gostaria de terminar, depois os nobres colegas falariam, porque eu traria, já, fatos novos.

O SR. ELCIO ALVARES – Peço-lhe que me perdoe...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) – Não, não, não tenho que perdoar, eu tenho que agradecer essa preocupação permanente que V. Exª tem tido com o Relator e que muito me sensibiliza.

Devo a V. Exª, inclusive, uma excelente assessoria, aqui, no Senado, que eu estava dependendo só da Câmara, mas eu estava dizendo o seguinte: desses quatro nomes – Carlos Benevides, Mansueto de Lavor, Paes Landim, Anníbal Teixeira – eu considero que o mais importante é Mansueto de Lavor, porque foi Relator do Orçamento, aparece oito vezes nos papéis da Odebrecht, sem-

pre com percentual ao lado. E não digo que é importante porque eu pense que S. Exª seja desonesto. Não, pelo contrário. As informações que tenho são todas favoráveis a ele, mas é que ele se encontra numa tal situação dentro dos papéis, que acho que ou porque os documentos bancários venham, surpreendentemente, trazer alguma coisa contra ele, que deve ser apurada, ou porque não trouxe nada e ele deverá ser inocentado. Tudo isso deverá ser feito com base numa geral investigação, e não porque não se teve tempo.

Todavia, eu acho que não dá para se fixar ainda a data para esse depoimento.

Por quê? Porque a Subcomissão de Bancos não recebeu um único documento a respeito dos onze nomes que estão sendo investigados, em função dos papéis da Odebrecht.

Então, eu seria favorável à autorização do depoimento de Mansueto de Lavor, mas deixando a data em aberto, porque não adianta também chamá-lo para depor sem elementos que cheguem através de pelo menos uma dessas duas Subcomissões: ou a de Patrimônio ou a de Bancos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Agora, quanto aos outros?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) – Quanto aos outros...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Nós podíamos conversar sobre isso, também.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) – É, eu queria, se V. Exª me permitisse, dar...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – As Subcomissões que trouxeram ao Relator e a nós também a indicação.

Vamos ver, se o Dr. Roberto se lembrar dos dados todos... se não, nós apelaremos também.

O SR. ELCIO ALVARES – Sr. Presidente, não poderia haver uma referência inicial do Relator, porque ele é o juiz processante, no meu modo de sentir.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Claro.

O SR. ELCIO ALVARES – Então, a indicação do Mansueto de Lavor não discuto mais, porque o Relator entende que...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Certo.

O SR. ELCIO ALVARES – Então, essa indicação poderia ser colocada por via do Relator na sua conclusão e, então, se houvesse alguma objeção, já de antemão eu acho que Mansueto de Lavor, pela justificativa do Relator...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Mas é isso que nós estamos querendo fazer, dar a informação...

O SR. ELCIO ALVARES – Ah, então está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – ... de cada um dos nomes que nós citamos.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) – O Carlos Benevides, realmente, não tem indicação pelas Subcomissões, mas como houve, realmente, um fato desagradável, que foi uma terrível mobilização dentro do Congresso para que esse rapaz não depusesse, eu perdi a paciência, porque primeiro foi um Senador, depois um Deputado, depois um terceiro, um quarto, um quinto, no sexto eu estourei e disse: Não!

A Veja até traz, infelizmente, esse episódio, um velho amigo, de Pernambuco, eleitor meu nas majoritárias, que está até zangado, distanciou-se de mim, zangou-se, porque eu não agüentava mais. Então como isso chegou à imprensa o Presidente entende, e concordo com ele, que se não chamarmos fica parecendo que o que prevaleceu foi realmente o prestígio do pai. Então aqui é uma questão da imagem da CPI, porque ele mesmo não tem nenhuma contra indicação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Ali só tem a indicação original, partindo do José Carlos.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) – Aí, o que se poderia, talvez, era ouvi-lo numa Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Eu gostaria que o Plenário da CPI, especialmente a mim e não à Mesa, desse o respaldo, porque já tornamos isso público...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) – Está certo!

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Agora, pode ser um depoimento frustrante, mas rápido, aqui, acabou. E aliás ele sairá, tenho a impressão, pelo que até hoje temos colhido das subcomissões, que ele não deverá sair-se mal, tanto que ele pediu até que o nome não fosse aqui submetido. Mas não tem como. Ele se dispõe a vir, ele quer vir, mas todos que se dispuseram foram por nós votados.

Então aí virou uma questão de face da própria CPI. A face da CPI ficará muito mal, se depois de todo esse noticiário publicado, se evitar trazer o Deputado que está arrolado nos primeiros 33 nomes, só porque houve a imprudência, imprudência partida de quem não devia ter feito aquele apelo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) – Quanto ao Deputado Pais Landim, não sei de nenhuma indicação. Acho que aqui quem poderia falar sobre ele seria o Deputado Luiz Salomão, que esteve fazendo uma diligência no Piauí. Não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Fizemos, na Comissão, um relato breve. Quando fizemos a reunião da Comissão, fizemos um breve relato e chegamos à conclusão que havia várias indicações.

O SR. LUIZ SALOMÃO – Só queria voltar à questão do Deputado Carlos Benevides, porque não tenho essa segurança de que não há nada contra ele, ou que há, porque não examinamos ainda a parte fiscal dele.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) – Mas todas as subcomissões disseram que não havia nada. Todas elas!

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – As informações dadas pelos relatores foram essas. Mas há tempo, está previsto.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) – Inclusive, quero lembrar que propus o nome dele. Até porque, se já não ouvimos nenhum Senador, não ouvimos também os filhos dos senadores, sei que isso não irá repercutir bem aí fora. Eu considero isso irrelevante. Acho que se não tem Senador é porque não tem, não houve elementos... Mas, lá fora, tenho informações que isso está dando lugar a muitas críticas. Então, imaginei: – Bom, não vem o pai, vem o filho. E, aí, gerou toda essa complicação. Mas aqui estão os quatro coordenadores... já não estão mais.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – O Bisol saiu. Quanto ao Bisol, respondo o que ele me disse no último caso, que foi de Anníbal Teixeira. O Senador José Paulo Bisol disse a mim o seguinte: "Sobre o fulano de tal, nada tenho, mas sobre Anníbal Teixeira tenho muitas indicações".

O SR. ELCIO ALVARES – Sr. Presidente, gostaria apenas, dentro da linha de raciocínio, de fazer um reparo, com toda vênia, estou numa posição em que coloco em primeiro lugar a Mesa, porque a Mesa somos nós. Se a Mesa entende, o Presidente tem a reflexão política necessária. Sinto-me um pouco arranhado por dentro, quando alguém vem depor, e estamos com um caso pendente, mas há uma razão política mais forte, quedo-me à ela. Agora, no caso, por exemplo, da Subcomissão, eu pediria que declarasse os fatos e indícios concretos. Agora, nós temos elementos, temos fatos e a coisa ficar de forma aleatória, não me sinto bem para votar.

E quero dizer: há problema de Senador, também. Sei que é um problema político que está se criando paralelamente, mas temos oportunidade de trazer um Senador para fazer a referência de

que um Senador depôs também, me parece que por aí não é o caminho.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Estou ouvindo a palavra de V. Ex^a, mas entrecortada com as do Deputado Pedro Pavão e outros, de maneira que não ouvi direito V. Ex^a.

O SR. ELCIO ALVARES – Sr. Presidente, vou sintetizar.

Quero traçar normas de comportamento, já que estamos vivendo o momento mais crítico deste Comissão. Sr. Presidente, acompanho a Mesa em gênero, grau e número, porque a Mesa somos nós.

Segundo ponto: o problema de convocar, não tendo elementos, me arranha, mas submeto-me até determinado momento; e o problema de Senador, quero deixar isso a maior tranquilidade, não sou Senador, sou membro de uma Comissão que tem a responsabilidade de defender a dignidade deste Congresso. A mim, se é Senador ou Deputado não interessa, quero apenas das Subcomissões, honestamente, que nos forneçam o nome: "Está aqui citado o nome de fulano", para que eu possa votar em sã consciência.

No caso do Deputado Carlos Benevides, que não tem nada nas Subcomissões, eu me submeto perante a argumentação da Mesa; mas confesso, sinceramente, que temos que ter muito cuidado, porque afinal de contas esta Comissão, hoje mesmo, viu o drama de mais um companheiro que tem uma referência feita em jornal. Esta Comissão, realmente, estigmatiza, é uma Comissão que provoca reações e estou preocupado, Sr. Presidente. Passei a V. Ex^a, tem aqui o Senador Iram Saraiva e outros Senadores, está-se formando um anticorpo dentro do Congresso contra a Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – É verdade.

O SR. ELCIO ALVARES –...e temos de reagir com veemência para que a nossa decisão seja prestigiada – ela virá por intermédio do Deputado Roberto Magalhães – e não sofra qualquer tipo de contestação do Plenário, pois tal atitude seria profundamente dolorosa para o País e para a nossa Casa.

Faço essa colocação, é um comportamento que vou adotar, acompanho o Presidente, o Relator e o Vice-Presidente quando colocar, como V. Ex^a colocou o problema da Mesa, que é um problema político, porque V. Ex^a hoje tem a visão geral, que eu não tenho, dos problemas que estão em torno desta Comissão, mas encareço os nomes que devem ser votados. Se Subcomissão tem referências, traga-as de maneira expressa, explícita, para que não votemos ao embalo, às vezes, de uma sugestão que não tem o respaldo da verdade.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Isso que eu dizia ainda há pouco. Louvo a posição de V. Ex^a. Por que que vamos votar? Para termos a consciência do que estamos fazendo, para não chamarmos as pessoas indevidamente. Porque na hora em que chamarmos as pessoas indevidamente para cá, o desprestígio será nosso.

A sua colocação é perfeita, mas há, entretanto, dificuldades nas Subcomissões. Da reunião que estamos chegando, por exemplo, o Deputado Benito Gama acabou de dizer que não recebeu informação. Por favor, Deputado Benito Gama, complete a informação.

Veja a dificuldade em que ficamos.

O SR. BENITO GAMA – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares:

Até agora a Subcomissão de Bancos não recebeu nenhuma informação da quebra de sigilo bancário dos onze Parlamentares citados, com ligações com a Odebrecht.

Esse é um rastreamento que se faz nacionalmente e a informação, realmente, demora chegar à CPI.

Até agora não chegou nenhuma informação a respeito da quebra de sigilo bancário desses onze Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Percebeu, Senador Elcio Alvares? Até agora, dos onze que quebramos sigilo bancário, estão citados naquela relação dos papéis da Odebrecht, com nomes e cifras do lado, até agora a Comissão de Bancos não recebeu, com a quebra do sigilo bancário, nenhuma informação. Assim fica difícil!

O SR. ELCIO ALVARES – Sr. Presidente, houve uma idéia inicial, eu a retomaria, com todo apreço.

O Relator tem o comandamento do processo, inclusive na formação da prova. Uma avaliação inicial, por exemplo, isto aqui não vai ser perfeito. Porém, no relatório, já que houve referência, vamos encaminhar à autoridade competente e necessária para que se alongue na investigação.

Não podemos ficar numa dependência como esta na Comissão de Bancos, sem realmente afunilar para o Relatório-Geral.

Entendo que se não chegarmos, Sr. Presidente, até um determinado ...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Concordo plenamente que assim como quando nós quebramos sigilo bancário se pede que seja dada uma razão, que também seja dada uma razão para as convocações. V. Ex.^a tem inteira razão.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) – Sr. Presidente, continuando: Mansueto de Lavor, justificado; Paes Landim, pergunto ao Deputado Benito Gama, tem algum elemento contra ele na Comissão de Bancos?

O SR. BENITO GAMA – Sr. Relator, existe apenas uma diligência, ainda para ser concluída, de um cheque de valor alto que ainda não tivemos essa informação na Subcomissão de Bancos.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) – Sr. Presidente, passei uma vista, ontem, nas contas do Paes Landim, há um ano em que ele, realmente, dispara, vai lá para cima. Agora, é o ano eleitoral de 1990. No mais eu não...

O SR. BENITO GAMA – Sr. Presidente, Sr. Relator, a movimentação bancária do Deputado Paes Landim, nos últimos cinco anos, é de um milhão, setecentos e sessenta e sete mil dólares, sendo que a maior concentração é no ano de 1990.

O SR. LUIZ SALOMÃO – Precisa-se ver o que é movimentação normal a que se refere aí.

O SR. BENITO GAMA – São os créditos dos últimos cinco anos.

O SR. LUIZ SALOMÃO – O que se considera um nível normal? Acho que 1 milhão e 700 mil dólares é um escândalo!

O SR. BENITO GAMA – No ano de 1990 tem 833 mil dólares.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) – Sendo metade num ano só que é o ano de?

O SR. BENITO GAMA – De 1990. Agora pelo valor.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) – Bem, a essa altura já tivemos claramente que já tem o que se discutir, porque se está provocando polêmica aqui é... Já está visto que não há o que se discutir.

Bem, agora, finalmente, Anníbal Teixeira...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Tem outra comissão sobre ele, em diligência tem o Salomão...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) – O Salomão falou, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – O Salomão não falou.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) – Sim, mas podia dizer aqui...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – O Senador Elcio Alvares quer saber também, é justo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) – É claro.

O SR. LUIZ SALOMÃO – Bom, já fiz um relatório sobre a diligência efetuada por mim, pelo Deputado Pedro Pavão, do Deputado Moroni Torgan, ao Município de São João do Piauí, onde uma barragem que ia ser construída pela SERVAVZ ganha em condições absolutamente estranhas, quer dizer, sem concorrência armada; quer dizer, foi o único licitante, uma obra que foi orçada – não me lembro mais em quanto neste momento – que não tinha condições de ser executada por uma prefeitura, do porte da prefeitura de São João do Piauí, e começou a ser feita por ela, depois pelo DNOCS e não foi concluída, está pela metade ou por 1/10 do que devia ser feito. Não sei. Tudo indicando, inclusive depoimentos de ex-funcionários, de políticos do local, atribuindo aquela obra um direcionamento feito pelo Deputado Paes Landim e o favorecimento da sua campanha. É exatamente isso, da sua campanha.

Agora estamos aqui para apurar a campanha.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Por outro lado, tenho a impressão que no caso do Deputado Paes Landim, aquela prioridade que admitimos para a convocação se caracteriza. É quando há uma indicação de cruzamento, os últimos 16 nomes apresentados pelo Sr. José Carlos com qualquer referência de natureza de empreiteira. Então, as duas coisas se caracterizaram, foi a reunião da Subcomissão da Coordenação nossa que decidiu pedir a sua convocação. Esse foi também o outro objetivo porque dá tempo para a prioridade estabelecida pela Mesa.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) – Bem, então, tenho a impressão que Paes Landim está muito claro que há realmente elementos. Tinha visto ontem este ano de 1990, mas não tinha feito o raciocínio que faz agora o Deputado Luiz Salomão no total. Temos depois que ver quanto dá de renda mensal esse valor de 1 milhão e 700 mil, em cinco anos.

E finalmente Anníbal Teixeira. Não há dúvida que tem inclusive aqui – coitado – um cheque sem fundo. Agora peço uma reflexão, Sr. Presidente. Este homem tem uma vida pregressa de demissão do Ministério sob suspeita de corrupção, respondeu a processo, depois perdeu a mulher. Enfim é um infeliz, digamos assim. Não sei se devemos trazê-lo para as televisões ou devemos ouvi-lo numa subcomissão, por uma questão até de caridade.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – A aparência que poderia dar seria uma represália minha, isso é absurdo, a partir do momento em que ele se comportou aqui de maneira indevida, que ele hoje reconhece.

Agora ouvi-lo em subcomissão, cansei de dizer-lhes isso; no meu entender só tomamos dois casos para ouvir em subcomissão e quando for ouvido em subcomissão já é um pré-julgamento de condenação, de julgamento contrário. Foram casos de provas documentais. Que era o caso de Deputado João de Deus e o caso do Deputado Daniel. O caso do Deputado João de Deus ficou ultimado pelo Senador Garibaldi Alves Filho que estava aqui. Saiu. O caso do Deputado João de Deus ficou praticamente confirmado pela Comissão, no caso do Deputado Daniel houve uma evolução, ele tinha provado bem uma determinada coisa e restaria provar outra.

Mas foram os dois únicos casos em que aceitamos que ficassem nas subcomissões e assim mesmo com o tratamento público, porque na Subcomissão também não é reservado, é aberto.

Então, isso seria uma inovação agora, não veria com bom olhos trazê-lo para uma Subcomissão, poderíamos talvez, a partir do momento que não temos tantos elementos em mãos, era fazer uma redução das pessoas que se inscrevem, de preferência na Comissão Específica, porque essa Comissão Específica não faria, mas aqui, dentro do plenário eu não viria... Então, se ele iria para

uma Subcomissão, ele viria para cá e aquela Subcomissão faria as perguntas aqui e nós reservaríamos a Subcomissão mais importante, relacionada com ele, ao invés de ter quinze, dezoito, vinte pessoas.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) – Bom, eu acho essa idéia ótima, porque fica um depoimento mais rápido e não se evita a exposição à televisão que poderia parecer, talvez, até medo de que ele pudesse fazer um escândalo.

Agora, no fundo eu, realmente, sei: eu não tenho conhecimento nenhum com ele. No Governo Sarney eu não era Governo, eu era até uma linha oposicionista; nunca fui ao Ministério do Planejamento. Conheci-o pessoalmente aqui. Parece-me uma pessoa abatida pela vida, abatida pelo mundo. Uma questão de humanidade.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – O Senador Jutahy pediu a palavra ainda há pouco. Desistiu? Pelo cansaço? Cansaço meu.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES – Não. Eu estou escutando com muita atenção e gosto sempre de aprender com os outros.

A primeira reunião aqui desta Comissão, reunião interna, eu apresentei uma sugestão para que o Relator fizesse as perguntas, nós as encaminharíamos a ele para a devida triagem, para que não nos tornássemos repetitivos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Não. Houve quem apresentasse...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES – Não foi aceito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Houve quem apresentasse algumas vezes. Houve.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES – Porque era uma idéia, mas não foi aceita pela Comissão. Não foi aceita. A Comissão achou que era necessária...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) – Bem, eu já opinei a respeito dos nomes. Dou por encerrado meu pronunciamento.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES – Agora, eu gostaria, Sr. Presidente, de dar também algumas opiniões. Estou muito preocupado com essa idéia que está surgindo no Congresso de que é necessário encontrar um Senador porque senão a Câmara não vota nada a respeito de Deputados.

Isso existe. Não adianta balançar a cabeça de que não existe, porque existe. Vários já me disseram. Já participei de reuniões... Não estou dizendo que a maioria faça isso, mas está surgindo essa idéia e muitos estão discutindo nesse sentido.

Seria a mesma coisa de nós dizermos, "bom, não vamos votar nenhum homem porque não há nenhuma mulher até agora" – também. Então isso é um absurdo se querer colocar nesses termos.

Acho que essa preocupação nós devemos ter. O anticorpo, citado pelo Senador Elcio Alvares, está existindo. Também não vamos esconder isso. Nós cometemos vários erros. Cada hora apresenta um número maior de pessoas envolvidas e vem nomes, vem isso e aquilo outro. Isso está criando um anticorpo aqui dentro. De sorte que não dá.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Certo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) – Só um pequeno...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES – Eu não sou promotor, não tenho nenhuma preocupação de ficar aqui acusando ninguém.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) – Eu gostaria, se me permitem de dizer, que, com essa preocupação exatamente de que nós temos um volume de trabalho muito acima da nossa capacidade, tendo em vista a limitação tempo, eu hoje também pedi, sugeri, na reunião da Mesa com os coordenadores, que se fixasse uma data para a leitura do relatório e se fixasse uma data para a paralisação, o término dos depoimentos. Porque há de haver um

momento que a instrução termina para que o Relator feche o seu relatório. E eu propus o seguinte. Propus dia 14 para leitura e dia 10 para o encerramento de todos os depoimentos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Eu vou passar à votação então, para ver se se confirma aquilo que nós pela Mesa e a Comissão de Coordenação, tínhamos solicitado. Primeiro nome, então, é do Mansueto de Lavor, para fazer a convocação sem fixação da data. A data ficará a critério do Deputado Roberto Magalhães.

Como vota o Senador Iram Saraiva?

O SR. IRAM SARAIVA – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 1.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – A votação não é simbólica, é nominal. Eu não sei quem é Suplente, quem não é, para mandar levantar a mão. E é a primeira vez que estamos tratando...

O SR. ODACIR KLEIN – 2.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 3.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 4.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Jarbas Passarinho; Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 5.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Jutahy Magalhães.

Mansueto de Lavor – convocando ou não –, "sim" ou "não"?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (Fora do microfone.) –

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Só ouvi o final "da Mesa" – estava fora do microfone. Mas acho que estava acompanhando a Mesa.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES – Eu aceito sempre as sugestões da Mesa. Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 6.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Pedro Teixeira.

O SR. PEDRO TEIXEIRA – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 7.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Roberto Rollemberg.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 8.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Odacir Klein.

O SR. ODACIR KLEIN – Sim; 9.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Roberto Magalhães.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 10.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Benito Gama.

O SR. BENITO GAMA – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 11.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Pedro Pavão.

O SR. PEDRO PAVÃO – Sim.
 O SR. ODACIR KLEIN – 12.
 O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Sr. Deputado Sigmaringa Seixas saiu?
 Deputado Luiz Salomão?
 O SR. LUIZ SALOMÃO – Sim.
 O SR. ODACIR KLEIN – 13.
 O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Mário Chermont.
 O SR. MÁRIO CHERMONT – Sim.
 O SR. ODACIR KLEIN – 14.
 O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Nelson Trad.
 O SR. NELSON TRAD – Acompanho a Mesa.
 O SR. ODACIR KLEIN – Sim, 15.
 O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Aloizio Mercadante.
 O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Sim.
 O SR. ODACIR KLEIN – 16.
 O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – São 16 votos. Passo, agora, para o Sr. Paes Landim.
 Senador Iram Saraiva, como vota?
 O SR. IRAM SARAIVA – Sim.
 O SR. ODACIR KLEIN – 1.
 O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Garibaldi Alves Filho.
 O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Sim.
 O SR. ODACIR KLEIN – 2.
 O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Elcio Alvares.
 O SR. ELCIO ALVARES – Sim.
 O SR. ODACIR KLEIN – 3.
 O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Francisco Rollemberg.
 O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG – Sim.
 O SR. ODACIR KLEIN – 4.
 O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Jarbas; Sim.
 O SR. ODACIR KLEIN – 5.
 O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Jutahy Magalhães.
 O SR. JUTAHY MAGALHÃES – Sim.
 O SR. ODACIR KLEIN – 6.
 O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Roberto Rollemberg.
 O SR. ROBERTO ROLLEMBERG – Sim.
 O SR. ODACIR KLEIN – 7.
 O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Odacir Klein.
 O SR. ODACIR KLEIN – Sim; 8.
 O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Benito Gama?
 O SR. BENITO GAMA – Sim.
 O SR. ODACIR KLEIN – 9.
 O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Pedro Pavão.
 O SR. PEDRO PAVÃO – Sim.
 O SR. ODACIR KLEIN – 10.
 O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Luiz Salomão.
 O SR. LUIZ SALOMÃO – Sim.
 O SR. ODACIR KLEIN – 11.
 O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Mário Chermont.

O SR. MÁRIO CHERMONT – Sim.
 O SR. ODACIR KLEIN – 12.
 O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Nelson Trad.
 O SR. NELSON TRAD – Sim.
 O SR. ODACIR KLEIN – 13.
 O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Aloizio Mercadante.
 O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Sim.
 O SR. ODACIR KLEIN – 14.
 O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Há uma explicação que foi dada, inclusive, sobre o Sr. Anníbal Teixeira.
 Os que submeti foram os Srs. Mansueto de Lavor, Paes Landim e, agora, Anníbal Teixeira. Da outra vez que eu fiz, aqui, a colocação – isto que o Deputado Luiz Salomão, ainda agora, pediu que fosse nominal e fosse simbólico, eu não fiz simbólico mas fiz uma coisa: quando não houve discrepância, eu fiz a pergunta assim. Em relação a este nome haverá alguma discrepância para anotar porque, aí, se ganha tempo?
 Em relação a Anníbal Teixeira, todos os que votaram – algum votaria contra?
 O SR. NELSON TRAD – Sr. Presidente, V. Exª poderia me dar dois minutos para falar a respeito do meu correligionário Anníbal Teixeira, meu vizinho de gabinete?
 O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Quase sempre eu não dou dois minutos porque são 5 – mas 5 eu dou.
 O SR. NELSON TRAD – Então, nesta hora incorporou mais horas.
 O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – É graças ao Sr. Pedro Simon que está me provocando.
 O SR. NELSON TRAD – Sr. Presidente, eu, até por uma questão de educação doméstica, estive no Gabinete do Deputado Anníbal Teixeira e foi uma visita dolorosa porque um homem já no outono da vida, S. Exª mostrou-se extremamente machucado com os acontecimentos que o envolveram e o trouxeram até aqui, daquela forma que não é habitual no procedimento do homem Anníbal Teixeira. S. Exª me revelou – e eu quero deixar ao conhecimento de todos – que S. Exª estaria disposto para vir, aqui, porque é a oportunidade que S. Exª teria de falar para justificar a sua ação enquanto Ministro e, portanto, eu faria, aqui, um apelo aos companheiros para que se cingissem com a vinda de S. Exª, aqui, ao aspecto temporal que tem uma importância decisiva na apuração da responsabilidade do Parlamentar, mesmo porque eu entendo que seria desnecessário alertar o Plenário da Comissão, mesmo porque, segundo o próprio Deputado Anníbal Teixeira, S. Exª tem, já, um documento relacionado ao procedimento de S. Exª à época em que ocupou o Ministério do Planejamento com as suas contas aprovadas pelo Tribunal competente de uma sentença transitada em julgado do Supremo Tribunal Federal.
 Portanto, eram essas as considerações, agradecendo a atenção de V. Exª.
 O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Eu lhe agradeço e como o Sr. Senador José Paulo Bisol estava ausente e eu usei o nome de S. Exª, eu pediria ao Sr. Senador José Paulo Bisol que confirmasse quando nós tivemos a reunião das Subcomissões em que V. Exª disse que, em relação a Anníbal Teixeira teria elementos – está confirmado pelo Sr. Senador José Paulo Bisol. É porque o Sr. Senador Elcio Alvares pediu que nós tivéssemos, em cada caso, uma explicação de que elementos eram para poder justificar o voto. Então, pergunto apenas se V. Exª votaria contra, mas não, pelo caso votaria...
 O SR. JOSÉ PAULO BISOL – Eu gostaria de saber quais os elementos, aí, dada a minha situação...

O SR. DEPUTADO – Fora do microfone.

O SR. ELCIO ALVARES – Sr. Presidente, volto a insistir, a Comissão tem que tomar conhecimento dos elementos. Eu voto, estou acompanhando a Mesa, mas acho que no momento a Comissão está reunida no seu colegiado e nós temos que tomar conhecimento. É uma situação muito delicada essa que nós estamos vivendo.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL – O nome dele não está no ofício que encaminhei, porque justamente estão colhendo os elementos. Acho até oportuno discutir em outro momento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – É porque na reunião da Subcomissão, o Senador Bisol não tenha apertado o botão por isso que não saiu a voz, ele dizia que tinha esse elemento, se quiserem aguardar para outra oportunidade em que ele tenha condições de fazer, então não submeto o nome.

O SR. ELCIO ALVARES – Depois para tomar conhecimento do...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Certo.

O SR. ELCIO ALVARES – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Bem, então, nesse caso, eu não submeto à votação, porque não houve a justificativa a respeito.

Resta agora o Deputado Carlos Benevides. A explicação foi dada pelo Relator e eu insisto que o que ocorreu obrigou-nos moralmente a convocar o jovem Deputado, dada a insistência com que eles chegaram ao Relator, e essa insistência nos colocaria muito mal, é uma questão mais política, realmente como colocou o Senador Elcio, do que até de dados, se o Deputado Salomão diz que ainda não tem certeza sobre isso ainda terá tempo para verificar. Eu apenas terei que recompor o calendário, retirando o Deputado Anníbal Teixeira, que estava previsto para o dia 29, junto com Carlos Benevides, e aí explicarei lá fora que o erro foi meu, a partir do momento em que eu saí da Comissão, explicarei lá fora a razão pela qual não se convoca Anníbal Teixeira.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Sr. Presidente, eu queria fazer uma ponderação ao Plenário, é evidente que nós podemos considerar as razões de ordem pessoal, pelo fato do Sr. Anníbal Teixeira ter ficado viúvo numa situação trágica, mas tenho que considerar também que outros membros dessa Comissão também ficaram.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Mas não é essa a razão.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – É essa a razão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – A razão são os elementos específicos a respeito, que ainda não foram proporcionados.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Sr. Presidente, há uma série de indícios em relação ao Deputado Anníbal Teixeira para que ele fizesse os seus esclarecimentos. Pelo que entendi, ele mesmo tem interesse em prestar os esclarecimentos. É só alterar o calendário e não revogar a indicação do depoimento. Eu continuo insistindo, porque eu acho que todos deveriam depor. Eu acho absolutamente mesmo que os indícios sejam pequenos, pode ser um depoimento de uma hora. Está superado a pessoa vai embora, etc. Mas todos deveriam depor para manter a regra de isonomia. A não ser casos excepcionais que nós tenhamos absoluta, não há nenhum indício que não seja a menção do Sr. José Carlos Alves dos Santos que, por si só, não é um indício veemente. Então, quando não há nenhum outro indício estou de acordo que não tem por que, mas quando há, em qualquer das Subcomissões, qualquer coisa que precisa ser esclarecida nós vamos ter que manter o depoimento. Então, posso concordar com o adiamento do depoimento, não pos-

so aceitar que os argumentos expostos não permitam o depoimento do Sr. Anníbal Teixeira. Portanto, eu manteria a posição que foi tirada por consenso na reunião da coordenação da Mesa que foram esses nomes dados como prioritários.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Mas eu tenho, por isso é que insisti na votação. Porque pelo que senti aqui a votação seria contrária a convocá-la, confirmar a convocação para o dia 29 e ficar na dependência de informações posteriores para então fixar o dia.

O SR. ELCIO ALVARES – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma colocação também, vou sustentar só meu ponto de vista.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Pois não.

O SR. ELCIO ALVARES – O Deputado Aloizio Mercadante, eu não concordo com a colocação dele. Dizer que apenas todos que têm que depor não é por aí. Eu acho que a Comissão tem todo o direito, ela tem de ser prestigiada, mas nós temos o direito, através do Plenário, de examinar as razões de convocação. Nós não abrimos mão desse ponto de vista. É o meu, posso até ser voto isolado de escoteiro, mas vou sustentar isso, porque a Comissão tem produzido alguns resultados que não são bons e V. Exa. está tendo agora uma grandeza de colocar uma convocação, no aspecto político, que está à altura do seu comportamento de homem público, porque, na verdade, quero deixar isso publicamente, porque se não fosse essa razão relevante eu votaria contra a convocação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Concedo a palavra ao nobre Deputado José Lourenço.

O SR. JOSÉ LOURENÇO – Sr. Presidente, faço minhas as palavras do Senador Elcio Alvares. Acho que a comissão tem de conhecer os motivos que devem ou que possam levar a qualquer parlamentar a depor nesta comissão.

Acho que só o fato de depor já é um problema muito sério perante a opinião pública do país, todos nós sabemos.

Ouvi uma declaração, na televisão, do Deputado Aloizio Mercadante onde S. Ex^a dizia: "Pode até ser que o depoente seja inocente, mas nós não teremos um atestado público da sua inocência."

Portanto, Sr. Presidente, uma declaração dessas...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Eu gostaria que repetisse o que ouviu.

O SR. JOSÉ LOURENÇO – Ouvi uma declaração de V. Ex^a à televisão que mesmo sendo inocente aqui, o depoente, que V. Ex^a jamais daria o atestado de inocência.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Sr. Presidente, não posso aceitar esse tipo de intervenção, porque, desde o início, nós estamos dizendo, em todos os pronunciamentos, todos os membros da comissão que, ao mesmo tempo que nós estamos tendo o rigor da apuração, nós vamos ter a coragem de inocentar todos os inocentes.

O que eu disse e mantenho é que enquanto não terminar o processo da CPI não há como ter um atestado de inocência durante o processo de investigação. Isso não cabe a nenhum parlamentar. Se nós damos para um por que não damos para os outros?

A CPI é para investigar, ela não pode dar um atestado com antecedência. Ao final do trabalho nós daremos sim, Deputado José Lourenço, e eu serei o primeiro a ir para tribuna, ir para imprensa para defender e dizer que são inocentes todos aqueles que nós não tivemos provas para encaminhar à Comissão.

Vamos deixar no devido lugar a minha colocação.

Sou contra qualquer atestado prévio.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – A palavra está com o Deputado José Lourenço.

O SR. JOSÉ LOURENÇO – Fico muito satisfeito com a declaração de V. Ex^a, mas continuo com o ponto de vista de que acho que deve haver algo de sólido e consistente para que nós possamos convidar um depoente para depor nesta comissão. Acho que sem isso não é possível se fazer.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Considero uma decisão já tomada.

O SR. JOSÉ LOURENÇO – A não ser, Sr. Presidente, a decisão que V. Ex^a tomou e que tem o meu endosso com relação ao Deputado Carlos Benevides.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Perdi a parte final da palavra de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ LOURENÇO – A não ser a decisão tomada pela Mesa, por V. Ex^a, com relação ao Deputado Carlos Benevides, foi uma decisão política e que tem o nosso endosso e o nosso apoio.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Exato. O Senador Ney Maranhão pediu a palavra antes, vamos ver se chegamos a um acordo, aqui. Temos que votar a maioria, a maioria manda.

Concedo a palavra ao Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO – Sr. Presidente, queria fazer uma pergunta a V. Ex^a.

O Deputado Pinheiro Landim está nesta lista de convocação?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Paes Landim.

O SR. NEY MARANHÃO – Pinheiro Landim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Não.

O SR. NEY MARANHÃO – Sr. Presidente, então, nós estamos numa reunião secreta...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Eu não chamo de secreta, eu chamo de interna.

O SR. NEY MARANHÃO – Perfeitamente. Interna, mas, no meu entender, nós estamos aqui para fazer justiça, como muito bem disse o Deputado Aloizio Mercadante e todos nós da comissão.

Tenho aqui uma lista dos parlamentares citados e os seus percentuais da Odebrecht.

Vejam V. Ex^{as}, nesta lista tem citado o Deputado Pinheiro Landim, DNOCS, se não me engano esse deputado foi relator ou sub-relator de uma dessas comissões, DNOCS ou DNER.

Agora, em todas as outras tem mais 5 vezes o nome P. Landim, mas o que é que quer dizer isso? No meu entender, quer dizer Pinheiro Landim.

Então, esse Deputado não foi citado em nada nesta lista e o Paes Landim, que não tem a sigla dele, Paes Landim, tem Pinheiro Landim, esse deputado é convocado para depor nesta CPI.

Acho que está havendo um equívoco, porque, no meu entender, quem lê essa lista de parlamentares com percentual tem aqui, clara, Pinheiro Landim sub-relator de uma dessas...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Meu caro Senador, a Mesa recebe informações das subcomissões. As subcomissões não vão dar informações que sejam tão precárias que confundam P. Landim com Paes Landim ou Pinheiro Landim.

Então, será essa a única razão pela qual as subcomissões recomendaram o Deputado Paes Landim. Infelizmente, V. Ex^a não havia chegado ainda quando nós votamos o nome do Deputado Paes Landim. Poderia ter sido levantada a questão.

As Subcomissões é que me dizem que há razões em relação a Paes Landim, mas não por apenas essa razão.

Essa é a única razão?

O SR. NEY MARANHÃO – Não digo que essa é a única razão.

Esse Deputado está sendo esquecido, onde diz, textualmente, P. Landim, no meu entender e de qualquer um desta Comissão, se entende Pinheiro Landim e não Paes Landim.

Creio que está havendo um equívoco, tenho certeza que essa Comissão não quer fazer injustiça com ninguém.

Mas essa subcomissão deve examinar isso com calma e mandar para V. Ex^a e a Mesa para nós deliberarmos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Só estou com uma dúvida, Senador, é se houve omissão com relação a Pinheiro Landim e houve injustiça em relação a Paes Landim.

Tenho que ouvir as subcomissões.

O SR. NEY MARANHÃO – Perguntei a V. Ex^a se estava na lista para ser convocado Pinheiro Landim. V. Ex^a acabou dizer que até hoje não chegou nada.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Acho que há um problema e foi bem levantado pelo Senador Ney Maranhão, porque no relatório que eu, o Senador Francisco Rollemberg e o Deputado Moroni Torgan fizemos, nós separamos alguns nomes que estavam associados a valores ou percentagens e que foi o mesmo critério utilizado anteriormente. Essa lista, até o momento, não foi encaminhada pela Mesa para as Subcomissões darem parecer. Nós não encaminhamos o pedido de quebra de sigilo, porque não caberia a diligência...

O SR. DEPUTADO – Foi encaminhado, sim.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Então, as Subcomissões não devolveram o parecer sobre essa lista. Está Pinheiro Landim e outros nomes aparecem.

O próprio critério de convocação do Sr. Jorge Tadeu Mudalem, por exemplo, é porque ele aparecia na primeira lista da Odebrecht e com muita incidência na segunda lista.

Então, essa segunda lista tem de ter o parecer das Subcomissões para verificar, dentre os nomes mencionados, quais teriam o sigilo fiscal e bancário quebrados.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) – Apenas para lhe dar um fato.

Participei de uma reunião dos coordenadores em que esse assunto foi discutido e o Senador Francisco Rollemberg... Senador, V. Ex^a se recorda que fez uma checagem geral e todos os que tinham percentual, nessa segunda lista, já estavam anteriormente?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Não é verdade.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) – Não é o caso de ser ou não ser verdade, foi feito. Pode ter havido equívocos, mas foi feito.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Quero dizer que não procede essa afirmação, existem nomes que não estão na primeira lista e que aparecem na segunda lista. Um exemplo é o Deputado Pinheiro Landim, que não é o único. É só pegar a lista, agora, vamos apresentar e verificar que não é isso.

Nós encaminhamos, inclusive, um pedido para as Subcomissões darem um parecer sobre essa segunda lista. Não é o único nome.

Vou demonstrar para a Comissão que não é o único.

Acho que as Subcomissões têm de discutir e dar o parecer; não estou dizendo que deva ou não quebrar o sigilo, mas era importante.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Quero saber se a inclusão do nome Paes Landim foi equivocada?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – O que eu quero concluir é que o Deputado Paes Landim apareceu no primeiro relatório ligado a percentagens, e há outros indícios da própria diligência feita pelo Deputado Luiz Salomão. Os critérios são outros.

Agora, o Senador Ney Maranhão, tem razão com relação ao Deputado Pinheiro Landim, que aparece com muita incidência, e não é o único nome da segunda lista.

Eu gostaria de dizer ao Senador Elcio Alvares e ao Deputado José Lourenço que, com exceção da primeira lista, que foi feita a partir do depoimento do Sr. José Carlos Alves dos Santos, esta Comissão nunca pediu a quebra do sigilo bancário e fiscal de nenhum parlamentar que não tivesse um indício veemente, e mesmo as outras indicações de José Carlos Alves dos Santos foram desconsideradas pela Comissão.

Só pedimos casos que estavam associados a valores e percentagens.

Então, quero dizer que se nós chamarmos o Deputado José Luiz Maia, a partir desse critério, para prestar depoimento... e basicamente o que tinha contra ele era a associação de percentagens e valores, porque os outros parlamentares, que surgem na mesma condição, não irão depor.

Não tinha – do ponto de vista da movimentação bancária – o Deputado José Luiz Maia, nenhum grave problema, nem do ponto de vista fiscal, o problema fundamental era a associação do nome de S. Ex^a às percentagens. Ora, se vale para um, vale a isonomia para o outro. O que estou cobrando da Comissão é a coerência. E eu disse no meu argumento que aceito que não venha depor um parlamentar citado pelo José Carlos Alves dos Santos. Vou dar um exemplo concreto, o Senador Humberto Lucena, que não tem qualquer outro indício ao longo de toda CPI, não tem por que prestar depoimento. Agora, quando utilizamos um critério para chamar um parlamentar para depor, temos que manter esse critério para os demais, caso contrário, concluiremos o relatório tendo praticado uma discriminação, seja pela estatura ou seja pela importância.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho. Fazendo soar a campainha.) – Nós estamos repetindo posições pessoais, nobre Deputado; argumentos anteriores. Tenho que prosseguir nisso, ou não chegaremos ao destino.

A primeira dúvida...

O SR. ELCIO ALVARES – Sr. Presidente, pela ordem. Não vou polemizar...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Eu queria concluir a palavra que estou utilizando...

O SR. ELCIO ALVARES – Perdoe-me, Sr. Presidente, mas quero fazer uma colocação, porque é a hora de...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Mas vamos ficar nesta discussão de ponto de vista entre o Deputado e V. Ex^a.

O SR. ELCIO ALVARES – Perdoe-me, Sr. Presidente, mas vou dizer ao Deputado Aloizio Mercadante, como membro da Comissão, que tenho normas próprias de julgamento e não vou aceitar balizamento de quem quer que seja. Quero formar minha convicção de prova. Então, não aceito regra geral. Esta Comissão tem que se impor pela respeitabilidade das suas decisões e, a partir deste instante, Sr. Presidente, haja norma de quem quer que seja, quero votar com minha consciência e com a minha verdade.

Deixo, já declarado, neste momento, que não aceito nenhuma convocação, a não ser que seja colocado pelo plenário as razões que determinam a convocação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Penso que estamos voltando à discussão inicial, pois não temos por que voltar mais. A posição de V. Ex^a é uma, a posição do Deputado Mercadante é outra e, ainda há pouco, a maioria ficou com a posição de V. Ex^a. Ficou a maioria, não precisamos mais discutir isso, temos que decidir por maioria.

Toda convocação para mim é, em princípio, uma sugestão do Relator pela análise que faz. Essa é toda a minha experiência de comissões que já tive.

Aqui, temos o caso especial das Subcomissões. As Subcomissões é que fornecem esses dados. Agora, o plenário é que é o soberano. Não tenho dúvidas sobre isso.

O SR. LUIZ SALOMÃO – Sr. Presidente, vou fazer um apelo porque, logo no início da reunião, foi feita uma autocrítica em relação à duração dos depoimentos, às dificuldades para a serenidade de nossos trabalhos, à urgência que o Relator tem de elaborar o seu trabalho.

Estamos aqui há uma hora para votar uma lista de convocação, há uma hora num debate estéril. Queria fazer um apelo para que dêssemos cumprimento ao objetivo da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Há uma hora e mais alguns minutos que meu amigo Luiz Salomão colocou.

Vou retomar à direção das sessões e não importa que seja uma hora ou duas, estamos tomando decisões que vão balizar a regra de conduta.

O Deputado Klein deixou a vice-Presidência, aqui, e faz questão de falar de plenário, porque é um assunto que S. Ex^a acredita seja de ordem partidária.

Vamos ouvi-lo.

O SR. ODACIR KLEIN – Exatamente, Sr. Presidente. Saí da Mesa porque eu gostaria de me referir a uma questão que me parece partidária, e entendo que tenho obrigação de fazê-la.

Trazemos nomes para serem votados, examinamos os nomes, alguns são retirados e, na verdade, os nomes do PMDB são os nomes que permanecem. Vamos ter, segundo as votações de hoje, cinco parlamentares previstos para depoimento; quatro são do PMDB.

O Deputado Ibsen Pinheiro é óbvio que tinha que ser convocado para depor; o Deputado Carlos Benevides – e acompanho a posição do Presidente – é do PMDB, e o critério foi a pressão exercida sobre o Relator, mas é do PMDB e votaremos pela convocação. O Senador Ronaldo Aragão já tinha sua convocação prevista, e talvez até com menos elementos do que nomes que entram e saem das convocações. O Senador Mansueto de Lavor, pelo fato de ter sido relator de um Orçamento passado e ter seu nome com percentual, também tem a sua convocação aprovada, e é do PMDB.

Eu gostaria de chamar a atenção para o fato de que, desde a primeira hora, não atuamos aqui como tropa de choque; todos os integrantes do PMDB estão sendo investigados, e profundamente investigados. Ouvi o Senador Ney Maranhão levantar a questão do Deputado Pinheiro Landim, e se houver elementos para sua convocação votaremos a favor. Agora, eu queria apenas chamar a atenção do seguinte: como se propõe depois argumentos para se retirar, têm depoimentos que são previstos e depois são retirados. Não é especificamente o PMDB que está sob investigação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Exato. Bem, acho que nós, até aqui, teríamos justificativa tranquila, do ponto de vista exatamente do Senador Elcio Alvares, para justificar os que já vieram. Havia razões, que eram razões ou cruzamentos, como citou ainda há pouco o Deputado Aloizio Mercadante, ou como nós citamos. O fato é que havia razões para depor. Mas, considero plenamente correta a posição do Plenário no sentido de que as convocações devem ter justificativas; elas devem ser justificadas para poder serem feitas.

Em consequência, considero essa primeira fase resolvida, decidida.

O Senador Ronaldo Aragão, que teve um problema dramático na sua família, passará para o dia 30. S. Ex^a já foi contactado. Então, no dia 30, S. Ex^a o fará.

Retirarei, aqui, da pauta o Deputado Anníbal Teixeira, do dia 29. E, em pessoa, explicarei à imprensa que o erro foi meu.

Agora, passo à segunda parte, que é uma solicitação do Senador Garibaldi Alves Filho para a quebra de sigilo bancário que S. Exª gostaria de fazer. O primeiro elemento que vou ler é o seguinte: pede S. Exª que seja votada a transferência do sigilo bancário e fiscal da Deputada Federal Raquel Cândido. Argumento: as indicações. Justamente agora, vamos também ter a oportunidade de explicar e cada um votar com a sua consciência. Agradeço muito, ainda há pouco, a posição do Senador Elcio Alvares e a do Deputado Odacir Klein votando comigo na Mesa, o caso específico que sensibilizou muito o Relator, que é, infelizmente, o caso do Deputado Carlos Benevides. Justificativa de Raquel Cândido para quebra de sigilo bancário e fiscal:

"Em auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União, no Instituto do Desenvolvimento Político e Social Eva Cândido, em Rondônia, do qual é Presidente a Deputada em epígrafe, foram verificados fatos que demonstram indícios de malversação de recursos recebidos de subvenção social. Foi observado que os valores dos cheques constantes dos extratos, não coincidem com as notas fiscais existentes nas prestações de contas, e que alguns cheques não foram emitidos a favor das pessoas jurídicas que constam das notas fiscais. — Como isso também faz referência provavelmente à Subcomissão de Bancos, é bom o Deputado Benito Gama estar atento. Assim sendo, como não foi possível elucidar essa divergência durante os trabalhos da auditoria, realizado no Instituto, faz-se necessário a transferência do sigilo bancário e fiscal da sua Presidente, Deputada Raquel Cândido e Silva, para que se possa verificar a real destinação de recursos oriundos da subvenção social."

Essa a explicação. Creio que o Senador Garibaldi Alves Filho não gostaria de acrescentar mais nada.

O SR. LÁZARO BARBOSA — Creio que há uma questão que deve ainda ser colocada e que examinamos ontem: é o fato de esses recursos de dotações sociais terem sido aplicados no mercado financeiro e continuado aplicados após a extração e apresentação das notas fiscais que comprovariam as despesas. O que, conseqüentemente, evidencia que essas notas fiscais foram "fabricadas".

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — V. Exª vai colocar em votação esse pedido de quebra de sigilo bancário?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Para esse existe maioria absoluta.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — A minha preocupação, Sr. Presidente, é a informação que foi passada pelo Deputado Benito Gama, e eu tenho ciência disso na Subcomissão de Bancos. É que até hoje não chegaram as informações de quebras de sigilos feitas há muitos e muitos dias. Eu perguntaria se ainda teria efeito prático uma quebra de sigilo agora, com os prazos que temos para terminarmos as apurações da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — É uma pergunta considerável.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Não vejo mais condição de se fazer uma apuração correta com os prazos que temos. E lá, temos não só a demora dessas informações como a possibilidade de buscar comprovar alguns cheques, porque, além de fazer levantamento no movimento bancário, existem também alguns casos em que se tem de procurar a comprovação de quem fez o depósito

e para quem foi feito o pagamento. E isso está demorando demais, devido ao acúmulo de pedidos, que não são só da CPI do Orçamento, são pedidos de várias outras fontes para o Banco Central. É um rastreamento de âmbito nacional e está havendo demora nessas informações.

Então, não sei se o Deputado Benito ou a Mesa teria condições de informar se vai ter efeito prático. E com a informação de que é necessário, concordo plenamente. Agora, vai haver efeito prático para qualquer nova quebra de sigilo bancário?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — A colocação do Senador Jutahy é importante porque, se a dúvida de S. Exª não for levantada, a partir de agora não posso submeter, não devo submeter nenhuma quebra de sigilo, porque assim ela se tornará inócua.

Deputado Benito Gama.

O SR. BENITO GAMA — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, a quebra do sigilo bancário, quando feita nos moldes anteriores que vai para o Banco Central, entra no sistema SISBACEN e entra na rede bancária de todo o País, realmente está demorando entre 15 a 20 dias. Mas, em um caso específico como esse, quebrando um sigilo bancário aqui e agora, poderemos mandar uma diligência naquele banco com autorização da maioria dos membros da CPI. E, fazendo essa diligência, em 24 ou 48 horas obtaremos os documentos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — E é só em um banco?

O SR. BENITO GAMA — Nesse caso aqui é só um banco. É o Banco do Brasil. Já há uma avaliação prévia da Subcomissão de Subvenções com a Subcomissão de Bancos de que é o Banco do Brasil, inclusive a agência da Câmara dos Deputados.

Então, a quebra do sigilo bancário é importante, porque em 24 horas poderemos ter a informação requerida.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Considero a matéria instruída, e passo à votação.

Quem achar que, evidentemente, a explicação do Deputado Benito não foi convincente votará contra.

Como vota o Sr. Iram Saraiva?

O SR. IRAM SARAIVA — Sim.

O SR. ODACIR KLEIN — 1.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Como vota o Sr. Garibaldi Alves Filho?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Sim.

O SR. ODACIR KLEIN — 2.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Como vota o Sr. Elcio Alvares?

O SR. ELCIO ALVARES — Sim.

O SR. ODACIR KLEIN — 3.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Como vota o Sr. Francisco Rollemberg?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG — Sim.

O SR. ODACIR KLEIN — 4.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Jarbas, 5.

Como vota o Sr. Jutahy Magalhães?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Sim.

O SR. ODACIR KLEIN — 6.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Como vota o Sr. Ney Maranhão?

O SR. NEY MARANHÃO — Sim.

O SR. ODACIR KLEIN — 7.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Como vota o Sr. Pedro Teixeira?

O SR. PEDRO TEIXEIRA — Sim.

O SR. ODACIR KLEIN — 8.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Como vota o Sr. Roberto Rollemberg?

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 9.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Como vota o Sr. Odacir Klein?

O SR. ODACIR KLEIN – Sim; 10.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Como vota o Sr. Roberto Magalhães?

O SR. ROBERTO MAGALHÃES – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 11.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Como vota o Sr. Benito Gama?

O SR. BENITO GAMA – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 12.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Como vota o Sr. Fernando Freire?

O SR. FERNANDO FREIRE – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 13.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Como vota o Sr. Pedro Pavão?

O SR. PEDRO PAVÃO – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 14.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Como vota o Sr. Luiz Salomão?

O SR. LUIZ SALOMÃO – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 15.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Como vota o Sr. Mário Chermont?

O SR. MÁRIO CHERMONT – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 16.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Como vota o Sr. Nelson Trad?

O SR. NELSON TRAD – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 17.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Como vota o Sr. Aloizio Mercadante?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 18.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Dezoito votos nominalmente tomados.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) – Sr. Presidente, poderia pedir a palavra, antes de passar adiante?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Pois não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) – Para não haver um esquecimento.

Creio que aqui ficou pendente uma questão levantada pelo Senador Ney Maranhão, e complementada pelo Deputado Aloizio Mercadante, que é a de ter havido uma possível falha na triagem de nomes dos segundos papéis da Odebrecht e, por isso, haver pelo menos um que deveria ter sido incluído e não foi. Como essa matéria envolve critérios e pode amanhã dar lugar a críticas procedentes contra a Comissão, sugiro a V. Ex^a que, a essa altura, designasse uma Comissão que poderia ser a mesma que analisou os papéis ou outra, para, no prazo mais rápido possível, informar a V. Ex^a sobre os nomes que não foram incluídos e que deveriam ter sido.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Certo. Pois não. Aceito a colocação do Relator e designarei a Comissão ainda hoje.

Pergunto ao Senador Garibaldi se nos outros casos não haverá a mesma facilidade. Refiro-me à Petrônio, Figueiredo...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Sr. Presidente, esses outros pedidos de quebra de sigilo são em função de diligên-

cias do Tribunal de Contas da União. São quebras de sigilo localizadas, como o Deputado Benito Gama explicou. Não será necessário um rastreamento de contas em vários bancos, mas apenas em uma agência localizada em função de diligência do Tribunal de Contas. São solicitações de auditorias do Tribunal de Contas da União, porque inclusive alguns desses pedidos – e agora todos eles – não envolvem Parlamentares, mas envolvem entidades que terão que ser investigadas – as investigações terão que ser aprofundadas – e terão que ser punidas, mesmo não tendo envolvimento direto de Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – São muitos. Agora, muitos, eu não sei se todos vão ter essa facilidade, de maneira que eu fico, aqui, em dúvida.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Sr. Presidente, mesmo não tendo a facilidade, senão um mês, a 25 dias do término do trabalho da CPI, eu acho que temos que continuar investigando. Mesmo que parte da documentação chegue sem que possa ser incluída no relatório final. O que não podemos é deixar de tomar a decisão, na expectativa de que a documentação ...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Isso aí é outra coisa, Deputado. Não chegar, não chegar.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Eu quero só concluir, dizendo que na outra CPI, por exemplo, toda a fonte de recursos que abastecia as contas não chegou diretamente à CPI, mas no final. A diligência que o Banco Central fez. Foram direto ao Ministério Público, não há qualquer problema. Encaminham ao Ministério Público, a documentação, e antecipa-se o processo de investigação. Nós estamos fazendo uma pré-prova para o Poder Judiciário. A não ser no caso dos parlamentares, que nós temos que manter a nossa rotina; tudo o que for necessário investigar, solicitar, e se não puder ser incluído no relatório final, vai em anexo para o Ministério Público e para a Mesa da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – E qual foi o critério adotado, depois que a CPI extinguiu seu prazo de trabalho? Ela continuou recebendo os documentos, de todos os envolvidos?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Não. Toda a documentação foi encaminhada pelo Banco Central, para o Ministério Público. Várias diligências que haviam sido solicitadas ao Banco Central, foram remetidos ofícios, a termos da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Por iniciativa, já, do Banco Central?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Do próprio Banco Central. A quebra de sigilo foi feita pela CPI. Não havia tempo; é encaminhado ao Ministério Público. Eu gostaria de lembrar que em alguns dos pedidos, o prazo é dilatado, em torno de, às vezes, dez dias, outros, quatorze dias; depende do tipo de banco. É imprevisível se saber o prazo. Se vai demorar. Quando é um pedido localizado, através de uma diligência, você pode fazer em 24 ou 48 horas. Mas, mesmo assim, nós temos tempo hábil. Nós estamos no dia 22, e o relatório será no dia 17. Toda quebra de sigilo, agora, tem tempo de chegar antes, até, do relatório.

O SR. ELCIO ALVARES – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Concedo a palavra ao nobre Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES – Inicialmente, eu concordo com o Deputado Mercadante, apenas o *modus faciendi* é que não está bem colocado. Quando acaba a Comissão, toda esta correspondência é encaminhada ao Presidente do Senado que, por sua vez, a encaminha ao Ministério Público. Assim tem acontecido com todas as CPIs, então, para nós, não será embargo. Acabou a

Comissão, qualquer correspondência que vem, vai para o Presidente Humberto Lucena, que remete para o Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Então, é o Senado quem encaminha.

Vamos seguir. Vamos continuar a chamada nominal.

Responsável pela Sociedade de Proteção à Infância, à Maternidade Bom Jesus de Itabapoana. Pensão em Gonçalves Figueiredo, diligência, Hilton Avelino dos Santos, diligente, Marlene Poez dos Santos, tesoureira, José Vieira de Melo.

A adjudicativa é a auditoria realizada pelo Tribunal de Contas, que detectou várias irregularidades na aplicação de recursos recebidos a título de subvenção social. Que recursos foram utilizados indevidamente, através de saques em espécie, efetuados pelos dirigentes ou pela tesoureira, acima indicados, sendo que os débitos em conta-corrente não correspondem ao que foi declarado.

Quanto ao Sr. José Vieira de Melo, foi verificada a transferência para sua conta bancária de 60% dos recursos repassados em 1992 para a entidade.

Senador Iram Saraiva, como vota?

O SR. IRAM SARAIVA – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 1.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Garibaldi Alves Filho?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 2.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 3.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 4.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Jarbas Passarinho. Sim, 5.

Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 6.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 7.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Pedro Teixeira.

O SR. PEDRO TEIXEIRA – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 8.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Roberto Rollemberg.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 9.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Odacir Klein.

O SR. ODACIR KLEIN – Sim; 10.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Roberto Magalhães.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 11.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Benito Gama.

O SR. BENITO GAMA – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 12.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Fernando Freire.

O SR. FERNANDO FREIRE – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 13.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Pedro Pavão.

O SR. PEDRO PAVÃO – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 14.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 15.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Mário Chermont.

O SR. MÁRIO CHERMONT – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 16.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Nelson Trad.

O SR. NELSON TRAD – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 17.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Dezoito votos nominalmente tomados.

A mesma coisa com a Fundação Miriam Benevides Gadelha. Jorge Luís Benevides Gadelha, Presidente, Dalton Roberto Benevides Gadelha, Diretor Financeiro, Salomão Benevides Gadelha, Diretor Cultural.

Auditoria realizada pelo Tribunal de Contas, na fundação, que detectou irregularidades no tocante à utilização de recursos provenientes de subvenção social, transferidos pelo Ministério do Bem-Estar Social tais como: comprovação de despesas, mediante a apresentação de notas fiscais frias, calçadas ou emitidas por firmas inexistentes; endosso de cheques pelos beneficiados em favor dos próprios eminentes, Jorge Luiz Benevides Gadelha e Dalton Roberto Gadelha; com referência ao Sr. Salomão Gadelha foi constatado que o mesmo é responsável pela resolução de problemas imediatos em Sousa, onde, com recursos de subvenção social, alegou ter distribuído gêneros alimentícios e medicamentos.

Ocorre, porém, que a auditoria concluiu que esses itens não foram distribuídos, o que induz a supor pelo desvio do recurso para outra finalidade.

Assim, dada a explicação, passo à votação:

Senador Iram Saraiva, como vota?

O SR. IRAM SARAIVA – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 1.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 2.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES – Sim

O SR. ODACIR KLEIN – 3.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 4.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Jarbas; sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 5.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES – Sim
O SR. ODACIR KLEIN – 6.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Ney Maranhão.
O SR. NEY MARANHÃO – Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 7.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Pedro Teixeira.
O SR. PEDRO TEIXEIRA – Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 8.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Roberto Rollemberg.
O SR. ROBERTO ROLLEMBERG – Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 9.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Odacir Klein.
O SR. ODACIR KLEIN – Sim; 10.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Roberto Magalhães.
O SR. ROBERTO MAGALHÃES – Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 11.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Benito Gama. (Pausa)
S. Ex.^a não está presente no momento.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Fernando Freire.
O SR. FERNANDO FREIRE – Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 13.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Pedro Pavão.
O SR. PEDRO PAVÃO – Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 14.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Luiz Salomão.
O SR. LUIZ SALOMÃO – Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 15.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Mário Chermont.
O SR. MÁRIO CHERMONT – Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 16.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Aloizio Mercadante.
O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Neste caso aqui, 17 votos nominalmente tomados.
Aqui há uma justificativa apresentada pela Comissão: Mota Bom Jardinense Ltda; Samuel Ramos da Silva Neto, J.R. Borges Ltda; Saruama Representações Ltda; Maoés Lobato; Distribuidora de Medicamentos; Drogas Mil; Fernando Souto Gomes; Severino Rodrigues; Jarbas de Andrade Borges e Angelina Gonçalves da Costa Lima.
Auditoria do Tribunal de Contas na Liga de Proteção à Maternidade e à Infância de Bom Jardim: verificaram-se emissões indevidas de cheques, provenientes de recursos e subvenções sociais.
Os cheques foram emitidos nominativos ao presidente da entidade, com suporte em notas fiscais frias ou a terceiros, sem quaisquer vínculos de fornecimentos de bens ou serviços.
Bom Jardim.
Senador Iram Saraiva, como vota?

O SR. IRAM SARAIVA – Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 1.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Garibaldi Alves Filho.
O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 2.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Elcio Alvares.
O SR. ELCIO ALVARES – Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 3.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Francisco Rollemberg.
O SR. ODACIR KLEIN – 4.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Jarbas; Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 5.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Jutahy magalhães.
O SR. JUTAHY MAGALHÃES – Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 6.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Ney Maranhão.
O SR. NEY MARANHÃO – Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 7.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Pedro Teixeira.
O SR. PEDRO TEIXEIRA – Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 8.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Roberto Rollemberg.
O SR. ROBERTO ROLLEMBERG – Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 9.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Odacir Klein.
O SR. ODACIR KLEIN – Sim; 10.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Roberto Magalhães.
O SR. ROBERTO MAGALHÃES – Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 11.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Benito Gama.
O SR. ODACIR KLEIN – 12.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Fernando Freire.
O SR. ODACIR KLEIN – 13.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Pedro Pavão.
O SR. PEDRO PAIXÃO – Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 14.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Sigmaringa Seixas?
O SR. SIGMARINGA SEIXAS – Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 15.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Luiz Salomão.
O SR. LUIZ SALOMÃO – Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 16.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Mário Chermont?
O SR. MÁRIO CHERMONT – Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 17. Dezesseis.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Nelson Trad. (Pausa.)
Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 18.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Dezoito votos nominalmente tomados.

O SR. PEDRO PAVÃO – Sr. Presidente, apenas uma informação: existe algum parlamentar envolvido com essas entidades que estão sendo quebrados o sigilo bancário?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Não. Pelos nomes que estão aqui, não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) – Sr. Presidente, para esclarecer.

O SR. PEDRO PAVÃO – Na liberação no caso da...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) – Para tentar dar uma resposta, pelo que eu vi passar aqui, as de Belo Jardim não tem Deputado na administração, mas têm patronos Deputados.

O SR. PEDRO PAVÃO – Perfeito.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) – Como também Bom Jardim. Todos três têm parlamentares que cuidam delas.

Pernambuco, todas três têm.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Isso aí, se são entidades que estão utilizando...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) – E são do PFL, para consolo do nosso Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – De maneira ilegítima, é porque essa sugestão foi destinada e se foi destinada foi objeto de emenda.

Agora, não poderia dizer quais são aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Quem pediu a palavra?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG – Francisco Rollemberg.

Eu mandei buscar em meu gabinete o relatório que preparamos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Podíamos deixar isso para depois da última votação?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Agradeço.

Agora é com a Prefeitura Municipal de Eunápolis e Tabela da Bahia: Jael Sepúlveda Pereira, ex-Prefeito; Gerealista Pereira Ltda; ou Cerealista, hein Senador Garibaldi? Porque deve ser Cerealista, está como Gerealista. Menarque, Construtora Pedra Amada outros nomes.

Em decorrência da vistoria realizada pelo Tribunal de Contas nessas prefeituras, foram encontrados vários cheques emitidos por essas prefeituras para pagamento de despesas decorrentes de recurso de subvenção social. Os cheques possuem destinação específica a empresas, porém foram sacados em espécie pelas pessoas físicas acima relacionadas. As notas fiscais que correspondem a esses cheques são frias, e os serviços nelas acertados não foram prestados. Não tendo sido possível confirmar a destinação real, conferindo o valor dos cheques, o que pressupõe desvio de recursos, faz-se necessária a transferência do sigilo bancário.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL – Sr. Presidente, eu poderia acrescentar que a nossa Comissão tem documentação relativamente a esse ex-Prefeito Josuel, no sentido de que ele adquiriu, nessa época, e há documentos disso, no valor de 600 mil dólares. É uma documentação farta.

Nós o ouvimos, ele negou e disse que pagou 200 mil dólares, mas o próprio corretor confirma que o preço foi de 600 mil dólares. De modo que há razões de sobra para quebrar o sigilo.

O SR. PEDRO TEIXEIRA – Sr. Presidente, esse é, porque o nobre Senador Bisol citou, um momento de reflexão. Realmente, esse prefeito foi ouvido pela Comissão. Isso é muito

importante, porque o assunto está vindo aqui coroado pela Subcomissão. Ele foi ouvido pelo Deputado Carrion e mais um outro Deputado que estava participação. Só não chegamos a conclusão a posteriori, apenas servimos para interrogar, mas as decisões, mais uma vez, não chegaram ao nosso conhecimento. Vamos votar – a não ser que o Relator tenha – apenas estribado numa informação do nobre coordenador. Mas que nós ouvimos, ouvimos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Eu, no fim de vida, acho muito estarecedor que se apresentem aqui desvios de recursos, assim, com uma facilidade de contar 600 mil dólares. Ao longo de toda a minha vida, não recolhi isso.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES – Sr. Presidente, V. Exª veja que ... foi muito mais do que isso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – A impunidade leva a isso, não é, Senador Jutahy? Se não tivermos a coragem de quebrar esse ciclo, só vamos ver esses números cada vez maiores.

Por isso que quando o Senador Rollemberg faz citações aqui não gera problemas de natureza de explicação pessoal porque ...

Vou passar à votação desse caso.

Senador Iram Saraiva.

O SR. IRAM SARAIVA – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 1.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 2.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 3.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – Sim, 04.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Jarbas Passarinho; Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 5.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 6.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 7.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Pedro Teixeira.

O SR. PEDRO TEIXEIRA – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 8.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Roberto Rollemberg.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 9.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Odacir Klein.

O SR. ODACIR KLEIN – Sim; 10.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Roberto Magalhães.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 11.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Benito Gama.

O SR. BENITO GAMA – Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 12.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Fernando Freire.
O SR. FERNANDO FREIRE – Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 13.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Pedro Pavão.
O SR. PEDRO PAVÃO – Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 14.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Luiz Salomão.
O SR. LUIZ SALOMÃO – Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 15.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Mário Chermont.
O SR. MÁRIO CHERMONT – Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 16.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Nelson Trad.
O SR. NELSON TRAD – Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 17.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Aloizio Mercadante.
O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 18.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Dezoito votos.
 Pessoa física: Divino Garcia Rosa.
 Explicação da Comissão:
 "Em auditoria realizada pelo Tribunal de Contas na Prefeitura Municipal de Imperatriz-MA, foram encontradas várias irregularidades na utilização de recursos e subvenções sociais transferidos pelo Ministério do Bem-Estar Social.
 Na aplicação de uma dessas subvenções a empresa prestadora de serviços foi a construtora Marajó. Os cheques para pagamento da construtora tiveram como favorecidos João Borges Salgado, Francisco Chagas Carvalho Cunha, o mesmo que depositou recursos na conta do Deputado Federal Daniel Silva, e a própria Prefeitura de Imperatriz. Todos os cheques foram depositados na conta de titularidade de Divino Garcia Rosa, o qual não possui vinculação com a empresa. Assim, pede-se a quebra de sigilo.
 Senador Iram Saraiva, como vota?
O SR. IRAM SARAIVA – Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 1.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Garibaldi Alves Filho.
O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 2.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Elcio Alvares.
O SR. ELCIO ALVARES – Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 3.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Francisco Rollemberg.
O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG – Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 4.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Jarbas Passarinho; Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 5.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Jutahy Magalhães?
O SR. JUTAHY MAGALHÃES – Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 6.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Ney Maranhão.
O SR. NEY MARANHÃO – Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 7.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Pedro Teixeira.
O SR. PEDRO TEIXEIRA – Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 8.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Roberto Rollemberg.
O SR. ROBERTO ROLLEMBERG – Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 9.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Odacir Klein.
O SR. ODACIR KLEIN – Sim; 10.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Roberto Magalhães.
O SR. ROBERTO MAGALHÃES – Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 11.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Benito Gama.
O SR. BENITO GAMA – Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 12.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Fernando Freire.
O SR. ODACIR KLEIN – 13.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Pedro Pavão.
O SR. PEDRO PAVÃO – Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 14.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Luiz Salomão.
O SR. LUIZ SALOMÃO – Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 15.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Mário Chermont.
O SR. MÁRIO CHERMONT – Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 16.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Nelson Trad.
O SR. NELSON TRAD – Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 17.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Aloizio Mercadante.
O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 18.
O SR. – Sr. Presidente, eu formalizei o pedido de quebra de sigilo das duas empresas do Walter Annichino.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Quantos votos foram? Sucessivos foram dezoito, não é?
O SR. ODACIR KLEIN – Não, teve uma votação com dezesete.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Nas duas últimas?
O SR. ODACIR KLEIN – Dezoito.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – O último, do Senador Garibaldi.
 Isac Rubens Brito Dias, ex-Prefeito de São Bento, Maranhão, atual Deputado Estadual.
 Explicação da Comissão: Em auditoria realizada pelo Tribunal de Contas na Prefeitura Municipal de São Bento foram constatados vários depósitos de recursos oriundos de subvenção

social na conta bancária do, à época, Prefeito do Município de São Bento, o Sr. Isac Rubens Brito Dias.

Desse modo, com vistas a confirmar a real destinação conferida, pede-se a quebra do sigilo bancário.

Senador Iram Saraiva, como vota?

O SR. IRAM SARAIVA – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 1.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 2.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Elcio Alvares.

O SR. ODACIR KLEIN – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Jarbas Passarinho; Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 4.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Jutahy Magalhães?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 6.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 7.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Pedro Teixeira.

O SR. PEDRO TEIXEIRA – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 8.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Roberto Rollemberg.

O SR. ODACIR KLEIN – 9.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Odacir Klein.

O SR. ODACIR KLEIN – Sim; 10.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Roberto Magalhães.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 11.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Benito Gama.

O SR. BENITO GAMA – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 12.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Fernando Freire.

O SR. FERNANDO FREIRE – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 13.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Pedro Pavão?

O SR. PEDRO PAVÃO – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 14.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO – Sim.

O SR. ODACIR SOARES – 15.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Mário Chermont.

O SR. MÁRIO CHERMONT – Sim.

O SR. ODACIR SOARES – 16.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Nelson Trad.

O SR. NELSON TRAD – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 17.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 18.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Ontem, nós tivemos aqui o depoimento do Sr. Walter Annichino, e foi aquilo que comentamos aqui até antes mesmo do Deputado Mercadante chegar a essa reunião.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – O nome completo (inaudível)

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG – Para agilizar não precisa requerimento não, entrega à Drª Denise Zoghbi os nomes completos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Essas razões foram amplamente mostradas ontem, aqui, no depoimento.

Passa-se à votação.

Senador Iram Saraiva, como vota?

O SR. IRAM SARAIVA – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 1.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 2.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 3.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 4.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Jarbas Passarinho; Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 5.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 5.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 6.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Pedro Teixeira.

O SR. PEDRO TEIXEIRA – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 7.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Roberto Rollemberg.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 8.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Odacir Klein.

O SR. ODACIR KLEIN – Sim; 9.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Roberto Magalhães.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 10.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Benito Gama.

O SR. BENITO GAMA – Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 11.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Fernando Freire.
O SR. FERNANDO FREIRE – Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 12.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Pedro Pavão.
O SR. PEDRO PAVÃO – Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 13.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Luiz Salomão.
O SR. LUIZ SALOMÃO – Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 14.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Mário Chermont?
O SR. MÁRIO CHERMONT – Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 15.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Nelson Trad.
O SR. NELSON TRAD – Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 16.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Aloizio Mercadante.
O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Sim.
O SR. ODACIR KLEIN – 17.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Alguém deixou de votar.
Depois a Mesa recebe do Deputado Mercadante o nome completo.
Aqui o último pedido que vem em nome do Senador Francisco Rollemberg.
O SR. DEPUTADO – Sr. Presidente, não pode ser o último pedido.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – O último pedido de quebra de sigilo está aqui.
O SR. DEPUTADO – Ainda tem mais.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Estou com ele aqui.
O SR. DEPUTADO – Entreguei ontem a Secretaria.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – De qualquer maneira, a presteza estamos fazendo.
O Senador Francisco Rollemberg está pedindo quebra de sigilo bancário e fiscal do Deputado Francisco Pinheiro Landim, objeto daquela observação do Senador Ney Maranhão, e agora peço que seja dada a explicação.
O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG – Sr. Presidente, apresentamos a V. Exª, eu próprio, os Deputado Mercadante e Moroni Filho um relatório e documentos, levantados na Polícia Federal, no qual constavam uma série de nomes, em número de 41 páginas de pessoas que ali estavam citadas e que a Comissão, parece-me, decidiu analisar de uma maneira mais isentada aquelas sobre as quais se referia algum percentual. Ora, P. Landim aparece em muitas dessas citações e, em nenhuma delas, especificamente, vimos a oportunidade de encontrar a palavra Pinheiro Landim, o nome Pinheiro Landim. Como não nos cabia a continuação das investigações, acreditamos nós, e acredito que o Mercadante, também, que essas Comissões iriam investigar o P. Landim, Pinheiro Landim e Paes Landim. Já foi investigado o Paes Landim, mas o Pinheiro Landim está também citado nominalmente. Também gostaria de acrescentar um fato que só agora me foi revelado: o primeiro nome da lista chama-se Fagali, I.S. É. Chegou. Um diretor da ELETROBRÁS. Um telegrama... Um documento que eu achei,

procurando o nome do Diretor Financeiro da Eletrobrás, Jorge Fagali Neto, o mesmo que tomou posse, hoje. Assim que eu tiver o endereço residencial, eu lhe informo. O Dr. Luís Marques, do DNOCS, estou confirmando um endereço residencial, pois parece-me que não... Assim que o tiver eu lhe passo. Um beijo, Angélica." Ainda termina com "um beijo, Angélica". Então, Fagali já foi identificado e, na dúvida entre o P. Landim e o Pinheiro Landim, que está citado e transcrito por extenso, acreditávamos que Pinheiro Landim e Paes Landim seriam frutos de investigação nas respectivas subcomissões. Acho que é essa a explicação que eu queria dar, e não sei se o Mercadante gostaria de complementar alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – O Plenário se considera satisfeito com as informações? Posso passar à votação? Estou começando a sentir rarefação demográfica.

Então é a quebra do sigilo fiscal e bancário do Deputado Francisco Pinheiro Landim.

Senador Iram Saraiva, como vota?

O SR. IRAM SARAIVA – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 1.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 2.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Nelson Wedekin.

O SR. NELSON WEDEKIN – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 3.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 4.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 5.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 6.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Senador Pedro Teixeira.

O SR. PEDRO TEIXEIRA – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 7.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Roberto Rollemberg.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 8.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Odacir Klein.

O SR. ODACIR KLEIN – Sim; 9.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Roberto Magalhães.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 10.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Benito Gama.

O SR. BENITO GAMA – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 11.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Fernando Freire.

O SR. FERNANDO FREIRE – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 12.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Pedro Pavão.

O SR. PEDRO PAVÃO – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 13.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 14.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Mário Chermont.

O SR. MÁRIO CHERMONT – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 15.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Nelson Trad.

O SR. NELSON TRAD – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – 16.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Olha, ainda temos várias. Prestem atenção, porque acho que a Comissão hoje está no caminho certo, e tem que votar sabendo exatamente o que está votando. Aqui há um pedido, assinado pelo Deputado Luiz Salomão. S. Ex^a quer a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Amazonino Mendes, Prefeito da cidade de Manaus.

Diz o Deputado requerente que se trata de medida que se permitirá apurar, através de cruzamento de informações, eventual participação do filho do prefeito em esquema de favorecimento e desvio de verbas de orçamento da União, especialmente com relação a determinadas obras e empreiteiras, com base nos documentos já apreendidos na CPI. O Deputado juntou uma gravação de dois trechos, selecionados pelo Deputado Luiz Salomão, de uma fita K-7, com duração total de 120 minutos. Interrompemos a audição dessa fita porque a gravação estava má, mas essa gravação é garantida também pela Subsecretaria de Taquigrafia do Senado, que presta serviços à Comissão. Parece que há também outra origem.

Pergunto aos membros da CPI que estão neste plenário e que vão votar, se se consideram bem informados em relação à votação?

O SR. ELCIO ALVARES – Sr. Presidente, de acordo com a linha de pensamento que tive oportunidade de defender há pouco, se não houver embargo de parte do Deputado Luiz Salomão, eu me lembro de que houve realmente um... mas o documento se perdeu na minha memória.

O SR. LUIZ SALOMÃO – Senador, são duas as razões. A primeira, infelizmente, se deveu a problemas do PRODASEN, que não dolarizou as notas fiscais. Mas quando eu e o Deputado Zaire Rezende fizemos uma diligência na SERVAV, nós nos surpreendemos com o fato de essa empresa ter prestado continuamente serviços ao Governo do Estado do Amazonas, quando era Prefeito o atual Senador Amazonino Mendes. Verificamos que havia lá uma grande concentração de trabalho da SERVAV e em processo licitatório duvidoso, mas não ficamos demasiadamente atentos a isso. Quando surgiu aquela fita, que foi ouvida aqui parcialmente, verificamos que o Sr. Onofre Vaz narrou na mesma a intervenção do então Senador Amazonino Mendes junto a PC Farias, para liberar recursos aos quais a SERVAV tinha direito – segundo o pensamento deles – junto à Caixa Econômica Federal. Essa intervenção do Senador Amazonino Mendes, na época, junto a PC Farias para liberar recursos da Caixa Econômica, é que fecha com a informação obtida através de documentos que foram apreendidos na empresa SERVAV.

O SR. ELCIO ALVARES – Sr. Presidente, sem nenhum sentido de contestação, mas de esclarecimento dos fatos, eu tenho me preocupado – tenho reiterado isso publicamente – com o fato de que tudo aquilo que estiver vinculado ao Orçamento, principalmente fraude no Orçamento, nós temos de examinar. O caso aí é grave. Não vou tirar a gravidade do caso. Mas no âmbito da nossa Comissão, seria interessante examinar isso em profundidade, porque estaremos investigando, possivelmente, a questão do enriquecimento ilícito e algumas outras coisas mais que talvez não estivessem capituladas dentro do fato determinado das denúncias do Sr. José Carlos Alves dos Santos.

Faço essa ponderação porque, independentemente do fato que considero grave, o Sr. Relator, na ocasião, poderá até citá-lo e mencioná-lo no relatório, para que seja feita uma investigação pelo órgão competente, que é o Ministério Público, com a assessoria da Polícia Federal. Pareceu-me, pela descrição do Deputado Luiz Salomão, que encontrar o nexo dos fatos relacionados com o atual Prefeito de Manaus, Amazonino Mendes, com o objetivo da Comissão seria talvez forçar um pouco a colocação. Não quero ser dono da verdade, mas quero agir de acordo com o papel com o qual, desde o primeiro momento, me comprometi a desempenhar. Eu gostaria de ouvir os doutos suplementos dos outros colegas para que esse fato realmente ficasse claro e talvez, quem sabe, um comportamento de nossa parte já teria que ser adotado em relação aos fatos que não têm **link** com a CPI que estamos integrando.

Trata-se de uma ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Eu mesmo estou considerando esse documento – o Deputado Luiz Salomão não tinha por que me procurar antecipadamente para apresentar requerimento, pois ele o faz se quiser – matéria difícil de ser colocada em votação. Isso porque o Senador Elcio Alvares mostrou, em primeiro lugar, o nexo causal com o orçamento; em segundo lugar, nós temos aqui uma fita degrevada. Eu tenho muitos escrúpulos em relação a fitas degrevadas, não pela degrevação mas pela fita em si. Se o Deputado concordasse com o meu ponto de vista, o que eu queria era insistir ainda, de qualquer maneira, nesses vinte e tantos dias que ainda temos pela frente, na convocação do Sr. Onofre Vaz. O depoimento de S. S^a poderia reforçar essa posição. O que se diz aqui?

O SR. LUIZ SALOMÃO – Senador, penso que V. Ex^a adivinhou meu pensamento, porque, de fato, a intenção era pegar o Sr. Onofre Vaz, no depoimento, e cobrar essa questão dele.

Agora, V. Ex^a informou, e depois fui verificar, que o Sr. Onofre Vaz está internado no Hospital Sírío Libanês.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Hospital o quê?

O SR. LUIZ SALOMÃO – Hospital Sírío Libanês, em São Paulo, para pretensamente fazer uma operação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Não, já teria feito. É isso que quero saber.

O SR. LUIZ SALOMÃO – Pois é. Isso lembra um livro chamado "A Firma", que o sujeito tem um enfarto para fugir da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Eu não vi o filme, mas sei que existe.

O SR. LUIZ SALOMÃO – É um filme, mas tem o livro também.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Se tem o filme, deve haver o livro também.

O SR. LUIZ SALOMÃO – Agora, estou de acordo que é uma tentativa, quer dizer, que não fez o caminho otimizado para confirmar... Agora, quero informar que é coisa do Orçamento. É

do Orçamento, sim. É do Orçamento porque são obras no Tocantins e obras no Estado do Amazonas, que tinham recursos orçamentários repassados através da Caixa Econômica Federal, no ano de 1988, 1989. Portanto, no período da investigação.

O SR. ELCIO ALVARES – Mencionados especificamente dentro do Orçamento, ou eram verbas globais que a Caixa Econômica manipulava?

O SR. LUIZ SALOMÃO – Não, não são verbas globais. São recursos repassados através do Ministério do Bem-Estar Social, cujo agente financeiro é a Caixa Econômica.

O SR. ELCIO ALVARES – Não deixo de relevar a importância do fato, mas eu acho que...

O SR. LUIZ SALOMÃO – Obra de saneamento na cidade de Palmas, – se não me falha a memória – e de urbanização na cidade de Manaus.

Quero afiançar à Comissão que são obras do Orçamento da União.

O SR. JOSÉ LOURENÇO – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Com a palavra o Deputado José Lourenço.

O SR. JOSÉ LOURENÇO – Não quero, com a minha manifestação, deixar de endossar a gravidade do caso. No entanto, tenho certas preocupações quanto a se essas verbas são orçamentárias ou não são orçamentárias e fogem ao âmbito desta Comissão.

Creio que não podemos começar a sair para outras áreas e acabar nos perdendo, criando problemas maiores.

Então, a minha preocupação é a mesma já manifestada por V. Ex^a quanto à votação dessa matéria, que acho devia ser reanalisada pelas Subcomissões para ser trazida para este Plenário.

Essa a minha sugestão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Estou sentindo – pelo menos é a atitude tática mais interessante de tomar aqui – que de deve passar essa matéria em seguida, e não imediatamente.

Tenho, aqui, outro pedido do Deputado Luiz Salomão, da quebra de sigilo bancário do Sr. Alberto Alves Miranda, que mantinha conta na agência do BMC de São Paulo.

V. Ex^a pode passar essa explicação?

O SR. LUIZ SALOMÃO – Posso explicar, Sr. Presidente.

Esse é um fantasma que foi revelado pelo Sr. PC Farias, no depoimento ao Supremo Tribunal Federal, e a diligência que foi à porta da Polícia Militar, e que depois foi alertado pelo Deputado Miro Teixeira, que foi ao cofre, examinou os documentos da CPI do **Impeachment**, e verificou que esse fantasma não teve o seu sigilo bancário quebrado.

Então, é esse o sentido da quebra. E quero lembrar que o Sr. PC Farias revelou que toda a movimentação dele, na campanha de 1989, foi feita nesta conta.

Então, esse é o sentido. Estou dando o banco, especificamente, quer dizer, tem velocidade.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Acho que é mais fácil votar isso já.

Agora, eu gostaria de saber de uma coisa, para suprir a minha ignorância. Como se quebra o sigilo bancário de um fantasma?

O SR. DEPUTADO – É da conta.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – É da conta dele?

Então, parte-se do pressuposto de que ele existe.

O SR. DEPUTADO – Que ele existe, que é um cidadão. Quando ele chega aqui, e verifica-se que é um fantasma, que não existe como cidadão, não há nem sigilo

bancário para a Comissão. As informações podem ser publicadas e divulgadas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Em votação. (Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Dezoito votos "sim".

E, na mesma linha, o Deputado Salomão pede a quebra do sigilo fiscal, bancário e telefônico dos Deputados Augusto Farias, Cleto Falcão, Antônio Holanda, Roberto Torres, Euclides Melo e Antônio Santos Soares. É uma medida que apurará, através de cruzamento de informações, eventual participação de pessoas em suas campanhas eleitorais financiadas por empreiteiras através do esquema PC. Por favor.

O SR. LUIZ SALOMÃO – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão, me parece... Primeiro: a...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) (Fazendo soar a campainha) – É bom prestarmos atenção à explicação, porque nós queremos votar com consciência e não como o carneiro de Panúrgio.

O SR. LUIZ SALOMÃO – ...questão que se põe aí é a seguinte: nós quebramos o sigilo bancário de onze Parlamentares e, hoje, mais um já foi quebrado, o do Deputado Pinheiro Landim, em função das anotações nos papéis apreendidos na casa do Diretor da Norberto Odebrecht que nos disse – não está provado – que aquilo era uma expectativa de financiamento da campanha de 94. Essas pessoas, cujo sigilo bancário estou pedindo a quebra, já foram uma coisa vencida, ou seja, o financiamento da campanha de 90 e que, supostamente, retribuíram através de emendas quando se tornaram Parlamentares.

Então, o que me parece de justiça é se alguém foi incluído nas investigações em função de uma expectativa que vai ser financiada na campanha vindoura, um caso confesso de financiamento por empreiteiras das suas campanhas eleitorais, também deve ser investigado.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) – Sr. Presidente, como Relator, peço a palavra para dizer que o Relator tem interesse nessa investigação, porque nós estamos na estaca zero em matéria de papéis da Odebrecht em termos de investigação. Acho que aí já é um primeiro caminho que se abre, já que não chegam outros indícios.

O SR. ELCIO ALVARES – Esses nomes estão vinculados aos papéis da Odebrecht?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) – Esses nomes não vieram nos papéis da Odebrecht.

O SR. ELCIO ALVARES – É uma tese. Eu estou até me tornando monócórdio e repetitivo...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) – Não, mas é importante.

O SR. ELCIO ALVARES – ...mas eu quero insistir. Estou batendo numa tecla que acho fundamental para nós. Há nexos com o Orçamento; o fato de que tem alguma irregularidade é do nosso dever comunicar ao Ministério Público. Agora, incluir aqui no âmbito da Comissão, parece-me que nós estamos abrindo um leque muito grande e sem observar aquilo que está dentro do preceito constitucional.

Com todo respeito, eu quero dizer o seguinte: eu quero votar no momento em que tiver noção exata de que há nexos – e a afirmativa do Relator para mim ela tem uma posição da mais alta valiosidade. Mas, neste caso, se são relacionados fatos com o Sr. PC Farias, que já foi investigado na Comissão – esse caso está submetido já na órbita policial –, eu ponderaria que nós temos exatamente, neste momento que é importante para o Relator convergir de uma maneira muito identificada – e até certo ponto eu diria dentro daqueles limites estreitos da nossa convocação...

O SR. LUIZ SALOMÃO – Senador, poderia fornecer a V. Ex^a o nexo?

O SR. ELCIO ALVARES – Pois não. Eu gostaria, porque eu quero formar o meu convencimento.

O SR. LUIZ SALOMÃO – O nexo acho que ficou bastante patente na oitiva do Sr. PC Farias aqui, na sexta-feira da semana passada. Esses recursos provinham da Barragem de Pirapama; provinham de diversas empresas farmacêuticas que recebiam recursos da CEME; provinham da liberação de recursos para a interrompida obra de Xingó. Enfim, eram recursos do Orçamento que, por vias indiretas, passavam para financiar campanhas. É esse o sentido.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) – Mas será que aqui vai revelar o Deputado que recebeu?

O SR. LUIZ SALOMÃO – A única forma de fazer isso é quebrando o sigilo bancário dos Deputados confessadamente investigados pela CPI.

O SR. ELCIO ALVARES – Perdoe-me, está sendo forçada... Eu não duvido de Paulo César Farias. Acho que tudo é possível. Ele fez tudo neste país. Agora, eu não posso, por uma ilação, por uma suposição, chegar a conclusão que os Deputados A, B, ou C tiveram participação no Orçamento.

Então, eu coloco essa restrição dentro da minha linha inicial à palavra do Relator...

O SR. LUIZ SALOMÃO – Agora depende. Só contesto a ilação.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) – Não, tudo bem. Eu tenho a impressão de que...

O SR. ELCIO ALVARES – Perdoe-me. Não tem sentido é ilação, porque está havendo uma idéia de que não deixa de ...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Eu não sei por que essa palavra, esse vocábulo passou a ser desprestigiado nesta CPI.

O SR. ELCIO ALVARES – Mas não é ilação. Está corretíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Ilação para mim é exatamente você tirar uma conclusão, uma ilação. Você tira uma ilação...

O SR. ELCIO ALVARES – Mas não há sentido e nem de leve eu faria isso, Deputado Luiz Salomão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Agora, não significa que seria uma decisão final.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) – Sr. Presidente, eu tenho a impressão de que o que está motivando o Deputado Luiz Salomão...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) (Fazendo soar a campanha.) – Vamos prestar atenção, porque nós vamos ter que votar ou não; a matéria já está controvertida.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) – ...é tentar, através da abertura dessas contas, chegar a alguns pagamentos dessas pessoas em favor de Deputados. Não é isso? Quer dizer, as contas estão sendo abertas para verificar se eles receberam em 90. A Odebrecht diz aqui que esses percentuais são um exercício unilateral para a eleição de 94. É evidente que não. Até fiz questão de perguntar, aqui, a PC Farias e ele disse que, realmente, nunca viu, na sua longa carreira de tesoureiro eleitoral, nenhuma empresa programar, um ano antes, recursos e muito menos percentuais. Então, essa é a versão que não aceitamos.

A outra versão, que seria de propina, nenhum Deputado concorda, portanto, todas elas estão **stand by**.

Finalmente, tem essa outra que seria o seguinte: esses percentuais – essa é a mais crível – são de recursos já desembolsados, na campanha de 90, que foi uma campanha importante, em que todos os Deputados e um terço do Senado, tiveram que disputar o pleito.

Então, esse pessoal recebeu ajuda e agora está, digamos assim, dando a contrapartida, através de emendas, sei lá de que forma, etc. Então, acredito que esse é um caminho que não é realmente o mais direto, não é talvez o mais fácil, mas é um que surge de se tentar puxar o fio dessa meada.

Nobre Senador Elcio Alvares, uma coisa que me tem preocupado profundamente é, depois de todos esses papéis serem encontrados com percentuais, divulgados e, melancolicamente, nós chegarmos ao fim da CPI sem comprovar nenhum ilícito contra eles, no tocante a parlamentar. Vai ser realmente, na minha opinião, muito ruim para nós.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – O Relator me permite. Estamos todos aqui argumentado. Ou eu não entendi – e quero me servir do Deputado Luiz Salomão – ou esses nomes considerados como tendo já recebido propinas anteriores, e não futuras, realmente, naquele caso, pelo menos quando o Senador Almir Gabriel me falou que o seu nome estava ligado e que foi relacionado com a campanha em Belém, que foi passada, foi campanha para Prefeito e que por isso ele renunciou à candidatura, porque estavam tomando dinheiro em nome de S. Ex^a.

Então, muitas coisas que estão ali são passadas e outras são projetadas para o futuro. Nesse caso aqui em que o Deputado Roberto Magalhães está insistindo, na questão de indicações com nomes, números, etc, da Odebrecht não existe. Esses nomes não foram citados, foram a partir da diligência realizada no quartel-general da polícia.

Então, aí é que ficaria aquela dúvida de minha parte, já com esse problema todo que temos na Câmara, se tem cabimento fazer isso agora, para saber o que houve no passado em relação a eles. Não sei se taticamente é conveniente.

O SR. ELCIO ALVARES – Sr. Presidente, só uma ponderação. O Deputado Roberto Magalhães teria tempo, então, porque creio que S. Ex^a mesmo, na convicção jurídica de S. Ex^a, que é um magnífico advogado...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) – Eu só estava defendendo a abertura e imaginei que eram laranjas do PC.

O SR. ELCIO ALVARES – Mas não são laranjas, são Deputados.

O SR. LUIZ SALOMÃO – Sr. Presidente, justifiquei o meu requerimento e creio que a minha justificativa tem valor. Se pessoas suspeitas serão financiadas, pois foi essa a declaração feita pelo Sr. Manoel Ailton Reis. Pode até ser falsa a afirmativa, mas o que ele diz é o seguinte: essas pessoas seriam financiadas eventualmente. Quebrou-se o sigilo bancário delas. Essas aí, a meu juízo, foram financiadas por empreiteiros. Foram financiadas por empreiteiros, e como disse aqui PC Farias, disse a nós, a mim, ao próprio Deputado Odacir Klein, ao próprio Senador Elcio Alvares, "ninguém financia ninguém, pelos seus belos olhos".

De modo que peço a quebra do sigilo bancário. A Comissão decida. Penso que não é nem isonomia, é questão de justiça com os onze que tiveram o seu sigilo bancário quebrado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Deputado Luiz Salomão, pago pela sinceridade com que uso minhas palavras. Eu pago.

Se der saída, aqui, o que vou dizer, eu assumo. Eu assumo.

Eu não aposto um dedo, um dedo, não é a mão, na honorabilidade de muitas dessas pessoas, inclusive do ex-Senador Amazonino, mas eu queria estar convencido de que nós não fugimos, em nenhum momento, da diretriz nossa e da nossa fixação em fazer apenas as coisas que são compatíveis com os nossos objetivos. Só isso.

O SR. LUIZ SALOMÃO – Sr. Presidente, a minha consciência é tranqüila de que isso tem a ver com a investigação.

Eu não tenho nenhuma razão de ordem político-partidária para investigar a vida dessas pessoas. Nenhuma, rigorosamente nenhuma.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) – Eu faria uma proposta de que nós, então, já que são Deputados, não são laranjas, amadurecêsemos um pouco para a próxima reunião.

Quando será a próxima reunião?

O SR. LUIZ SALOMÃO – Sr. Presidente, considero que isso inviabiliza o requerimento.

Eu acho que isso inviabiliza o requerimento, porque, na semana que vem, nós até podemos ter uma sessão administrativa, o tempo vai se extinguir. De modo que eu proponho que se ponha, hoje, em votação. Eu estou disposto a perder.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Não inviabiliza, é dentro daquilo mesmo que o Deputado Mercadante e o Senador Bisol falaram.

Se nós tivermos qualquer coisa, seria... agora mesmo, um colega, comigo, disse: "É mais interessante meditar sobre isso".

Bom, nós geraremos... eu não estou com receio apenas, pelo menos como receio fundamental, da reação da Câmara.

Aquilo que foi dito, ainda há pouco, pelo Senador Jutahy eu concordo plenissimamente. Eu cansei de ouvir isso aqui, tenho ouvido isso de que nós estamos, inclusive, aqui, protegendo Senadores, só estamos chamando Deputados, etc. Não tenha dúvida.

Agora, azar, porque Deputados são 503, Senadores são 81, até quero ver se guardo alguma proporção.

De qualquer maneira, seria interessante que nós votássemos isso e não corrésemos o risco, inclusive, de um requerimento não ter o **quorum** majoritário, o **quorum** qualificado para isso, que é de maioria absoluta.

E, não é um apelo, faria uma sugestão a V. Exª de que nós perdêssemos alguns dias. Não serão muitos.

Hoje já é uma quarta-feira e teremos uma possibilidade, já na segunda-feira, de ter reunião. Marcaremos essa reunião para segunda-feira e, nesse período, nós votaríamos a... votação, a menos que V. Exª insista na votação agora.

O SR. LUIZ SALOMÃO – Eu estou aqui para colaborar com a Mesa...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – E sempre fez isso.

O SR. LUIZ SALOMÃO – ... e essa direção é suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Eu lhe agradeço.

Agora, este é outro caso, já me parece que é diferente. É determinar a quebra do sigilo fiscal e bancário dos ex-diretores do Departamento Nacional de Estrada de Rodagem: Antônio Alberto Canabrava, Inaro Fontam Pereira, José Henrique Amorim Figueiredo.

Ocuparam o cargo ao longo do período de execução da obra.

O SR. LUIZ SALOMÃO – Dá licença, Sr. Presidente, porque no meu relatório da diligência que nós fizemos com outros Parlamentares quebrou-se o sigilo bancário do Sr. Perutti, que era um diretor do DNER.

Depois, constatei que ele foi um dos elementos na cadeia de diretores que se sucederam, de modo que, até por uma questão de justiça, era preciso pegar os outros diretores do mesmo período.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – É, nesse caso eu, por exemplo, não tinha dúvida nenhuma de votar "sim".

Iram Saraiva?

O SR. ODACIR KLEIN – Um.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Garibaldi?

O SR. ODACIR KLEIN – Dois.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Elcio Alvares?

O SR. ELCIO ALVARES – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – Três.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Francisco Rollemberg?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – Quatro.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Jarbas, sim.

O SR. ODACIR KLEIN – Cinco.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Jutahy Magalhães?

O SR. ODACIR KLEIN – Seis.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Ney Maranhão?

Pedro Teixeira?

O SR. ODACIR KLEIN – Sim, oito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Roberto Rollemberg?

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – Nove.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Odacir Klein?

O SR. ODACIR KLEIN – Dez.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Roberto Magalhães?

O SR. ROBERTO MAGALHÃES – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – Onze.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Benito Gama?

O SR. ODACIR KLEIN – Doze.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Fernando Freire?

O SR. FERNANDO FREIRE – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – Treze.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Pedro Pavão?

O SR. ODACIR KLEIN – Quatorze.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Luiz Salomão?

O SR. LUIZ SALOMÃO – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – Quinze.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Mário Chermont?

O SR. MÁRIO CHERMONT – Sim.

O SR. ODACIR KLEIN – Dezesesseis.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Nelson Trad?

O SR. ODACIR KLEIN – Dezesete.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Aloizio Mercadante?

O SR. ODACIR KLEIN – Dezoito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – Dezoito votos. Aprovado.

Os dois outros requerimentos ficam sobrestados.

Olha, esse já foi votado, não é?

Senador Garibaldi, Jorge Luiz Benevides Gadelha, Dalton Roberto Benevides Gadelha, votamos, não foi?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) – Já.

O SR. ODACIR KLEIN – Foram dezoito votos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) – A comunicação do Senador Bisol, essa eu já discuti na Comissão. É mais para os coordenadores de Comissão, já falei com eles.

Meus ilustres colegas, pela Mesa, a pauta está exaurida.

Alguma palavra?

Não havendo palavra, muito obrigado e até logo mais.

Está encerrada a reunião

(Levanta-se a reunião às 13h10min)

PÁGINA ORIGINAL EM BRANCO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral R\$ 23,53

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral R\$ 23,53

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.

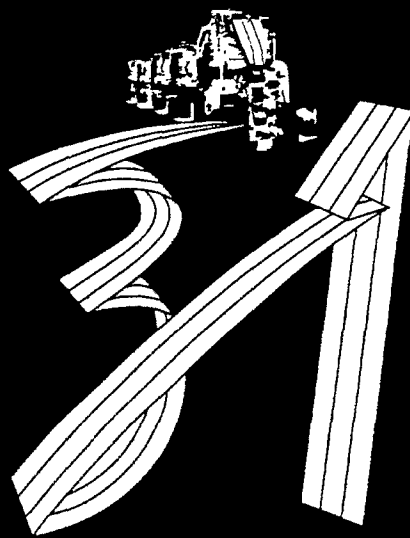
CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

- Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências**
- Dispositivos vetados e razões dos vetos**
- Legislação correlata**
- Índice temático**

**À venda na Subsecretaria de
Edições Técnicas – Senado Federal,
Anexo I, 22º andar – Praça dos Três
Poderes, CEP 70160 – Brasília, DF –
Telefones 311-3578 e 311-3579.**

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.

**CENTRO GRÁFICO
DO SENADO FEDERAL**



A N O S
1963 1994

**IMPRIMINDO A HISTÓRIA
DO CONGRESSO NACIONAL**

EDIÇÃO DE HOJE: 60 PÁGINAS